

Distr.
RESTRINGIDA

LC/R.1653
2 de julio de 1996

ORIGINAL: PORTUGUES

CEPAL

Comissão Econômica para América Latina e Caribe

GESTIÓN URBANA EN CIUDADES INTERMEDIAS

RELATÓRIO FINAL: OURO PRETO

Este documento de trabalho foi preparado pelas especialistas Yara Landre Marques e Flávia de Paula Duque Brasil no marco do projeto "Gestión urbana en ciudades intermedias seleccionadas de América Latina y el Caribe" (ITA/92/S71), que realiza a Unidade de Assentamentos Humanos da Divisão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da CEPAL, com apoio do Governo da Itália. As opiniões contidas neste documento, o qual não foi submetido a revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as da Organização.

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
Resumen	vii
Considerações Iniciais	ix
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE: ANTECEDENTES HISTÓRICOS: DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE À CONSTRUÇÃO DA OURO PRETO PATRIMÔNIO MUNDIAL	3
I. O CICLO DO OURO ROMPE O SÉCULO XVIII	5
A. VILA RICA: OS CONTORNOS DA SOCIEDADE AURÍFERA	5
B. REBELDIA, CONFLITOS E MOVIMENTOS LIBERAIS	7
II. REGISTROS DA CULTURA QUE CHEGAM AO PRESENTE	11
A. AS IRMANDADES: PILARES DA ORDEM E DA VIDA SOCIAL	11
B. A SINGULARIDADE DO BARROCO LOCAL	13
III. O SÉCULO XIX E O NOVO EIXO DA ECONOMIA	15
A. A DECADÊNCIA ECONÔMICA E A NOVA POLARIZAÇÃO REGIONAL	15
B. NOVO ATOR NO CENÁRIO DE OURO PRETO: A ESCOLA DE MINAS E METALURGIA	16
C. A TRADIÇÃO DAS REPÚBLICAS ESTUDANTIS 21	18
IV. A PASSAGEM DO SÉCULO E O NOVO EIXO DO PODER	20
A. A PERDA DA POSIÇÃO DE CAPITAL DE UM ESTADO REPUBLICANO	20
B. A REPÚBLICA NOVA E O PERÍODO POPULISTA	21
V. OURO PRETO: PATRIMÔNIO CULTURAL	23
A. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE NO IDEÁRIO MODERNISTA BRASILEIRO	23
B. A TRAJETÓRIA DA GESTÃO FEDERAL DO PATRIMÔNIO VISTA ATRAVÉS DE OURO PRETO	25

VI.	LINEAMENTOS E CONCLUSÕES	29
A.	OURO PRETO: SÍMBOLO LEGITIMADOR DO PODER	29
B.	REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS COLETIVAS: OBSTÁCULOS E CAPACITADORES NO ÂMBITO DA GESTÃO LOCAL	31
SEGUNDA PARTE: CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO		41
I.	O MUNICÍPIO	43
A.	CARACTERÍSTICAS GERAIS	43
B.	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	45
C.	O MUNICÍPIO E SUA INSERÇÃO NO ESTADO	46
II.	ASPECTOS ECONÔMICOS	48
A.	O SETOR INDUSTRIAL	48
B.	O SETOR AGRÍCOLA	50
C.	O SETOR TERCIÁRIO	51
III.	INFRA-ESTRUTURA URBANA	55
A.	SANEAMENTO	55
B.	TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO	57
C.	ENERGIA ELÉTRICA	58
D.	COMUNICAÇÕES	58
E.	SAÚDE	59
F.	EDUCAÇÃO	59
G.	LAZER E CULTURA	61
H.	HABITAÇÃO	62
IV.	ESTRUTURA URBANA	63
TERCEIRA PARTE: A GESTÃO DE OURO PRETO		73
I.	MARCOS DA GESTÃO LOCAL NO BRASIL	75
A.	O CONTEXTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS REDES URBANAS	75
B.	A QUESTÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	75
C.	A QUESTÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	76
D.	O ESTADO DE MINAS GERAIS FACE À DESCENTRALIZAÇÃO	77
E.	O MUNICÍPIO E A GESTÃO LOCAL	77
F.	DESCENTRALIZAÇÃO, REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL	78

II.	O GOVERNO DE OURO PRETO: CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E RESPOSTAS	80
A.	A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	80
B.	RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL	81
C.	A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO APARATO ADMINISTRATIVO	82
D.	AS FINANÇAS MUNICIPAIS: RECEITAS E DESPESAS	84
E.	METAS E DIRETRIZES DO ATUAL GOVERNO DO MUNICÍPIO	85
F.	PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS	86
G.	PARCERIAS E CONVÊNIOS	88
H.	MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	89
III.	A GESTÃO LOCAL E SEUS ATORES	91
A.	OS ATORES A E SUAS RELAÇÕES	91
B.	OS ATORES ESTATAIS	91
C.	OS ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS	92
D.	OS ATORES ECONÔMICOS	92
E.	OS ATORES SOCIAIS LOCAIS	93
IV.	PONTOS CRÍTICOS, DESAFIOS E PROPOSTA PARA A GESTÃO LOCAL	98
A.	MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA URBANA	98
1.	Habitação	98
2.	Sistema viário	99
3.	Meio-ambiente	99
4.	Infra-estrutura sanitária	100
B.	ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE	100
C.	CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO	101
D.	CONDIÇÕES DE PLANEJAMENTO LOCAL	102
E.	GESTÃO E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	104
V.	LINEAMENTOS E CONCLUSÕES	105
	BIBLIOGRAFIA	111
	SIGLAS	114
	ANEXO	115

Resumen

Ouro Preto, ciudad de tamaño intermedio con una población de 60 000 habitantes, presenta características contradictorias y de gran interés. Por un lado la presencia de un relevante patrimonio histórico que hace parte integrante de la dimensión de referencia ciudadana (en 1980 declarada patrimonio de la humanidad por UNESCO), y por otro la realidad de una ciudad que ha crecido de manera descontrolada en su periferia como consecuencia de algunas instalaciones industriales de los años 50. La Municipalidad actualmente se encuentra con la doble tarea de conservación y salvaguardia del centro histórico y de gestión de la fuerte crisis urbana, relacionada a problemas de incremento de desempleo, de legalización de tierras, de falta e inadecuada infraestructura, de precariedad de los asentamientos y de contaminación ambiental. La vocación al desarrollo turístico encuentra aún algunas resistencias para ser incorporada como sector económico pujante para la ciudad, por sus posibles externalidades negativas, ligadas a una terciarización del centro histórico con riesgo de expulsión de sus habitantes.

La Municipalidad frente a las nuevas competencias delegadas por el proceso de descentralización, necesita de recursos financieros y humanos adicionales, pero tiene importantes limitaciones estructurales que impiden una correcta gestión urbana y una eficaz planificación del territorio. Las capacidades institucionales y profesionales están limitadas, aunque hayan experiencias exitosas de manejo de software sofisticado; falta una coordinación con los otros niveles institucionales que tienen competencias sobrepuestas en el territorio municipal; se mantienen prácticas clientelares de recaudación municipal muy baja y de no pago de los servicios urbanos. Además, la participación ciudadana está circunscrita en un ámbito participatorio limitado, directo hacia acciones específicas y puntuales. Las propuestas de intervención para el fortalecimiento municipal contenidas en el texto, apuntan en estos ámbitos y sirven de guía para el desarrollo de programas de apoyo técnico a la Municipalidad por parte de CEPAL.

Considerações Iniciais

Falar sobre Ouro Preto significa tocar em algo mais que um município de porte médio, de Minas Gerais, no centro/sul do país, situado no bojo das problemáticas comuns a este tipo de cidade.

Falar de Ouro Preto significa expor, de alguma forma, um “coração secreto”, de Minas e do Brasil, um coração feito de histórias, movimentos, conflitos, derrotas, vitórias, tudo isto inscrito num tempo e espaço próprio da cidade. Significa ter ouvido atento para os dois, ou até mais ritmos do pulsar desse coração: o seu ritmo local alimentando a vida de sua gente, e outro, no compasso do país, alimentando o imaginário nacional, dando-lhe heróis e sonhos de independência. E se o ouvido for atento, sentiremos a diferença entre esses ritmos, sentiremos mesmo um descompasso, um diálogo às vezes duro, às vezes surdo, às vezes exausto entre eles, embora se saiba desde o início que um ritmo não existe sem o outro, que se interpenetram na Ouro Preto de hoje, herdeira e sucessora da Vila Rica, a maior cidade da América Latina na época em que se encontrava no apogeu do seu Ciclo do Ouro; herdeira também da decadência do Ciclo, do ir-se dali a capital das Minas Gerais, que, moderna, inaugurava a sede do poder em outro sítio.

Em Ouro Preto pode-se dizer, mais apropriadamente, que é impossível falar do futuro, ou mesmo do presente, sem falar do passado, das redes invisíveis aí traçadas e que tão firmemente sustentam a cidade de hoje, no limiar do novo século e milênio.

Pois que a cidade está aí, e para nós é um desafio que nos instiga a percorrê-lo; e o desafio, agora, é comunicar isto, construir a partir de uma proposta tão atual como merece uma cidade de tão rico presente e particular passado.

INTRODUÇÃO

O projeto *Gestión Urbana en Ciudades Intermedias Seleccionadas de América Latina*, conjuga duas questões centrais na pauta atual, dois elencos de problemáticas, demarcados pelo contexto social e histórico.

De um lado, as cidades intermediárias, até então pouco investigadas, passam a objetos relevantes, face aos processos recentes. Na nova dinâmica, assentada em mudanças na divisão social e territorial do trabalho, delinea-se a tendência de essas cidades constituírem-se em receptoras de população, expondo e agravando as condições de reprodução de sua população e de uma urbanização excludente. No quadro atual, as transformações em curso, no âmbito global, prenunciam o aprofundamento das desigualdades regionais e sociais e a agudização da pobreza urbana. Em Ouro Preto --Minas Gerais, Brasil-- já se insinuam impactos desse processo.

De um lado, os percursos de redemocratização na América Latina --no caso do Brasil a partir de meados da década de 80--, e no seu bojo os novos arranjos políticos institucionais ancorados na descentralização, põem em foco o poder local. Ao menos dois grandes desafios estão postos. O primeiro remete à magnitude das demandas sociais *versus* a capacidade de resposta por parte dos governos locais. O segundo refere-se à concretização de formas de participação efetiva em sociedades de tradição autoritária.

A gestão de Ouro Preto, como objeto de análise, impõe as singularidades da dimensão local. Ouro Preto é, no mínimo, duas, às vezes convergentes, outras vezes concorrentes: a cidade-lugar-de-habitar e a cidade Patrimônio Mundial da Humanidade.

O histórico turbulento do breve Ciclo do Ouro, no séc. XVIII, que lhe imprime o caráter de centro de pulsação econômica do Brasil-colônia à posição de capital da Província e do Estado Federativo --posição posteriormente perdida--, deixa em Ouro Preto registros de natureza diversa. O patrimônio cultural não se restringe a uma arquitetura barroca de traços muito distintivos, abrangendo manifestações culturais que mantêm sua vitalidade no presente. Tradição é uma pauta local que se traduz em múltiplos embates.

A gestão local incorpora necessariamente a problemática comum dos municípios de seu porte e inserção econômica na escala regional, um amplo escopo de conflitos em torno da realidade mencionada e das questões relativas ao patrimônio cultural. Estas últimas implicaram uma forte presença regulatória e fiscalizadora do Poder Público Federal, e disputas acirradas entre os interesses particulares e os públicos, matizados pela salvaguarda do patrimônio em nível nacional.

As entrevistas efetuadas impuseram um produto final mais extenso do que o previsto, particularmente devido a este elenco de conflitos e devido ao fato de que uma série de dificuldades no plano da gestão ter sido consensualmente creditada a "problemas culturais". Em decorrência, julgamos relevante explorar alguns aspectos da cultura local e proceder a uma revisão de antecedentes históricos que ancoram as representações, valores e discursos difundidos por grupos locais. Tal empreendimento resultou na Parte I --que ultrapassa os conteúdos solicitados-- cuja conclusão aponta para os elementos culturais capacitadores e constrangedores no âmbito da gestão local, já que estes modelam inclusive formas de relação entre os distintos atores.

A experiência brasileira das últimas décadas atesta que o sucesso --ou insucesso-- de políticas e projetos governamentais não se vincula apenas à sua concepção e racionalidade técnica, mas à sua adequação às expectativas sociais implícitas e à própria adesão da sociedade. É nesse sentido que a esfera cultural --das especificidades locais às características da sociedade brasileira-- adquire relevância, inclusive no plano da legitimação. Não se trata portanto de --a exemplo de tendências esboçadas na década anterior-- de proceder a estudos centrados na história urbana ou na dimensão cultural e cotidiana *per se*, mas de buscar uma abordagem menos fragmentada e mais global.

Na Parte II efetuamos, a partir de revisão bibliográfica, a análise das condições do assentamento. Na parte III, a partir dos dados disponibilizados e de entrevistas qualitativas, abordamos os temas relativos à gestão local. Apontamos os seus dilemas e demandas de capacitação e fortalecimento da gestão local, tendo como horizonte Ouro Preto --Patrimônio Mundial, e seus habitantes-- mais justa, democrática e sustentável.

PRIMEIRA PARTE

**ANTECEDENTES HISTÓRICOS: DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE
À CONSTRUÇÃO DA OURO PRETO PATRIMÔNIO MUNDIAL**

I. O CICLO DO OURO ROMPE O SÉCULO XVIII

A. VILA RICA: OS CONTORNOS DA SOCIEDADE AURÍFERA

No estreito e turbulento intervalo do século XVIII, a região aurífera de Província é alvo de intensa ocupação e de um processo de rápida urbanização, ancorados em um *boom* econômico sem precedentes no Brasil colonial ou mesmo nas demais colônias portuguesas. O breve “ciclo do ouro” passa a sustentáculo da economia, e imprime uma nova pulsação na colônia.

Por outro lado, delinea contornos singulares nessa “sociedade de Minas”, bastante distintos daqueles do Brasil colônia, como se verá mais adiante.

Vila Rica (hoje Ouro Preto)^{1/} retrata a transposição maciça de amplos contingentes populacionais em busca de oportunidades de enriquecimento. Os núcleos iniciais de extração do ouro na região datam da última década do século XVII, fruto do bandeirismo que penetra o território colonial, e mais especificamente de expedições paulistas. Em torno de 1750, Vila Rica já abrigava o equivalente a cerca da metade da população do Rio de Janeiro.^{2/}

Migrantes portugueses ou procedentes de diferentes regiões da Colônia definem um perfil populacional heterogêneo, quer pela diversidade de estratos sócio-econômicos, quer pela sua composição não restrita aos brancos e negros, escravos e homens livres. Desde o início, o povoamento marca-se pela forte presença de mestiços, como também de forros.

Destaca-se que na primeira metade do século a migração de escravos é acentuada de forma a permitir a rápida acumulação de capital. Na segunda, com a exaustão do breve ciclo do ouro, a população escrava retrai-se, crescendo, por outro lado, o número de forros e livres.

A ocupação da região não se faz sem disputas acirradas. Os paulistas garantiram, em 1694, a posse das minas descobertas, exigindo-lhes a Coroa o pagamento do Quinto, o imposto real. Na passagem do século, tentam obter exclusividade na concessão de “datas” de terras, exclusividade recusada pela Coroa. Na prática, não havia como deter os intensos fluxos migratórios para a região, que determinam uma ocupação espontânea que nem sempre implicava a posse da terra,^{3/} determinando, até os dias atuais, um perfil fundiário atípico em Ouro Preto.^{4/}

Na realidade, não interessava à Coroa deter ou restringir tais correntes migratórias, mas, ao contrário, intensificar a exploração aurífera: o ouro das minas enriquecerá o tesouro português e a corte de Dom João VI, que representará, naquele século, uma das maiores fortunas da Europa.

Em 1702 refaz-se o regimento de exploração de metais, regulamentando-se a cobrança do Quinto, redefinindo-se os termos da concessão de datas minerais e as dimensões dos “quadriláteros” de terra para exploração, tudo isso sem atender aos interesses paulistas. A concessão de datas na região será mais fácil do que nas terras litorâneas, demandando apenas a posse de bens pecuniários pelos solicitantes e definindo um sistema de demarcação mais aberto, ligado ao “acaso”.

Assim, a primeira década do século tem como um dos traços fundamentais a disputa pela posse das terras. Tal disputa assume um caráter regionalista e será conhecida como “A Guerra dos Emboabas”,^{5/} referindo-se a uma sucessão de incidentes e conflitos relativos ao domínio da região, gerando animosidade e hostilidade. O antagonismo e os confrontos são definidos, portanto, pela resistência dos paulistas à ocupação da terra pelos migrantes estrangeiros ou procedentes de outras regiões. O recorte é definido em termos de identidade regional: paulistas versus forasteiros, paulistas versus “outros”. O jogo de identidades expressa os interesses diferenciados: do lado dos emboabas, novos interesses citadinos e mercantilistas se configuram. Já nas primeiras levadas de aventureiros vem gente ligada ao comércio, gente formada em leis, visando à necessária elaboração de tratados e contratos. Os bandeirantes --independentes e patriarcais, com senso de justiça pessoal e unilateral, com seu passado épico-- acusam os forasteiros de serem comerciantes ávidos, contrabandistas, responsáveis pela carestia.^{6/}

Serão necessárias várias tentativas de intervenção e apaziguamento por parte do governo da Capitania do Rio de Janeiro. Tais esforços culminam com a criação da Capitania de São Paulo e de Minas, em 1709, e em seguida com a instalação de vilas, encerrando o episódio da Guerra dos Emboabas. No ano anterior, Minas já havia aclamado o emboaba Manoel Nunes Viana como governador, indicando o alinhamento da população com os forasteiros. E até 1720, Minas e São Paulo estarão reunidos sob o mesmo governo, quando, então, cria-se a Capitania das Minas Gerais, cuja capital será Vila Rica.

Ainda que a história de Vila Rica seja desenhada por turbulências e eventos que repercutem além de limites geográficos, a Guerra dos Emboabas persiste como uma forte referência no discurso da população. Como se verá no decorrer do texto, o “outro” assume novas formas e relações, mas estará sempre presente no cotidiano ouropretano.

Em que pese tratar-se de uma sociedade escravista, e portanto baseada na exploração, voltada para a acumulação capitalista mercantil do Estado absolutista português, a aventura do ouro tece formas de organização social e do trabalho modernizados em relação ao Brasil litorâneo.^{7/} Estabeleceu-se de pronto um quadro de extensa divisão social do trabalho: a rápida expansão da rede urbana demanda atividades comerciais e serviços, delineando a emergência de classes médias que já emergem com traços de identidade com a industrialização que se esboçava no continente europeu.

Os novos grupos médios quebram a verticalidade hierárquica do Brasil colonial de então. Consolidam-se atividades ligadas ao secundário, lado a lado como o exercício de ofícios e profissões, espaços abertos pelos brancos para atender às demandas de mercado, que se ampliam ao longo do século.^{8/} Configura-se, assim, desde o início do século XVIII, uma economia de mercado e uma sociedade urbana e diferenciada, na qual o fluxo do ouro lubrifica e complexifica o mercado. Alguns autores destacarão, entretanto, o alto custo de vida e o das mercadorias essenciais, como os alimentos. A estratificação social não se assenta exclusivamente na propriedade de terra ou de meios de produção. A renda e a posição de mercado de um indivíduo poderão estar sujeitas a drásticas

oscilações, definidas pelos percursos de enriquecimento e seu inverso, face à incerteza e à alternância da abundância e escassez do ouro.

A primeira metade do século marca-se pela mobilidade econômica e social, que define, conforme Holanda,^{2/} “uma estrutura moveável que se desmancha e se recompõe continuamente, ao sabor de contingências imprevisíveis, assumindo formas *“meio aluviais”*, faltando a sedimentação das camadas da sociedade.

A urbanização intensa nas vilas, moldada pela exploração do ouro, teve suas especificidades, a começar pelo próprio sítio de implantação, montanhoso e de difícil acesso, conforme Vasconcelos: “Nas Minas se erguem em locais que lhes não são favoráveis, impróprios quase pelo microclima, pela topografia e pela esterilidade do solo. São fixações que independem, em grande parte, do arbítrio humano, subjugando-o ao segredo mineral. Em volta, o deserto. Nada que se assemelhe às praças fortes portuguesas, ou às brasileiras junto ao mar”^{10/}. Os núcleos são determinados pela atividade mineratória, mas se consolidam através do comércio e do artesanato, tendem a centripetar o agrupamento humano e não a difundi-lo. O trecho urbano é compacto, cresce por compactação e não se esgarça perifericamente. Por outro lado, o autor assinala que, como as urbanizações luzitanas e brasileiras, nas mineiras “também as construções se amontoam, interpenetram-se, multiplicam-se para o alto e para os fundos, escoram-se mutuamente, mas por outras razões: só há uma rua disponível, que importa aproveitar ao máximo. Fazem-se mínimas as testadas, comprimindo as frentes rueiras das moradias”^{11/}. Vila Rica não foge a essas matrizes, implantada em sítio desfavorável, desafiando a topografia, compacta e adensada.

O censo da capitania, em 1804, registra 8 990 moradores nos núcleos (Ouro Preto, Antônio Dias, Cabeças, Alto da Cruz, Padre Faria e Morro), que conformarão Vila Rica.^{12/} O arraial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e o de Antônio Dias destacam-se como os núcleos mais importantes, constituindo referências de identidade para a população até os dias atuais. Assim, ao contrário das povoações mineiras, nas quais a praça principal corresponde, em geral, ao seu núcleo originário, em Vila Rica ela será o ponto em que desembocam os povoamentos iniciais, será consequência da evolução urbana.

A partir de meados do Século XVIII, Ouro Preto já havia adquirido as feições atuais, com a Praça --Paço Municipal articulando os dois núcleos e os principais monumentos nela situados; bem como as suas duas matrizes e arquitetura civil vernacular que desenhavam a paisagem urbana.

B. REBELDIA, CONFLITOS E MOVIMENTOS LIBERAIS

A rápida ocupação e urbanização num contexto de uma economia de mercado^{13/} assentada, na extração do ouro, configurando uma sociedade diversificada, põe em pauta interesses antagônicos. A “desordem”, expressa numa sucessão de revoltas, convulsões e movimentos, ao longo do Século XVIII, será uma das marcas de Vila Rica.

Nas principais revoltas e movimentos narrados pela historiografia, destaca-se a resistência de largos setores da sociedade ao poder da Coroa e aos seus mecanismos tributários. De fato, o Estado implanta uma pesada máquina fiscal voltada para o ouro, e é através dessa máquina espoliativa que

se faz presente nas Minas Gerais, visando a vigiar e tributar a atividade econômica, o que se constitui na principal matriz de conflitos ao longo do século.

Durante seu breve ciclo, a extração do ouro sustenta a economia da Colônia e do Reino.^{14/} Assim, interessa à Coroa a produção intensiva desse ouro, para alimentar o capitalismo mercantil, e no que tange à concessão de datas mineratórias, essas não dependem de muitos requisitos. De outro lado, as políticas de tributação e sua regulamentação são alvos de sucessivas reformulações visando a maior riqueza para o tesouro português. A pesada máquina fiscal mostra-se, no entanto, por vezes ineficaz face à sonegação de impostos. A regulação de atividades tem o seu escopo ampliado no decorrer do século XVIII: em sua segunda metade, os ofícios tornam-se sujeitos a exames periódicos na Casa de Câmara para exercício profissional, implementando ainda o governo outros mecanismos para o controle de trabalhos livres, como o estabelecimento de regulamentação de preços dos ofícios.^{15/}

Vila Rica é a capital da Capitania e também o palco de expressivas revoltas e movimentos da história brasileira daquele período. Produzir e manter a ordem não é uma tarefa fácil desde a Guerra dos Emboabas que se estendeu por cerca de uma década. O aparato administrativo da Coroa volta-se para a ordem apenas na medida em que esta represente obstáculo ao seu objetivo primeiro de recolher tributos em larga escala, enquanto o ouro fomenta os interesses locais que se expressam na insubmissão, na resistência, nas revoltas: “As Minas, ao contrário (*do Brasil litorâneo*), desde cedo se inclinam ao autonomismo, tornam-se insubmissas, prezando a auto-suficiência”.^{16/} Se no litoral as rebeldias são episódicas, na Capitania das Minas são contínuas. Se no litoral envolvem os grandes latifundiários, na capitania põe na arena, como atores antagônicos, largos setores da população e a Coroa.

As palavras de Dom Pedro de Almeida --Conde de Assumar e governador da Capitania-- retratam as dificuldades em se lidar com os distúrbios e conflitos locais, confessando o conde, em carta ao rei, em 1719, “que cada vez posso menos”, ou ainda que “o estar tão radicado, o amotinar-se a gente das Minas, que muitos têm por brio o entrar voluntariamente nos motins”. Ainda conforme o Conde de Assumar: “Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações (...) acrescento que a terra parece que evapora tumultos, a água evapora motins; o ouro toca desaforos, destilam liberdades nos ares (...) o clima é tumba e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, é amotinada lá por dentro, é como o inferno”.^{17/}

O motim de 1720, em Vila Rica, tem o caráter de revolta em relação a novas medidas de ordem fiscal, principalmente no que se refere à instalação de casa de fundição e moedas no local. A rebelião foi organizada por um grupo heterogêneo, envolvendo desde pessoas de projeção econômica e social até pequenos mineradores. Apesar de bem sucedida no primeiro momento, foi debelada pelo Conde de Assumar, devendo-se destacar que Felipe dos Santos é condenado à morte, enforcado e esquartejado, pode-se dizer como punição exemplar, simbólica. Os outros líderes, igualmente conhecidos, são poupados. De outro lado, deve-se destacar o conteúdo “reformista” de tal rebelião, voltada para a contestação de medidas específicas de ordem fiscal.^{18/}

A Inconfidência Mineira, em 1789, distingue-se como o mais importante desses episódios históricos, ainda que não tenha sido exitoso, mas uma conspiração denunciada, abortada com o trágico final que convém aos heróis. Ocorre já num período marcado pelo esgotamento do Ciclo do Ouro, numa sociedade com extensa e consolidada divisão do trabalho. Para Holanda,^{19/} trata-se de um

conflito de interesses contrariados e que, por outro lado, prendia-se à conjuntura histórica ocidental que revelava corrosão pelas novas idéias e transformações econômicas, sociais e políticas, traduzidas na Independência dos Estados Unidos e no declínio do *ancien regime*, na França.

No plano local, o antagonismo de interesses pauta-se na “derrama” empreendida pela Coroa, que é a cobrança dos impostos conforme a previsão do Estado Português, implicando o pagamento da diferença entre o imposto estimado para aquele período e o imposto arrecadado. Desse ângulo, a Inconfidência é um movimento de descontentes com a política colonial. O episódio aglutina diferentes personagens, na sua maioria elementos de projeção na Capitania. Tiradentes, alferes e empreendedor, homem de situação modesta, foi o elemento propulsor da constituição do grupo que se reunia traçando os planos para o levante. Ao seu lado, os influentes coronel Alvarenga, o tenente-coronel Francisco de Paula, os poetas Thomaz Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa e o Cônego Luiz Vieira. Destaca-se que o poeta Cláudio Manoel estudou em Coimbra e era funcionário do governo. Partindo da composição do grupo, pode-se referenciar o “ideário” do movimento em suas contradições.

É fundamental, nesse ponto, situar a questão educacional nas Minas Gerais. Enquanto no Brasil litorâneo o empreendimento colonizador português vincula-se estreitamente à Igreja e, mais especificamente à ordem jesuítica, encarregada da educação, nas Minas, ao contrário, é cerceada a fixação de ordens e congregações. Desta forma, o ensino não está associado à ação missionária nem entrecruza-se estreitamente à religião.^{20/} A educação é deixada a cargo, principalmente, das próprias famílias. As elites locais estudam, com frequência, no continente europeu, principalmente, Coimbra. Portanto, circulam “idéias” nas Minas, ressonantes com a Europa. A própria inexistência de estabelecimentos escolares não é obstáculo ao acesso à literatura da época, inclusive revolucionária. A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América circula de mão em mão. Os ideários irão rearticular-se de forma própria, imbuídas de contradições, na Inconfidência Mineira.

Se por um lado a formação no exterior possibilita a formação de senso crítico e de tomada de consciência quanto aos moldes da tutela portuguesa e quanto ao atraso do Reino em relação aos demais países da Europa, por outro fortalecem os privilégios de classe. Antevendo o potencial dos egressos das universidades européias de impulsionar junto à população a tomada de consciência frente à dominação, o Estado procura cooptar essas novas elites, absorvendo-as em seu aparato e buscando constituir a homogeneidade intelectual. A partir desse raciocínio, Boschi^{21/} irá destacar que os egressos de Coimbra irão configurar como “conciliadores e reformistas”, e, nesse sentido, conservadores. Para Holanda, é na segunda metade do século que se forma nas Minas uma nova casta de letrados e doutores, uma “aristocracia cultural” não inteiramente atrelada às suas origens ou recursos, que mostra-se cônica de seu papel de importadora e portadora de cultura.^{22/}

Afirma o inconfidente Cônego Abreu Vieira: “O povo que produz, ele mesmo, sua riqueza, sem auxílio da Metrópole, pode também autogovernar-se”.^{23/} O projeto da conspiração, de cunho liberal, é de emancipação política: sua palavra de ordem é “liberdade”. No entanto, como afirma Boschi.^{24/} “Não compuseram (os conspiradores) um grupo coeso no que tange à construção de um projeto político organizado, com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem”. O movimento pode ser considerado conservador à medida que defende a emancipação política, mas julga possível conviver com as estruturas básicas da colônia, não apostando na ruptura com a ordem de uma sociedade escravista como horizonte. Em outras palavras, pode-se dizer que o ideário iluminista foi cindido pelo divórcio entre a formulação de “liberdade” e a de “igualdade”. Entretanto, o ânimo

revolucionário assume diferentes contornos com o próprio Tiradentes e o cônego Vieira, este último mais convicto e consistente.

Em seu desfecho, a conspiração é delatada e seus líderes presos e posteriormente condenados, após o processo de devassa do movimento, com perdão para os líderes letrados. Tiradentes é enforcado antes mesmo de tal processo, como punição exemplar, o que o fará “mártir da Inconfidência” na narrativa nacional.

Tal episódio, que denota as fissuras da ordem colonial, pode ser apontado como precursor de outros movimentos na colônia e da própria Independência, que acontece cerca de três décadas adiante, em 1822. A Inconfidência indica que estava formada uma consciência de nacionalidade que se vinha consolidando nos movimentos sediciosos na região. Ainda que circunscrita às Minas Gerais, traduz em “projeto” e “ação” a consciência de determinados grupos de seu contexto, das suas particularidades e de suas possibilidades.

II. REGISTROS DA CULTURA QUE CHEGAM AO PRESENTE

A. AS IRMANDADES: PILARES DA ORDEM E DA VIDA SOCIAL

Não se pode dispensar o exame das organizações religiosas leigas --em especial as irmandades--^{25/} estreitamente imbricadas na formação e estruturação das sociedades das Minas Gerais do século XVIII e presentes até os dias atuais no cenário ouropretano. Em Minas, em Ouro Preto, precedem o Estado e a própria Igreja como instituições e constituem o principal fundamento da integração social dessas sociedades no Ciclo do Ouro. Organizadas espontaneamente, expressam recortes e conflitos sociais, relações de classe e raciais.

Cabe situar, inicialmente, o papel da Igreja na colonização e as feições particulares que toma em Minas, referenciando a alguns aspectos do catolicismo em Portugal. Sanchis afirma que em Portugal a religião católica “pro-vem” enraizada nas identidades locais, sócio-espaciais: no recorte “freguesia” (paróquia), em suas dimensões geográficas e representadas no conjunto de atividades e redes de sociabilidade. Tem como referências cristalizações simbólicas de natureza eminentemente mas não totalmente religiosa: a igreja, o vigário, as romarias, o calendário, as festas, os padroeiros.^{26/}

No Brasil, ainda segundo Sanchis, o catolicismo “ad-vem”: arrancado de seu solo, escala o quadro da história local para projetar-se em outro continente “descoberto” e promover uma expansão sem raízes. O projeto missionário caminha lado a lado com o projeto colonizador do litoral: o Estado absolutista português e a Igreja, através das ordens religiosas, são os propulsores de um povoamento difuso que redistribui as cartas da sociabilidade. Ao contrário do que aconteceu em Portugal, a Igreja, enquanto instituição, não conseguiu expressar aqui, organicamente, a comunidade.^{27/}

Na Capitania de Minas, o rápido povoamento marca a fixação no território com a edificação de capelas em seus núcleos. No contexto já descrito de urbanização sem precedentes, de uma população heterogênea com todo tipo de aventureiros e de desordem latente, as irmandades emergem, no início do século, como elementos de articulação da vida social e como canais de organização numa sociedade onde a livre formação de identidades políticas era vetada. Assumem, então, a tarefa de contratação de religiosos para os ofícios sacros e de construção de templos com recursos da própria população. A Igreja, enquanto instituição, não chega, portanto, às Minas nas primeiras décadas do séc. XVIII: antes vêm os religiosos que constituem um numeroso clero, mais para as cerimônias religiosas do que para a evangelização e a educação. Esta última se fará, na Capitania, independentemente da Igreja.^{28/}

Os padres integram-se à vida social de Vila Rica até mesmo por suas diferentes formações profissionais e participam de movimentos políticos. Enfim, a Igreja é modelada em consonância com a sociedade local do séc. XVIII.

O escopo das atividades das irmandades explica porque estas se configuram nos elementos, por excelência, de coesão social, ou nos "centros de pulsação social da Capitania". Não se esgotam na esfera das práticas espirituais --ao contrário-- terão como objetivo a ajuda mútua, moldando um caráter assistencial, que inclui o socorro financeiro aos irmãos.^{29/} Nesse sentido, desempenham tarefas supostamente do poder público --que se omite--, imprescindíveis àquela sociedade caracterizada pela instabilidade. Estarão ainda estreitamente vinculadas às expressões culturais, fomentando a música, a literatura e construindo o barroco das igrejas coloniais.

De certa forma, as irmandades re-articulam tempo e espaço em Ouro Preto. O espaço, através dos recortes sócio-espaciais definidos ou re-afirmados pela localização das igrejas, que delineiam identidades territoriais. O tempo, através do calendário das festas tradicionais, que persistem até os dias de hoje como momentos de reconstituição ritual de identidades coletivas.

As festas serão expressão das identidades de cada irmandade, cada qual buscando otimizar o emprego de seus recursos e mostrar sua influência. Ainda hoje, a festa tradicional da Semana Santa, assistida por um grande número de turistas, é organizada alternadamente pelas irmandades de duas matrizes da cidade, traduzindo a polarização Pilar/Antônio Dias. No entanto, envolve os diferentes grupos da cidade na execução dos tapetes das ruas: mesmo os estudantes cumprem tal ritual coletivo. Dessa forma, a festa será o momento em que as referências de identidades dos grupos, delineadas a partir de diferenças, convergem e encontram-se na intersecção: na representação da comunidade.

O papel, brevemente descrito, das irmandades, revela a impossibilidade de viver fora dos seus quadros. Mais além, elas continuarão tendo sua importância, mesmo na morte: pertencer a uma irmandade era condição indispensável para o sepultamento garantido, já que os cemitérios contíguos às igrejas eram por elas administrados. Esta tradição persiste até hoje, e embora atualmente existam cemitérios municipais, ser enterrado neles parece implicar, para certos grupos, um baixo status social.^{30/}

O ponto mais importante refere-se ao fato de que as irmandades refletem e reafirmavam recortes sociais: de classes, de estratos sociais e de raça. A primeira irmandade --a de Nossa Senhora do Pilar-- foi criada em 1712 como uma irmandade de brancos. Três anos depois é fundada a irmandade Nossa Senhora do Rosário da Freguesia do Pilar, pelos pretos,^{31/} prevendo em seu estatuto que os cargos de tesoureiro e secretário seriam ocupados por brancos. Assim, sucessivamente serão criadas irmandades --de brancos, de pretos ou de pardos-- que construirão seus próprios templos, que por sua vez retratarão a estratificação econômica em sua maior ou menor opulência.

Em tese, tais recortes sociais não são totalmente rígidos, uma vez que os estatutos prevêm o livre acesso às irmandades, embora na prática indiquem a formação de grupos sociais distintos. Ainda hoje, algumas irmandades ou ordens terceiras são apontadas como sendo as das elites locais, como é o caso da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. Boschi remete à Irmandade do Santíssimo como a mais numerosa e influente, destacando que os grupos dominantes impuseram o culto do Santíssimo no altar-mor, e os outros segmentos chamados a participar no esforço de edificação dos templos construíram nos altares laterais --menos opulentos--

a homenagem aos seus protetores.^{32/} A escolha dos santos protetores das irmandades pode ser considerada símbolo da realidade social e racial da sociedade: há santos de brancos e de negros, cujos mitos e tradições dizem respeito às suas identidades.

Será no meio do século --no período áureo da arquitetura barroca das igrejas-- que os recortes sociais tornar-se-ão mais nítidos. É nesse período que se estabelecem as ordens terceiras, mais exigentes na admissão de seus membros, voltando-se para os grupos sociais mais caracterizados. Desta forma, a classe média burguesa e os mulatos devem estabelecer suas organizações privativas em capelas próprias, caracterizando uma fase em que eclodem os conflitos entre as irmandades.^{33/} Em sua pluralidade, estas retratarão as diferentes inserções e interesses de seus grupos na sociedade, e, portanto, os contornos da organização social local.

Para os mestiços, as irmandades constituem uma forma de evidenciar a ascensão social e a integração na cultura. Para os negros e mulatos escravos, reafirmam-se ao longo do século como veículos de libertação, contribuindo para alforriá-los. O próprio Aleijadinho --artista maior do Barroco-- foi alforriado no batismo.

No entanto, as irmandades não assumem papéis políticos em sua trajetória: ao que tudo indica, não questionarão com sua ação o poder da coroa portuguesa; ao contrário, amortecerão as hostilidades e a desordem. Mas a sua proliferação e o seu vigor são percebidos como ameaça para a Coroa, que trata de buscar a sua cooptação. Assim, além da fiscalização a essas formas orgânicas de organização, o Estado português repassa recursos às irmandades, canalizados para auxiliar na construção das igrejas e para as atividades assistenciais. Trata-se de um repasse de tributos, já que o dízimo eclesiástico era cobrado pela Coroa portuguesa.

Conforme o depoimento de Pe. Simões, com o advento da República, no fim do século XIX, as irmandades têm seu papel esvaziado a partir dessa ruptura com o Estado: mas desempenham o papel de "guardiãs da cultura", já que são responsáveis pela administração das igrejas e ainda ancoram laços de sociabilidade.^{34/}

B. A SINGULARIDADE DO BARROCO LOCAL

O contexto social da Vila Rica do Século XVIII, já analisado, fornece as condições sociais para a produção artística e cultural, que culmina em meados desse século com a construção de um barroco singular das igrejas ouropretanas: na arquitetura, na arte das esculturas e nas pinturas do seu interior. Vasconcelos^{35/} argumenta que o "transplante" da cultura portuguesa, que acrescida à sua adaptação esclarece a civilização litorânea, não leva à compreensão de Minas nem explica as manifestações culturais particulares aí verificadas.

O meio do século já convive com os sinais de exaustão do Ciclo do Ouro. Vila Rica, entretanto, continua sede do poder civil da Capitania de Minas. As manifestações artísticas aí produzidas repercutirão no litoral: Minas passa a irradiar cultura. No litoral, o absolutismo reflete-se na arquitetura. Os templos, construídos por ordens religiosas que se articulam ao projeto colonizador, expressam a conjugação do poder da Coroa e da Igreja. Em Minas, diferentemente do litoral e da matriz européia, o Barroco não é expressão do absolutismo, não é veículo da Contra-reforma ou instrumento das elites: "Não havia reforma a combater, gentio a catequizar, aristocracia a sustentar.

(...) por mais que teoricamente o estilo, em si mesmo, responda a estas condicionantes de seu tempo, em Minas não serve a elas".^{36/} Como exceção, destaca-se a Casa de Câmara e Cadeia --hoje Museu da Inconfidência-- arquitetura oficial e, portanto, reflexo do absolutismo. No entanto, sua solução arquitetônica distancia-se da arquitetura local das igrejas.

Já se mostrou a resistência da população ao poder real, na Capitania de Minas. As igrejas serão construídas através das irmandades, dos esforços e dos recursos coletivos, demorando, por vezes, alguns anos a sua conclusão. De outro lado, não são construídas apenas mediante a importação de técnicos e artistas ou de técnicas: são os artistas locais, na sua maioria mulatos, que produzirão o barroco mineiro.

Lembre-se que Vila Rica é receptáculo de idéias. Recebe informações atualizadas do que acontece e do que se pensa no continente europeu. Seu barroco retratará esse jogo de influências contraditórias e simultâneas, mais de idéias do que de técnicas artísticas e construtivas. Assim, incorpora o Iluminismo do séc. XVIII, que contradiz a essência do Barroco. Se o litoral expressa as diferentes influências a partir de soluções diversificadas, em Minas estas serão conjugadas em esquemas essenciais: a autenticidade se revela na capacidade de aceitar, compreender e reformular as influências.^{37/}

O barroco das igrejas de Vila Rica busca a clareza e irá encontrá-la, senão nos detalhes, no conjunto, pautado na despretensão exterior e na depuração das formas que contrastam com o luxo interior --tradução da sociedade aurífera. Para Germain Bazin,^{38/} trata-se das primeiras manifestações culturais brasileiras: "Há, nas Minas, uma consciência de depuração trazida pela estética rococó que é surpreendente e que não se pode encontrar na Europa da mesma época, senão entre os partidários do neoclassicismo". Antônio Francisco Lisboa --o Aleijadinho-- mostrar-se-á o mestre da síntese ao articular, de forma ímpar, tendências antagônicas, realizando, para Bazin, "os monumentos mais perfeitos da arte luso-brasileira".^{39/}

III. O SÉCULO XIX E O NOVO EIXO DA ECONOMIA

A. A DECADÊNCIA ECONÔMICA E A NOVA POLARIZAÇÃO REGIONAL

Desde meados do século XVIII, o ouro --mola propulsora e dinamizadora da economia real-- dá sinais de seu esgotamento. Vila Rica constitui uma economia urbana e diversificada, mas já com evidências de estagnação. Em 1804, possui 134 estabelecimentos comerciais, um número próximo ao de noventa anos atrás.^{40/} O quadro de relativa estagnação econômica em toda a região é caracterizado pela produção de subsistência, podendo-se destacar a expansão da manufatura têxtil que tem aí um dos seus pólos precursores, a despeito da proibição da Coroa de implantação de atividades dessa natureza. Ressalta-se que só no final desse século tal atividade assumirá a forma industrial em Minas Gerais.

O Ciclo do Ouro ainda guarda seus vestígios na região: em 1919 foi aberta a Mina da Passagem, em Mariana, cuja produção foi oscilante até 1980, quando tornou-se a mais produtiva da região. Em 1930, é aberta a Mina de Morro Velho, em Nova Lima, que se mostra um dos investimentos mais lucrativos do capital britânico. A partir desse episódio, dezesseis companhias de capital estrangeiro --das quais quatro localizadas em Ouro Preto e Mariana-- realizaram prospecções, não obtendo o mesmo sucesso.^{41/}

A passagem do século significa uma ruptura do desenvolvimento não só regional, mas na Capitania de Minas. Já nos primeiros anos desse século, inicia-se a cultura do café, em São Paulo, Rio de Janeiro, sul e sudeste de Minas Gerais, consolidando-se nas décadas de 20 e 30, quando passa a constituir a principal base da economia exportadora. O Ciclo do Café desloca o eixo econômico para essas regiões.

A economia do café assenta-se nas mesmas bases da economia agrícola litorânea dos séculos anteriores: nas grandes propriedades de terra, no trabalho escravo e na exportação. Entretanto, construirá novas fortunas e delineará novas elites que se constituirão em um dos pilares de sustentação do império: os "barões do café". Tal estrutura não apresenta mecanismos de mobilidade social. A prática do apadrinhamento --precursora do clientelismo-- começa nas áreas rurais e estende-se aos núcleos urbanos, configurando redes de fidelidade e de dependência entre as elites e demais estratos sociais.

A independência do Brasil, em 1822, com a adoção da monarquia, não chega a representar uma ruptura com o passado colonial. Mantêm-se os privilégios das elites agrárias e a escravidão, que só virá a ser oficialmente abolida em 1888.^{42/} Ao longo de todo o período do império, ideais liberais

insurgentes geram constantes conflitos. Com a nova dinâmica da economia regional, a partir da terceira década do século, Vila Rica perde seu papel de pólo econômico, ainda que mantenha suas funções administrativas de capital e de pólo cultural. Em 1823, seu nome oficial passa a “Imperial Cidade de Ouro Preto”. O fato de ser capital traz a Ouro Preto importantes instituições e equipamentos públicos: o Jardim Botânico, a Escola Superior de Farmácia e Bioquímica, a Escola de Direito, o Arquivo Público e a Escola de Minas e Metalurgia que será analisada logo adiante. Ainda em função do aparato governamental, a cidade conta com numerosos servidores cujos salários implicam um fluxo de consumo considerável.

Destaca-se que o prolongamento da ferrovia D. Pedro II até Ouro Preto foi obtido pelos ouropretanos em função de sucessivas ameaças de mudança da capital --a facilidade de transporte seria uma forma de fixar a capital em Ouro Preto, já que a sua falta era um dos argumentos que sustentavam o projeto de mudança. Os demais melhoramentos públicos então realizados também visaram ao mesmo propósito.

B. NOVO ATOR NO CENÁRIO DE OURO PRETO: A ESCOLA DE MINAS E METALURGIA

Com o declínio extrativista do ouro em Minas, a Coroa debatia sobre qual seria a saída econômica para a sua mais rica colônia. Já em 1870 administradores portugueses apontavam a indústria mineral como uma das saídas. Várias missões enviadas posteriormente para estudar o assunto chegam a conclusões semelhantes.

As riquezas minerais da Província, e mesmo a necessidade da produção de ferro como suporte para a extração de outros minerais, indicavam que a presença da indústria mineral era estratégica na região, assim como a pesquisa que pudesse embasar tais atividades. Em 1795 é editado alvará que permite a produção de ferro em Minas. Em 1803 é criada a Real Junta Administrativa e Moedagens na Capitania de Minas Gerais, com competência, entre outras, para o estabelecimento de escolas minerológicas e metalúrgicas. Cria-se o cargo de Intendente Geral das Minas. Em Portugal, a reforma pombalina da universidade de Coimbra causava impactos --apesar de depois ter sido neutralizada com o movimento da “Viradeira”--, dando àquela universidade um cunho mais técnico e menos humanista. Neste contexto, é criada a Escola de Minas em Lei da Regência, em 1832, após debates na Assembléia Constituinte de 1823. No entanto, apesar de criada por lei, sua implantação não chegou a se concretizar de imediato, e a idéia foi por muito tempo esquecida. O tema foi retomado no Segundo Império por D. Pedro II, que tinha interesses particulares na área da pesquisa e das técnicas, visitando vários cientistas da época e com eles se correspondendo. Em 1875, D. Pedro II edita outra lei criando a Escola de Minas na Província Central. Indicado por Auguste Debrée, a quem o imperador recorrera, é convidado Claude Henri Gorceix para desencumbir-se da tarefa. É ele que escolhe o local e define os estatutos da Escola que dirigirá até 1891. A criação dessa Escola é ato de vontade política, orientado mais por motivos ideológicos do que econômicos. A escolha de Ouro Preto como sede da Escola é justificada por localizar-se em centro comercial e mineirador, para o qual deveria fornecer engenheiros. O parecer sobre a proposta de Gorceix é dado pela Congregação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, explicitando aí uma disputa que se estabelece entre as duas escolas, exigindo, muitas vezes, intervenção de D. Pedro II a favor da Escola de Minas.

Além da rivalidade com a Politécnica, a Escola de Minas sofrerá com a insuficiência de recursos em Ouro Preto, campanhas de políticos inimigos e ainda com o baixo nível do ensino na Província, o que dificulta a entrada de alunos e obriga a criação de um curso preparatório para ingresso na Escola. "Poucos estabelecimentos de ensino tiveram, como a Escola de Minas de Ouro Preto, impacto na vida social, econômica e científica: ela criou um padrão de trabalho" --diz o historiador Francisco Iglésias na introdução do tema em *A escola de Minas de Ouro Preto-- o peso da glória*.^{43/} A escola introduzia rigoroso preparo técnico e científico, regime de dedicação integral de professores e alunos, exame de seleção para ingresso e bolsas de estudos para alunos que delas necessitassem, sendo importante ressaltar que esses aspectos não eram a prática das escolas então existentes. A demanda social para o ensino científico não existia, "a promoção da Ciência tinha que ser obra quase que exclusiva do governo".^{44/} Os primeiros alunos tiveram dificuldade em serem absorvidos pelo mercado, fazendo-se necessárias, por esta razão, algumas mudanças que habilitassem os alunos ao exercício da Engenharia Civil e de Estradas de Ferro.

Gorceix gozava de prestígio pessoal junto ao imperador e a ministros. Nunca dirigindo-se a instâncias partidárias ou a parlamentares, buscava manter um status apolítico para sua escola. O Positivismo também vem a ter pouca influência, embora a Escola se pautasse por um rigoroso procedimento científico. Como nos tempos áureos de Vila Rica, a Escola de Minas dialogava diretamente com as mais altas instâncias do Império e do governo da Província. Este prestígio permitiu-lhe sair ilesa dos numerosos embates em que se envolveu. Embora o apartidarismo de Gorceix fosse respeitado na Escola, e ainda que o imperador fosse estimado, o movimento republicano era forte entre alunos e professores.

Com o advento da República, o apartidarismo é rompido: A. Olinto foi nomeado presidente interino do Estado, e logo a seguir seis professores foram eleitos para a Constituinte Federal e a Estadual. A Escola representa, neste momento, um forte poder político para a cidade de Ouro Preto que, desta forma, permanece íntima do poder central até 1930, momento em que Minas Gerais é afastada da centralidade política do país. Antes disso, diversos políticos ligados à Escola ocuparam Ministérios na República.

O fortalecimento dos republicanos na Escola e as desconfianças mútuas levam Gorceix a pedir demissão em outubro de 1891, embora um "abaixo-assinado" de alunos pedisse o contrário. A transferência da Capital e até mesmo a proposta de transferência da própria Escola para Barbacena, pleiteada pelo mesmo grupo político da Zona da Mata, cuja influência havia sido fundamental na mudança da Capital, golpeou a Escola.

Em 1900, outro golpe: o anexo preparatório deixa de funcionar, sendo reativado somente em 1911. A Escola segue, enfraquecida, formando quadros técnicos importantes e que têm participação ativa na formulação de políticas minerárias para o Brasil. É reconhecido o nacionalismo desses quadros. Embora politicamente importante para Ouro Preto e forte referência para o país como um todo, a vida da cidade e da Escola não se misturam, fato em parte motivado pela posição de "pesquisa científica e técnica" firme na Escola, que não lhe possibilitava maior interação com a comunidade em que se inseria. O afastamento de Minas do poder central abala enormemente a posição da Escola de Minas, que só voltará a uma boa situação com o governo Kubitschek e seu ministro Clóvis Salgado, que tem grande apreço a ela, e, ainda, por intermédio de Israel Pinheiro --engenheiro construtor de Brasília--, ex-aluno da Escola. Em seu momento de crise maior, a Escola é incorporada, em 1931, à Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, nivelando o salário de seus

professores ao das demais carreiras universitárias, o que criará dificuldades de recomposição dos quadros docentes. Em 1960, a Escola volta a ser a Escola de Minas; em 1969, passa a Fundação Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, e, em 1972, constituirá o núcleo central da Universidade Federal de Ouro Preto.

C. A TRADIÇÃO DAS REPÚBLICAS ESTUDANTIS

As repúblicas, hoje de propriedade da UFOP, constituem uma forma única de moradia estudantil no país, similar aos moldes de Coimbra, herança do intercâmbio e influência dessa universidade nas Minas coloniais.

Tal sistema atravessa o século e reafirma-se até nossos dias pautado na tradição --nenhuma administração alterou seu formato, hoje amparado pela fundação de ex-alunos da Escola de Minas e da UFOP-- Fundação Gorceix. De outro lado, imprimem dinâmica própria à cidade, quer por polarizar e receber estudantes nos períodos de festas, quer pelas festas, quer pelo fato de que suas placas com seus símbolos são indissociáveis do cenário de Ouro Preto. Os estudantes e sua repúblicas integram o elenco de referências históricas, histórias e mitos da cidade.

Destaca-se que de um total de 2 178 alunos, em 1994, 38.82% moravam em repúblicas da UFOP, predominando o sexo masculino; 15.27% em repúblicas particulares, com predominância do sexo feminino. Considerando que do mesmo total 24.1% são moradores de Ouro Preto ou Mariana; 14.96% originam-se de Belo Horizonte ou da microregião de Ouro Preto; 38.02%, de outras cidade de Minas e 21.74% de outros Estados, pode-se observar que as repúblicas da UFOP absorvem em torno da metade da demanda por moradia estudantil.^{45/}

Em sua maioria, as repúblicas não são mistas, sendo com frequência exclusivas dos cursos específicos, em continuidade à tradição da época de sua criação, quando se dividiam em repúblicas para estudantes da Escola de Minas e da Escola de Farmácia. Os critérios para o ingresso de um novo estudante são estabelecidos pelos moradores. Em que pese a construção de novos alojamentos no campus da Universidade, a grande disputa de vagas se dá nas repúblicas da área central de Ouro Preto. Face a essa disputa e às suas tradições, o processo de ingresso pauta-se em rituais. Os novos estudantes incorporados às repúblicas ingressam, de certa forma, numa trama de laços primários composta pelos membros atuais e pelos membros anteriores. Estes últimos não se desvinculam das repúblicas, sendo chamados a decidir ou mesmo a colaborar com a manutenção ou reformas nos imóveis históricos. Tais vínculos passam pela incorporação de símbolos comuns de identidade: cada república tem seu nome,^{46/} muitas vezes irreverente, e seu símbolo, ambos exibidos em uma placa externa. Ex-alunos terão suas fotos de formatura viradas contra a parede, como advertência, nos casos de haver rompimento ou atitudes que contrariem os interesses coletivos. Essas fotos podem mesmo ser removidas, o que implicaria total exclusão. Portanto, moradores e ex-moradores têm igualmente em sua república uma referência de identidade: "pertencem" àquela república. Pertencer a esta ou àquela república implica maior ou menor status no meio estudantil. A reafirmação dessas identidades passará pela distinção entre os grupos e mesmo pelas disputas entre eles.

Nem os estudantes nem a população tentam uma aproximação mais forte, não se integrando aqueles, de forma mais extensa, ao cotidiano dos moradores da cidade. Os estudantes têm seu cotidiano próprio, absorvido pela Universidade e pela república, mantendo laços de vizinhança já

estabelecidos anteriormente. Entretanto, os jovens da cidade mesclam-se aos estudantes nas festas do Centro Acadêmico da Escola de Minas --Caem-- situado na Praça Tiradentes, ou nos próprios eventos que acontecem na Praça. De outra forma, nos momentos extraordinários --as festas--, os estudantes integram-se à população, em maior ou menor grau. Na Semana Santa, ajudam na confecção dos "tapetes" das ruas; no carnaval, constituem blocos. Deve-se destacar, ainda, a festa de doze de outubro --da Escola de Minas--, que mobiliza um grande número de turistas, e da qual, em movimento inverso, os moradores participam.

As repúblicas consistem, portanto, não apenas em uma forma singular de moradia, mas em uma forma de organização também peculiar, assentada em elementos da tradição já consolidados. Ainda que sejam reelaborados e atualizados em alguns de seus aspectos, mantêm-se os princípios básicos de sua constituição e estrutura.

IV. A PASSAGEM DO SÉCULO E O NOVO EIXO DO PODER

A. A PERDA DA POSIÇÃO DE CAPITAL DE UM ESTADO REPUBLICANO

Em 1889 é proclamada a República, com instalação do governo provisório militar. Os dois primeiros anos serão caracterizados por embates entre centralistas militares apoiados pelas antigas elites agrárias, e os federalistas, que representam as novas elites de São Paulo e Minas, que defendem a descentralização do poder sob a forma de república federativa, controlada pelo Congresso.

Os paulistas, que detêm a hegemonia econômica, aliados às oligarquias rurais das diversas regiões do país, terão o controle do regime político do período --de 1889 a 1930-- denominado República Velha. A mudança formal que acompanhou o novo ciclo foi a introdução do federalismo como princípio básico da organização política nacional, correspondendo aos interesses que então se sedimentavam no fim do império, em especial da burguesia cafeeira. A constituição de 1891 conduzirá à consolidação do poder oligárquico sem o contrapeso representado no período anterior pela poderosa máquina estatal. Institui-se a política do "café com leite", que prevê a alternância de São Paulo e Minas na presidência da república. A região de Minas que estará em foco será o Sudeste, produtor de leite.

Em que pesem vozes isoladas de oposição pautada nos princípios liberais, a oligarquia rural mantém-se como classe dominante econômica e politicamente, durante todo o período da República Velha, constituindo a economia cafeeira agro-exportadora a base para a sua dominação.

Por ironia, a mesma Ouro Preto do século XVIII, precursora da Independência, onde alinhavam-se ideais republicanos, sofrerá os maiores impactos da constituição da República.

Ao longo do século XIX, a mudança da Capital foi pauta de alguns embates legislativos e movimentos, sob argumentos tais como o difícil acesso ou as condições topográficas desfavoráveis à expansão e à implantação de uma rede de estradas regionais, o que já traduz, de fato, o deslocamento do eixo econômico para outra região do Estado. A sucessão de disputas resulta na sucessão de fracassos de tais idéias, festejados em Ouro Preto que se reafirma, então, como sede do poder de Minas Gerais.

No entanto, já um ano após a Proclamação da República, reiniciam-se tais lutas --a área polarizada por Ouro Preto era extremamente reduzida. Está na pauta das elites a necessidade da retomada do crescimento econômico do Estado e da maior articulação de sua economia e, portanto, de uma capital que efetivamente pudesse constituir-se em um centro polarizador. O impulso para as

idéias de mudança assenta-se na nova correlação de forças políticas: não se trata mais de uma capital de província, mas da capital de um Estado Federativo.

Assim, a última década do século marca-se por embates quanto à mudança da capital e disputas quanto à sua localização, concretizando-se a sua construção e inauguração em 1897 --menos de dez anos após a instauração do regime republicano. Estava em jogo para o governo e as elites não apenas a consolidação do Estado como força política ou a integração da economia, mas a sua própria expressão de poder através da construção de um novo espaço que exprimisse a ruptura com o passado e a inauguração de novos tempos.

A República nasce ancorada em ideais positivistas, que se traduzem na inscrição "Ordem e Progresso" da própria bandeira nacional. A nova capital deverá, portanto, refletir esse ideário, constituir-se numa cidade moderna, irradiadora de civilização e progresso. Seus espaços são planejados visando à expressão da modernidade que se contrapõe e nega a herança de Ouro Preto. A nova capital, em nome do progresso e da construção de uma imagem de modernidade, rompe integralmente com o passado. De outro lado, o ideal de ordem é manifesto no traçado ortogonal e no zoneamento, nos grandes eixos que permitem a visibilidade e o controle, fundamentos do poder. Uma série de antíteses e rupturas com Ouro Preto evidenciam-se na construção desse novo urbano, símbolo de poder e modernidade: planejado, ordenado, setorizado, saneado e controlável. Entretanto, como se verá mais adiante, é a partir de Ouro Preto, de seus símbolos e mitos, que o Estado procurará compor e construir a sua ideologia, a sua narrativa hegemônica.

Para Ouro Preto, a transferência da capital traz, dentre outros, o impacto da perda de 10 000 habitantes, de um total de 17 860,^{47/} que se transferem para a nova capital: "os jornais da época e a história oral registram uma cidade fantasma, repleta de casas fechadas e moradores que oscilavam entre a perplexidade e o ressentimento".^{48/}

Resta à cidade, até à década de 30, o alento do desenvolvimento da Escola de Minas, que se configura num importante ator no cenário educacional, técnico-científico e político.

B. A REPÚBLICA NOVA E O PERÍODO POPULISTA

Se nas três primeiras décadas do século XX e da República pode-se dizer que não existia o Estado brasileiro, mas apenas o rebatimento das oligarquias, a partir da Revolução de 30 e do governo de Getúlio Vargas, rompe-se a hegemonia oligárquica. A nova hegemonia é construída pela conciliação dos interesses entre os dois segmentos proprietários: a oligarquia rural e a burguesia industrial em ascensão.

Os anos trinta serão um marco de transformação radical da economia brasileira. Com a expansão da divisão social do trabalho em direção à industrialização, emerge um processo irreversível de urbanização e despontam no cenário as classes trabalhadoras urbanas.

Assim, no primeiro período da fase populista, o Estado tem que admitir a existência da classe operária e trata de incorporá-la ao seu projeto de um Estado de compromisso, e o faz mediante tutela. Incorporando diferentes setores sob formas corporativas, visa à dissolução de antagonismos sociais. Nesse contexto, emerge o populismo como expressão política do novo arranjo das relações

de classe.^{49/} Nas sociedades latino-americanas, sua feição é basicamente urbana, já que se refere às transformações vinculadas à urbanização que gera uma massa disponível para a mobilização política.

O que cabe destacar, devido aos rebatimentos específicos em Ouro Preto, é que tal arranjo, pautado em pactos de grupos sociais, obscurece as fronteiras das classes, põe em foco as categorias povo e nação, visando ao consenso e à integração social.

O início da década, para Ouro Preto, é duplamente assinalado. De um lado, pela instalação da Eletroquímica Brasileira, empresa que dezesseis anos mais tarde passa ao controle da Alcan, inaugurando o "ciclo do alumínio". Por outro lado, em 1933, Ouro Preto é declarada Monumento Nacional, constituindo um dos sustentáculos da construção da narrativa de identidade nacional, fundamental para a legitimação do Estado autoritário, pautado no pacto social. É o mesmo governo que, no fim da década, estabelece efetivamente uma política de patrimônio a partir da criação do Sphan: a seleção do histórico, do artístico e do nacional deverá apoiar a história oficial brasileira, articulando os interesses hegemônicos ao reforçar os suportes de coesão social, étnica e política.

V. OURO PRETO: PATRIMÔNIO CULTURAL

A. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE NO IDEÁRIO MODERNISTA BRASILEIRO

Esgotado o Ciclo do Ouro, transferida a Capital, a ex-Vila Rica adormece no ritmo de sua vida cotidiana, das lembranças dos dias de glória, da mágoa pelos dias agora mais lentos, movimentados apenas pelas disputas locais. Parece que num certo momento o tempo pára, parece que espera outro Ciclo, outra glória.

Outro ciclo virá: o do alumínio, mas a glória não virá daí: caberá aos jovens modernistas brasileiros redescobrirem a cidade para o país.

E quem são esses “modernistas”?

“Moderno” é o movimento estético gerado pelo Iluminismo, e “modernismo” refere-se à nossa própria crítica do passadismo, concretizada na Semana de Arte Moderna, de 1922. Moderno é um termo universal, enquanto modernismo é local, brasileiro.^{50/} No bojo do movimento moderno, os nossos jovens “modernistas” vão se situar de uma maneira própria, e nas palavras do crítico Mário Pedrosa: “Como em várias manifestações de ordem cultural, é do exterior que é preciso buscar suas origens (...)”. As forças vivas do instinto venciam com predominância nos meios intelectuais. Nossos jovens escritores e artistas, vindos a Paris, encontraram-se diante de um culto novo por tudo o que fosse ingênuo, bárbaro, antiintelectual, anticivilizado, antiocidental. Compreenderam a contribuição que poderiam fazer surgir do seu próprio solo, sem que fosse necessário buscá-la na África, na Ásia, ou nas ilhas perdidas dos arquipélagos oceânicos”. A valorização da estética do *make-it-new*, de Pound, ou ainda a “tradição do novo”, de Rosenberg, que se traduz nas expressões artísticas do momento, vêm acompanhadas de traços de um discurso da tradição, do local, do particular, situado fora dos circuitos “oficiais” da Europa. “Foi de Montparnasse e de Montmartre que eles descobriram seu país. Seu evangelho fundamentou-se, então, na fusão de dois termos opostos: cultura e instinto”.^{51/} Assim, em 1924, os modernistas mineiros, acompanhados do poeta suíço radicado na França, Blaise Cendrars, realizam a histórica “Viagem de descoberta do Brasil”: Semana Santa passada em Ouro Preto, “povoaçãozinhas” e outras cidades históricas de Minas Gerais. Eis a narrativa de Mário de Andrade, o principal articulador dessa expedição: “Em 1924 não vim só, como da primeira vez. Veio uma caravana de jornalistas e intelectuais de São Paulo, com a intenção de assistir às tradicionais solenidades da Semana Santa. Era uma turma grande, onde não faltava o

elemento feminino, representado por D. Olívia Penteado, e que transportava na viagem os seus hábitos de grande dama, inclusive uma secretária e a artista Tarsila do Amaral".^{52/}

Retomando Santiago e reportando a Brito: "A viagem marca uma data, um momento muito importante para discutir a emergência, não só do passado pátrio (mineiro, barroco, etc.), mas do passado enquanto propiciador de uma manifestação estética, primitiva (ao naïve) (...) Aqueles poetas estavam imbuídos pelos princípios futuristas, tinham confiança na civilização da máquina e do progresso, e de repente viajam em busca do Brasil colonial. Deparam com o passado histórico nacional e com --o que é mais importante para nós-- com o primitivo enquanto manifestação do barroco setecentista mineiro".^{53/} "O divórcio em que a maior parte dos nossos escritores sempre viveu da realidade brasileira fazia com que a paisagem de Minas Barroca surgisse aos olhos dos modernistas como qualquer coisa de novo e original, dentro, portanto, do quadro de novidades e originalidade que eles buscavam. E não falavam, desde a primeira hora, numa volta às origens da nacionalidade, na procura do filão que conduzisse a uma arte genuinamente brasileira?".^{54/}

A redescoberta de Ouro Preto e do Barroco trazia a revelação do "nacional", ou, nas palavras do próprio Mário de Andrade ao poeta Carlos Drummond de Andrade: "(...) não existe essa oposição entre nacionalismo e universalismo. O que há é mau nacionalismo ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. (...) Ou, se ao menos não formos nós já completamente brasileiros, as outras gerações que virão paulatinamente desenvolvendo o nosso trabalho, hão de levar, enfim, esta terra à sua civilização".^{55/}

O crítico modernista Pedrosa situa Ouro Preto: "Assim, a primeira arte que tivemos no Brasil foi a barroca, ou seja, a arte de "vanguarda" da Europa de então. Foi pelo barroco que começamos no domínio da arte. As mais belas flores desta arte nascida do nosso solo ainda virgem, produtos da nossa sociedade-oásis na vastidão do território selvagem e inabitado, e do gênio ainda bárbaro, ingênuo e instintivo dos nossos primeiros artistas --ei-las: as vistas de Ouro Preto, velha capital da transitória civilização do ouro, que se constituiu, em menos de um século, nas serras de Minas Gerais; suas igrejas de beleza dramática, já ornamentadas com flores e frutas locais; não longe dali, em Congonhas, outra cidade velha, as comovedoras esculturas dos profetas bíblicos, feitas em pedra da região, pelo cinzel ainda canhestro, mas veemente, convulsivo, passado à história sob o apelido carinhoso e triste de "Aleijadinho", nascido nos anos 1730 ou 1738, falecido em 1814".^{56/}

Em crônica escrita por Mário de Andrade, logo após a viagem de 1924, e citada por Silviano Santiago, pode-se sentir o impacto do encontro entre modernistas e Ouro Preto: "Mas, voltando ao assunto, que maravilha caída do céu a nossa Tarsila! Tomou-a agora um fogo sagrado... os olhos brilham. A voz firmou-se enérgica, verdadeira. Que é de Paris? Que é do Cubismo? Não, Malazarte (Malazarte é o nome que Mário usa para assinar a crônica). Volto a Paris, mas para me aperfeiçoar ainda mais no processo de restauração de pinturas. Depois venho para Minas. É preciso conservar tantos tesouros. Eu estou pronto. E sem nenhuma paga. Que remuneração melhor para mim que restituir à pequena e maravilhosa Rosário de São José d'el Rei o esplendor passado de seu teto? Toda a minha vida se resumisse nisso... eu seria feliz! Gosto das grandes empresas". Silviano Santiago observa a respeito desse trecho: "É bastante significativa essa pequena passagem porque está em germe aí um dos grandes projetos conservacionistas dos modernistas: aproximam-se do Ministério da Educação e Saúde na década de 30 para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional --SPHAN--, Mário de Andrade à frente. A meu ver, o discurso mantido por Tarsila,

resquício do discurso da tradição, ao lado da estética nitidamente futurista ou dadá dos modernistas, serve para a instituição bastante rápida do credo modernista no Estado Novo".^{57/}

No tumultuado horizonte político do Brasil, na época, instala-se o governo Vargas, que buscando bases de legitimação incorporava ao Estado quadros intelectuais, alguns deles ligados ao Modernismo. Quanto a isso, o crítico Mário Pedrosa observa: "Mas, se no domínio político, é a reação que domina, em certos setores isolados, como a arquitetura, é a revolução que domina".^{58/} Em 1936, Mário de Andrade elabora o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, o anteprojeto é transformado em decreto e publicado. Assim, é institucionalizada no Brasil a política de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico, nos moldes em que aqueles modernistas chegados a Ouro Preto, na Semana Santa de 1924, haviam revelado ao país: a nossa face nacional, "ínculta e bela", como outrora fora a nossa língua nos versos de Olavo Bilac. "Tenho orgulho disso. Rio de todas as civilizações, porque já tenho a minha pessoal" --dizia Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, em carta, pouco depois da viagem.^{59/} Símbolo do Brasil, este patrimônio barroco perdido em si mesmo e redescoberto pelos modernistas, vai-se desdobrar em influências na arquitetura moderna brasileira. "As velhas igrejas barrocas de Minas têm sentido no amor de Niemeyer pela forma curva" --diz Pedrosa.^{60/}

Mas o que dizia a velha Vila Rica dessa descoberta de Ouro Preto? Desses moços que chegavam por ali e despertavam a curiosidade das gentes?

"Rodamos grande parte do interior de Minas, dizia Mário de Andrade. Em certa cidade, fomos objeto de curiosidade popular, devido ao grande número de pessoas e de bagagens. E, quando procedíamos à contagem das malas no hotel, fui abordado por um popular que desejava saber se éramos do circo. Aí, num momento de inspiração, perguntei a Tarsila: E os elefantes, onde estão? (...) Não se pode calcular o sucesso da pseudo-companhia de circo na cidadezinha tranqüila".^{61/}

Que dizia essa gente que olhava a caravana que chegava? E quando definitivamente a caravana instalava uma ponta avançada ali na cidade, para proteger aquelas velhas coisas, agora muito importantes para o país?

B. A TRAJETÓRIA DA GESTÃO FEDERAL DO PATRIMÔNIO VISTA ATRAVÉS DE OURO PRETO

Como foi mostrado, o tombamento de Ouro Preto como Monumento Nacional, em 1933, é uma das antecipações, se não sementes, do delineamento de uma política de preservação no país. Sua institucionalização se fez mediante o Decreto-Lei Federal nº. 25, de 1937 --marco legal até os dias atuais-- que rege a matéria do tombamento e determina o controle direto de qualquer intervenção em áreas ou bens tombados em nível nacional pela SPHAN. Os controles da política do patrimônio, que balizarão a atuação do SPHAN e sua instrumentalização por meio de conceitos e critérios, imbuem-se da mescla de propósitos e contradições do Estado Novo com o ideário do movimento modernista. Por diferentes percursos, ambos convergem para a construção de uma identidade cultural nacional. Para Estanislau:^{62/} "No Brasil, a preservação voltou-se para vestígios de um passado construído para ser cultuado. Os monumentos tombados reiteravam e sacralizavam a história oficial como se fosse a história de todos os brasileiros (...). Tudo isto porque a memória é um campo privilegiado da política e em torno dela travam-se combates quase nunca explícitos. (...)"

A visão dos centros históricos tombados pelos precursores do alinhavamento de tal política - de Rodrigo M. F. Andrade a Lúcio Costa-- irá determinar o aparato conceitual e o escopo de ações do SPHAN nessas áreas. Trata-se de uma visão de uma cidade idealizada, tomada como expressão estética e apreendida a partir de parâmetros estilísticos --uma cidade, portanto, separada de sua dinâmica sócio-cultural. Em decorrência, a ação institucional do órgão volta-se para a conservação desses centros com o foco dirigido aos monumentos e edificações isoladas. Alguns trechos da carta do arquiteto Lúcio Costa --técnico do SPHAN--, ao então diretor Rodrigo M. F. de Andrade, revelam os marcos conceituais da Instituição: tal carta, citada por Motta,^{63/} argumenta em favor do projeto do Grande Hotel, elaborado por Oscar Niemeyer: "Sei, por experiência própria, que a reprodução do estilo das casas de Ouro Preto só é possível, hoje em dia, a custa de muito artifício. (...) depois de concluída a obra, ou a imitação perfeita, o turista desprevenido correria o risco de, à primeira vista, tomar por um dos principais monumentos da cidade uma contrafação, ou então, fracassada a tentativa, teríamos um arremedo neocolonial. (...) Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN, que terá mesmo, de qualquer forma, mais cedo ou mais tarde, de proibir em Ouro Preto os fingimentos coloniais".

Desta forma, os critérios para novas edificações em Ouro Preto apontaram para uma arquitetura contemporânea de boa qualidade. A impossibilidade de aplicação dessa primeira fórmula, na prática, conduziu a critérios que visavam à harmonia entre o conjunto antigo e as novas inserções, a partir de elementos tipológicos semelhantes, estabelecendo o padrão estético de uma fase de Ouro Preto.^{64/}

Nesse período inicial, cada caso é tomado em suas particularidades. A relação do SPHAN com a cidade passa pela pessoalidade e informalidade: "Rodrigo de M. F. Andrade *era* o Patrimônio".^{65/} As análises de projetos ou mesmo propostas de soluções arquitetônicas eram pautadas nessa informalidade: um croquis poderia ser feito na rua. Rodrigo de M. F. Andrade inscreve-se na lista dos personagens significativos da história local: até hoje é reverenciado e respeitado. A relação fluente do SPHAN com os moradores, nessa primeira fase, pode ser creditada ao fato de que a linha de atuação no período era autoritária, porém, paternalista --o SPHAN executava obras na cidade. Esse paternalismo determinava a resposta da população às novas políticas.^{66/} No entanto, desde esses primeiros tempos, a relação da população com o SPHAN parece ter-se pautado na dualidade, havendo referências ao "clima antipatrimônio" na cidade, no final dos anos 30,^{67/} claramente por tais políticas contrariarem a expectativa de intervir livremente nos imóveis particulares, delineando um campo de conflito potencial.

A análise "caso-a-caso" mostra-se inviável com a expansão de pedidos de aprovação de projetos. Recorre-se, assim, à normatização com o estabelecimento de alguns critérios e exigências para reformas e novas edificações. Em parte, essas normas foram absorvidas pela população, sendo utilizadas até mesmo nas periferias que começaram a surgir. De outro lado, observam-se inovações na área central. Novamente a dualidade se faz presente, em parte pelo acatamento às normas que desenham a imagem urbana, em parte pela recusa dos padrões de uma cidade idealizada.^{68/} Tais normas voltam-se basicamente para o controle das fachadas: partia-se do pressuposto que a cidade não iria crescer, predominando o seu conjunto do século XVIII.^{69/} O ciclo do alumínio, entretanto, impõe uma nova dinâmica a Ouro Preto: cresce a população e expande-se o urbano, quer por adensamento, quer por novos parcelamentos, num processo de periferação que se irá acentuar a partir da década de 60.

Cabe destacar, nesse ponto, que projetos de toda natureza passam pelo crivo do SPHAN: O Decreto-Lei 25/37 é amplo e estabelece a competência relativa ao controle dos parcelamentos. No entanto, embora detivesse tais atribuições, o SPHAN eximiu-se de exigências relativas aos critérios urbanísticos dos novos parcelamentos. É importante destacar que tal matéria só veio a ser disciplinada no âmbito federal pela Lei 6766/1979: até então, o parcelamento do solo não era objeto de regulação, contribuindo para a precariedade dos parcelamentos nas periferias das grandes cidades brasileiras. De outro lado, o Município, que poderia deter o controle da expansão urbana, no caso de Ouro Preto dispensa, na prática, tal prerrogativa. Ainda que seja delineado um novo quadro urbano, o SPHAN mantém a normatização anterior, que passa a ser objeto de detalhamento, uniformizando assim os pareceres.

De positivo, nessa forma de atuação, destaca-se que o cenário colonial foi mantido, preservando-se o arruamento e o alinhamento das edificações,^{70/} e, de outro lado, o fato de que as regras são mais claras, facilitando a sua compreensão e incorporação pelos moradores. Quanto aos problemas,^{71/} vão desde a falsificação devida ao controle das fachadas à mutilação nas edificações posteriores ao século XVIII --relegadas--, ao surgimento de uma "arquitetura híbrida" e descontextualizada nos novos lotes.

A partir da *Carta de Veneza*^{72/} delineam-se, nos anos 60 novos conceitos, como o de "sítio urbano", que são incorporados ao discurso oficial da Instituição. Contudo não rebatem, na prática, nos critérios de aprovação das novas edificações. Os anos 70 --autoritários-- trazem ao país a experiência dos planos diretores. Em Ouro Preto serão dois --nenhum acionado pela municipalidade e, em consequência, nenhum dos dois aprovado pelo Município ou implantado a despeito do crescimento da cidade.^{73/}

O fim da década, marcado pelo processo de abertura política, trará à cena Aloísio Magalhães, e com ele uma concepção ampliada de patrimônio ancorada na noção antropológica clássica de cultura, remetendo à pluralidade cultural e ao cotidiano dos grupos sociais. Nesse momento o esforço de interlocução entre os cidadãos e os poderes públicos ganha "moldura pluralista e democrática".^{74/} Ao assumir a direção do SPHAN, Aloísio Magalhães promove um seminário em Ouro Preto, envolvendo diferentes órgãos, a própria prefeitura e representações comunitárias, visando a estabelecer as bases para atuação no local.

O novo diretor implanta em Ouro Preto um escritório técnico da instituição com profissionais multidisciplinares. Em consonância com o novo aparato conceitual, a Instituição ganha autonomia com sua transformação em SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória, ampliando seus quadros técnicos. As novas equipes traziam à pauta a questão urbana e a cidade como indissociáveis da questão do patrimônio. Para Motta,^{75/} entretanto, a despeito de um novo marco conceitual, as normas foram retomadas sob a forma de cartilha até meados da década de 80. Adotou-se, então, como diretriz, a valorização do patrimônio como instrumento de qualidade de vida, buscando critérios a partir da contextualização urbana.

Uma novidade local será o acionamento do Poder Judiciário, pelo *hoje* IPHAN, com uma certa frequência. A informalidade dos primeiros tempos contrasta-se com tal recurso, que remete para a instância judicial o equacionamento de determinados conflitos. Tal recurso, de certa forma, reflete o contexto de democratização e aponta para a esfera pública.

Outra novidade no plano nacional refere-se à Constituição Federal (acompanhada pela Constituição Estadual) de 1988, que garante o direito à cultura e adota em seu artigo 216 uma abordagem ampliada da memória dos grupos sociais. O patrimônio cultural é conceituado como os “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Em face a 50 anos de uma prática relativamente contínua da Instituição, pode-se considerar que os avanços conceituais da década de 80 como recentes e ainda não sedimentados de forma a refluírem integralmente nas práticas do IPHAN. Uma maior flexibilidade nos critérios e a adoção de parâmetros urbanísticos no tratamento da questão do patrimônio, são avanços já consolidados.

A terceira novidade --local-- refere-se ao envolvimento do poder público municipal na problemática urbana e do patrimônio cultural a partir dessa administração. A instituição do Grupo de Assessoramento Técnico --GAT-- da Prefeitura, com participação, dentre outros órgãos, do IPHAN, assinala o avanço de se tratar a questão em um fórum mais amplo e interinstitucional.

VI. LINEAMENTOS E CONCLUSÕES

A. OURO PRETO: SÍMBOLO LEGITIMADOR DO PODER

Ouro Preto ancora em diferentes níveis e modulações a construção da identidade do Estado de Minas Gerais, e narrativas que remetem à “Nação”. Tais representações são, portanto, construídas de fora, revelando interseções entre Ouro Preto e a construção de um simbólico que ultrapassa seus limites.

As narrativas de identidades oficiais são constituídas no diálogo entre as elites e os outros segmentos: mobilizam a tradição e articulam-se muito estreitamente com elementos da modernidade. Trata-se da construção de histórias coerentes que recuperam aspectos culturais e origens comuns, que selecionam mitos e heróis. Ainda que a recepção de tais representações não possa ser controlada, elas visam a atender aos interesses dos grupos dominantes, provendo uma base de legitimidade para o governo e esses setores. No caso brasileiro, em que pese a Proclamação da República Federativa, no final do séc. XIX, o projeto efetivo de Estado, que tem em vista a construção de uma hegemonia fundamentada no “pacto social”, como já se viu, emerge na Revolução de 30 e na República Nova. Não é por acaso que o governo Vargas cria o Ministério da Educação, procurando a unificação das bases do ensino nacional e, portanto, visando à homogeneização da reprodução cultural. Na seleção da História dentro da História, Ouro Preto é acolhida principalmente por causa da Inconfidência Mineira, e Tiradentes proclamado mártir e herói.

Mais além, 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, é em algum momento, instituído feriado nacional, reforçando o caráter de símbolo de uma narrativa nacional e sobrepondo o movimento da Inconfidência a outros que compõem a história das Minas ou do país --alguns, inclusive, de caráter revolucionário, como os Quilombos. As narrativas de identidade nacional, apoiadas na origem, história, território e cultura comuns, ocultarão com certa frequência as relações de classe, de raça, de gênero.

Nesse sentido, o ideário da Inconfidência e o próprio movimento, prestam-se à sua incorporação à narrativa oficial, a partir de sua ambigüidade. De um lado, o caráter liberal e emancipatório, na vanguarda em relação ao contexto da colônia, afirmando-se como precursor da Independência. Na mesma direção, pode-se destacar o caráter de movimento desenhado por um grupo social heterogêneo e o componente romântico dado pela presença de poetas que ganham relevo na historiografia. De outro lado, já se remete ao seu cunho conservador na medida em que as estruturas sociais básicas não são efetivamente apontadas como alvo de rupturas. Obviamente, o primeiro ponto, que implica romper apenas parcialmente com o *status quo*, irá inscrever-se na narrativa de identidade oficial: possui elementos suficientes --do romantismo à tragédia-- para a

elaboração de uma mitologia consistente. Põe em evidência e articula o antagonismo *rebeldia e conciliação* --elementos fundadores do próprio mito da mineiridade,^{76/} que nada mais é, em certo sentido, que o simulacro do ouropretano.

A construção do Estado Novo busca ainda ancorar-se no plano cultural, na elaboração da idéia de patrimônio como valor e como identidade. No governo de Getúlio Vargas é criado o órgão que será encarregado da guarda dos bens culturais, imbricando-se com a escolha de Ouro Preto como um forte modelo e molde na construção desse vigoroso discurso.

Dois movimentos aparentemente antagônicos desembocam no "projeto" de hegemonia: um apontando para o futuro, outro resgatando o passado colonial; um buscando a universalidade apoiado na arquitetura moderna, o outro calcando-se no barroco mineiro em sua singularidade. Será no discurso das vanguardas brasileiras --no movimento modernista-- o entrecruzamento de ambos, que Ouro Preto --tradição-- é anunciada como um dos elementos fundantes de uma modernidade específica, própria, nacional. Assim, o movimento modernista, como as vanguardas de então,^{77/} busca sua mitologia e irá encontrá-la em Ouro Preto. Ampara, assim, a idéia de Brasil-Nação, essencial para a legitimação do governo autoritário.

De forma muito mais ampla, o Estado mineiro acolhe a Inconfidência Mineira já no primeiro momento de sua criação. Acolhe contraditoriamente, na medida em que renega Ouro Preto como capital: a cidade colonial não é vista como adequada para sustentar um Estado Federativo da República, pautado nos ideais que se traduzem na modernidade, buscando a construção de espaços de maior visibilidade para a afirmação do poder.

Ressalta-se que a Proclamação da República --ou anteriormente, o seu projeto-- articulou um grupo heterogêneo. Personagens como Rui Barbosa, cuja matriz ideológica é liberal e que se tornou opositor da República Velha,^{78/} aglutinam-se com outros, conservadores e estritamente ligados aos interesses oligárquicos. Assim, a constituição de 1891 é formulada a partir de pressupostos liberal-democráticos, ainda que tenha se transformado, desde o início, no fundamento legal do domínio exclusivo que as oligarquias exerciam na sociedade brasileira.

O Estado de Minas Gerais, que adota a bandeira da Inconfidência como a sua bandeira, irá conjugar valores positivistas e republicanos. Ao lado do ideário de "ordem e progresso", é exaltada a idéia de liberdade, palavra escolhida para denominar o palácio do governo e a principal praça da capital recém-criada, e, desta forma, esboçada como ideal político.

Em decorrência da República, é imperativa a construção da identidade dos Estados, agora membros de uma federação. Em Minas Gerais, a construção da identidade mineira e da ideologia de mineiridade pauta-se na recuperação do culto da Inconfidência, com seus mitos e valores. A base da construção da narrativa da identidade do Estado mineiro é, portanto, a Inconfidência Mineira, reverenciada na bandeira e na edificação que expressa o poder republicano. Tal reverência será ainda, ao longo de todo o século, renovada ritualmente no 21 de abril, quando o governo do Estado é transferido simbolicamente para Ouro Preto, em solenidade física.

A relação do Município com as esferas estadual e federal não dispensa, para sua análise, esse quadro de referências que se irá traduzir em um tratamento no mínimo diferenciado, senão reverente, a Ouro Preto, a partir de sua incorporação como símbolo às narrativas oficiais. No mesmo sentido,

tal tratamento diferenciado mostra-se também na estreita relação de governantes e políticos com a ex-capital, revelada por vezes em episódios pitorescos, registrados na memória social. Pode-se citar, como exemplo, uma história envolvendo Juscelino Kubitschek, quando governador,^{79/} no período populista. Por vezes, Juscelino freqüentava Ouro Preto, e em uma de suas visitas informais à cidade teria se deitado em uma das ruas do centro colonial, impedindo a execução de uma obra.

Na prática, porém, a dimensão simbólica de Ouro Preto consistirá, em igual medida, em um elemento, ora facilitador, ora constrangedor da dinâmica das relações Município/Estado/União.

B. REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS COLETIVAS: OBSTÁCULOS E CAPACITADORES NO ÂMBITO DA GESTÃO LOCAL

A história de Ouro Preto delinea os contornos de representações acerca da própria cidade, acerca do Poder Público em suas diferentes esferas, e acerca da identidade de diferentes grupos. Muitos elementos do quadro histórico-cultural são recorrentemente selecionados e reapropriados para reconstituição dessas representações. Tais representações consubstanciam-se por vezes em obstáculos, por vezes em elementos facilitadores da gestão urbana, da preservação do patrimônio e da própria ação coletiva de grupos específicos.

Cabe ressaltar que em Ouro Preto tradição é um termo corrente no vocabulário dos grupos privilegiados locais, cuja composição inclui em grande parte “forasteiros” --parte considerável do empresariado local ou ainda artistas e intelectuais que se mudaram para a cidade. Muitos desses são hoje identificados como pessoas “locais” e o processo de sua incorporação, a legitimação, passa pelo reconhecimento das tradições locais. Com freqüência, mais além, passa pela valorização da cultura ouropretana, e, por vezes, pela sua defesa em relação a ameaças locais ou externas, neste último caso identificando o externo como hostil e ameaçador.

História, cultura, tradição são elementos de reverência no local: não raro são encontrados aqueles que se dedicam a pesquisar e a colecionar registros e informações, às vezes difundidas referenciando às representações mais correntes acerca da cultura local. A arquitetura e a configuração urbanística da malha do núcleo histórico, a vitalidade das festas tradicionais que marcam o calendário local, a sobrevivência de formas de organização, como as irmandades, atestam a forte referência da dimensão tradicional conjugada a novos elementos. São esses elementos que muitas vezes terão possibilitado a vitalidade dessas manifestações na atualidade. No caso das festas, trata-se da conjugação dos fortes elementos da tradição com outros que reportam às festas “modernas”, com o seu caráter de espetáculo e de sua integração aos circuitos de consumo. É a partir dessa visibilidade que adquirem, que são moldadas “novas festas “tradicionais”, como o próprio Carnaval. O entrecruzamento de elementos tradicionais e modernos ou a própria reinterpretação da tradição, é um campo acirrado de disputas em Ouro Preto. O jornal *Ouro Preto* ilustra a questão: “Ouro Preto da Bahia de São Salvador. É o nome que propomos para a velha Villa Rica d’Albuquerque, de antigas e mortas glórias. No Carnaval passado, promovido pela municipalidade, a trilha sonora, nos intervalos, era toda do nordeste. (...) As casas também estão ganhando cores novíssimas, copiadas do Largo do Pelourinho (...) Isso tem um nome. Chama-se modismo, doença que se instala em cidades colonizadas e enfraquecidas, no que tem de mais forte, que é a sua cultura popular e sua comunidade”.^{80/}

A valorização da história e da cultura locais, traduzindo-se no orgulho de pertencer a Ouro Preto, afirma representações simbólicas de alguns grupos e frações de classe acerca de uma identidade local e produz discursos e iniciativas visando à proteção do patrimônio ouropretano.

Um documento da Câmara Municipal, assinado por doze vereadores, refere-se “ao maior monumento do Barroco mineiro do mundo”^{81/} O jornal *O Vila Rica*, resgatando a história da rivalidade entre “mocotós” e “jacubás”, correspondentes às freguesias das matrizes do Pilar e Antônio Dias, remete à “disputa que vem sendo cultivada com carinho” até os dias atuais.^{82/} “Cultivar” pode ser reportado à própria origem latina do vocábulo cultura, “coletare”. No mesmo sentido, o discurso do padre Simões aponta para o orgulho da sua origem e para a *kultur* alemã, em seu caráter de resistência.^{83/} “Nasci em Ouro Preto, é minha terra, onde tenho raízes profundas. (...) Ouro Preto é a cidade de reação cultural do Brasil, reação de cultura portuguesa na América Latina (...). Ouro Preto é uma cultura independente (...). Trata-se da arte no sentido alemão --que remete à resistência. Trata-se de salvar a arte universal, como é o caso, por exemplo, de Firenze, na Itália”.

Em outro sentido, a “resistência” é recorrente nos discursos de grupos locais. Resistência e rebeldia são referências da auto-imagem dos ouropretanos. Ambas as representações rebatem nas relações com o Poder Público em suas diferentes esferas e nas relações com o “outro”, externo a Ouro Preto.

Repercutindo no âmbito do Poder Público, a tradição é instrumentalizada politicamente: a “resistência histórica da população” à cobrança de impostos foi um elemento presente nas diversas entrevistas realizadas, e ainda, a rebeldia liberal de uma Ouro Preto que já se formou como sociedade de mercado. O jornal *Ouro Preto* ilustra o rebatimento no plano da legitimação do governo local, neste caso referindo-se à cobrança da taxa de água: “Tirar mais dinheiro da comunidade, minha gente, é coisa muito séria (...). Se nunca foi preciso cobrá-la, porque fazê-lo agora quando estamos tentando diminuir gastos e baixar a inflação? Ô Flávio, não deixa não, pelo amor de Deus e dos eleitores! Eles contam com você”.^{84/}

Em entrevista com o Sr. João Evangelista Alves, presidente da Câmara Municipal, este manifestou sua preocupação com relação ao desemprego e aos conflitos possíveis de uma população desempregada, com os turistas e seus traços de distinção de status sócio-econômico, assinalando que “Ouro Preto não comporta desemprego como qualquer outra cidade, aqui é diferente”; e nessa direção aponta o documento da Câmara Municipal, que trata da questão do desemprego:^{85/} “(...) o desespero de pessoas sem perspectiva de vida, que se sentem sem futuro, podem dar ensejo à violência e à ação de forma irracional, com conseqüências imprevisíveis e irremediáveis tanto para o patrimônio histórico e cultural, quanto para a população, também envolvida”.

A atividade turística não se dá sem conflito entre a Ouro Preto local e a cidade Patrimônio Mundial da Humanidade: a segunda sobrepõe-se à primeira, subtraindo-lhe redutos de sociabilidade local. A dinâmica do turismo em Ouro Preto superexpõe a população ao outro, estrangeiro, que ao mesmo tempo já integra e interfere no cotidiano local, implicando uma relação ambígua entre resistência, hostilidade e indiferença, e o reconhecimento da importância da atividade para o Município. As entrevistas mostram que o excepcional faz parte do cotidiano do ouropretano, que se encontra, nas diferentes áreas da cidade, com personalidades diversas, às quais faz notar sua indiferença.

Uma gama de externalidades negativas é associada à atividade turística pela população. Destaca-se que mesmo entre alguns empresários voltados para o turismo, há uma rejeição ao turismo de massa: sua opção seria de um turismo mais restrito a segmentos de poder aquisitivo elevado.

O patrimônio local é efetivamente apropriado pelo outro, e como foi mostrado anteriormente, é também apropriado como símbolo para o delineamento de uma identidade nacional. De outro lado, o patrimônio, como valor para além das fronteiras locais, não substituiu o status político que a cidade perdeu. A transformação da cidade em Patrimônio Nacional e Mundial, não substituiu nem a perda da Capital. O registro da glória é também o registro do perdido. O ser Patrimônio lembra o status de um tempo passado, a injustiça prolongada até os dias atuais.

A relação com o patrimônio arquitetônico passa por todas essas representações ambíguas e contraditórias. A elas mesclam-se os interesses particulares de realizar reformas e acréscimos nas edificações, adensando mais o interior dos lotes. É frequente a transformação do imóvel em comércio e posteriormente a construção de um “combrinho”^{86/} para o proprietário continuar residindo no centro. Não se trata de interesses de grupos privilegiados, já que no núcleo histórico também residem pessoas com poucos recursos, que a despeito da valorização dos seus imóveis não desejam vendê-los e mudar para outras áreas.

A arquiteta Jurema de Souza Machado, Presidente do IEPHA,^{87/} ressalta a ampliação da consciência da população em relação à preservação do patrimônio, mas assinala também que “Hoje existe uma “ética” de patrimônio. Todos zelam pela casa dos outros, as denúncias têm um tom de disputa ou então o “feito errado” é usado como parâmetro ao ser reproduzido”.

Nesse jogo, proliferaram no núcleo histórico construções e ampliações clandestinas. Conforme a arquiteta Janice Nascimento, do IPHAN, “patrimônio”, na linguagem corrente da população, refere-se aos órgãos de proteção do patrimônio, e o “patrimônio não deixa” e também uma idéia difundida na cidade,^{88/} inclusive instrumentalizada politicamente.^{89/}

A relação da população com o patrimônio arquitetônico vincula-se estreitamente à própria atuação histórica do IPHAN na cidade, que se desdobra, por um lado, na própria preservação do meio histórico, e, por outro, em relações conflituais. Para alguns membros do GAT, um dos fatores causadores desses conflitos é a ausência de critérios mais objetivos, normatizados. O jornal *Ouro Preto* retrata a face hostil ao Patrimônio --instituição--, remetendo à questão dos critérios, mas também à contraposição entre os “locais” e os “outros”: “(...) Meu filho, você é ouropretano, eles não. O povo se perde nesse emaranhado de soluções e intervenções e com razão. Não existem leis que todos possam seguir. Não lhe são dadas regras claras num jogo obscuro. Não tem a parceria da entidade na resolução de inúmeros problemas técnicos. E não recebe qualquer tipo de treinamento sobre a arte de recuperar casarões. Atônito, passa a desconfiar que a preservação de Ouro Preto passa por dois pesos e duas medidas, o que gera atos de protestos e retaliações”.^{90/}

A relação do governo local com o IPHAN reflete também as ambigüidades mencionadas. De um lado, até à gestão atual, foi destacado que a Prefeitura historicamente foi hostil ou ausente, em relação à questão do patrimônio. Sempre responsabilizou o IPHAN e nunca teve sequer equipe voltada para essa questão. De outro lado, foi também assinalado que o IPHAN sempre reclamou da não adesão do Município e considera ao longo da história local, que o Município irá “macular” o patrimônio da cidade. Nesse caso, tem-se o jogo de uma instituição específica federal, que remete,

portanto, à verticalidade; com o poder local comprometido com outras variáveis além do Patrimônio Histórico e Cultural e com uma relação horizontal com a população. Esta passa, historicamente, pela informalidade e por práticas de clientela, e em igual medida pelo paternalismo. Quanto a esse último aspecto, a Prefeitura assumiu, ao longo do tempo, posturas mesmo divergentes do IPHAN, “a favor” da população. Nesse sentido, o GAT constitui um avanço institucional à medida que congrega representantes do poder local, do IPHAN, de órgãos estaduais e da UFOP, implicando a negociação de concepções e interesses nem sempre coincidentes acerca do Patrimônio Histórico Cultural e da própria questão urbana.

Notas

1/ “O ouro chamado preto, escostado nos morros, era fino e escuro, chegando a quase 23 quilates. (...) de onde a origem do nome Ouro Preto, um dos núcleos urbanos que configurará a Vila Rica do início do século”. SALLES, Fritz T. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 26.

2/ VASCONCELOS, Sylvio de. *Mineiridade*. São Paulo: Abril Cultural/Fiat, 1991.

3/ Idem, p.34.

4/ Hoje, mesclam-se, no Município, as seguintes situações: titulados, imóveis titulados sem condições de registro, imóveis aforados e situações irregulares. O mapa de sesmarias constitui referência de situação fundiária. A área externa à definida pelas sesmarias seria de propriedade pública do Estado. Ressalta-se a dificuldade para obtenção de informações precisas sobre a situação fundiária do Município: é um terreno de ambigüidades, constituindo um problema histórico de suas administrações.

5/ O nome “emboaba” é uma alusão às “emboabas”, aves que possuem as pernas cobertas de penas, lembrando as botas usadas pelos europeus. Holanda remete a outros autores, para os quais o termo emboaba significa “forasteiro”, “inimigo”, “estrangeiro”. HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro Tomo I, v. 2, 1968. p. 298.

6/ A economia brasileira do séc. XVI e XVII baseia-se nas atividades agrárias e pastoris, definidas na estrutura dos grandes latifúndios que demandam o favor real para sua obtenção e capitais vultosos. A colonização portuguesa do litoral assenta-se, portanto, no tripé: latifúndios concedidos aos senhores rurais aristocratas, monocultura e escravidão. Casa Grande e senzala, brancos e negros, senhores e escravos constituem recortes fundamentais. Enfim, destaca-se que o urbano no Brasil emerge apoiado em uma contradição singular, como locus de controle político-administrativo, já que a economia ancora-se na acumulação primitiva do capitalismo mercantil do séc. XVI, situando na esfera rural o lugar da produção voltada para a exportação. Face às características estruturais da produção --monocultura apoiada na escravidão e voltada para um papel na acumulação internacional-- a cidade não pode se afirmar como um mercado da produção ou mesmo da força de trabalho, mas como centro de controle, de estrutura burocrática.

7/ SALLES, op. cit., p.61.

8/ BOSCHI, Caio C. *Achegas à História de Minas Gerais* (Séc. XVIII). Porto: Universidade Portucalense. 1994.

9/ HOLANDA, op. cit., p. 299.

10/ VASCONCELOS, op. cit., p. 50.

11/ Idem, p. 52.

12/ FERREIRA, Delson G. *Cartas chilenas: retratos de uma época*. Belo Horizonte: Leme, 1992. (Ver ainda quadros 1 e 2 - Anexo I.)

13/ No auge do ciclo do ouro, até os escravos estarão inseridos na economia de mercado. Alguns autores mostram que a despeito do trabalho pesadíssimo a que são submetidos, é freqüente o ganho em recompensas na forma de ouro, em função da quantidade extraída. Tais expedientes possibilitam, eventualmente, a compra da alforria. Por outro lado, a Coroa estimula denúncias de sonegação, por parte dos escravos, em relação aos seus proprietários. SALLES (1961: 104) afirma ser grande o número de negros forros proprietários de pequenas "vendas", e PAIVA (1995) estuda os caminhos da alforria através de testemunhos. Assim, pode-se afirmar que, em certa medida, os escravos estão no jogo da mobilidade social.

14/ Apenas como cotejamento, vale citar que a produção de ouro no Brasil, entre 1700 e 1770, alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo produziu nos séculos XVI, XVII e XVIII.

15/ BOSCHI, op. cit., p.73.

16/ BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

17/ VASCONCELOS, op. cit, p.15.

18/ Ou ainda, revoltas de menor porte em Vila Rica. Ressalta-se desde o início do século a constituição de quilombos --aglomerados de negros foragidos que se organizavam em aldeamentos revolucionários, na Capitania de Minas. Conforme Salles, em 1756 parece que alguns quilombos organizaram-se para um ataque às principais vilas, dentre elas Ouro Preto. Fracassado tal ataque, organizou-se uma expedição primitiva, "de gente escolhida pelo governador", promovendo uma chacina nesses quilombos, evidenciando barbárie. SALLES, op. cit., p.103.

19/ HOLANDA, op. cit., p. 394.

20/ Apenas em 1750 instala-se o primeiro e único bispado e o seminário de Mariana, vizinha a Vila Rica (BOSCHI, op. cit. p. 21).

21/ BOSCHI, op. cit., p.22.

22/ HOLANDA, op. cit., 1968.

23/ Cit. in VASCONCELOS, op. cit., 1981.

24/ BOSCHI, op. cit., p.35.

25/ Em Ouro Preto fizeram-se presentes e atuantes as irmandades --que podiam ser fundadas por iniciativa de qualquer um-- e as Ordens Terceiras, cuja faculdade de instituição era exclusiva dos visitantes das Ordens (BOSCHI, op. cit. 45).

26/ "(...) esta identidade religiosa --e mais amplamente social-- constitui-se na base ao mesmo tempo do local (topos) e do passado, num processo unitário sincretismo diacrônico e cumulativo, ao termo do qual a Igreja é vivida como autóctone, nascida desta terra, identificando-se com ela e com suas raízes históricas. (SANCHIS, Pierre. *O sincretismo e o jogo das categorias: a propósito do Brasil, de Portugal, e do catolicismo*. Belo Horizonte: FAFICH. 1993).

27/ "A referência fundamental do tempo parecia, ela também, invertida: o Brasil construiu-se --e, com notáveis exceções, das quais Minas talvez seja a mais patente, continuou construindo-se-- a partir do futuro, constantemente descentrado num projeto de ser coletivo, sem assentamento comunitário" (SANCHIS, op. cit. p.11).

28/ Pe. José Feliciano Simões, atual vigário da paróquia do Pilar, destaca, por essa razão, Ouro Preto como uma "cultura independente", e relata sua fala a um interlocutor baiano: "Vocês estão atrasados... vocês foram catequizados pelos padres leigos". (Entrevista de 09/02/95.)

29/ O cunho assistencial presente no estatuto de todas as irmandades, além do grande número de organizações voltadas para a assistência social, demonstra a pobreza como ameaça e realidade constante na sociedade aurífera.

30/ Conforme entrevistas com moradores locais, que apontaram este como um dos motivos para pertencer às irmandades: "(...) senão, será enterrado nos cemitérios públicos, como uma pessoa qualquer".

31/ Há controvérsias entre os autores quanto as datas de criação das irmandades.

32/ BOSCHI, op. cit., p. 48.

33/ VASCONCELOS, op. cit., p. 80.

34/ Em entrevista em 09/02/95. Destaca-se também o declínio dessas instituições.

35/ VASCONCELOS, op. cit., p. 29.

36/ Idem, p.74.

37/ Idem, op. cit., p. 86.

38/ Idem, op. cit., p. 88.

39/ Cit. in VASCONCELOS, op. cit., 88.

40/ SEBRAE-MG/ATM Consultores Associados. *Ouro Preto: relatório final*, 1995. pp.15-28.

41/ Idem, pp. 15-20.

42/ A abolição rompe a aliança do Império com as elites agrárias que endossam, então, a constituição do regime republicano.

43/ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto --o peso da glória*. São Paulo: Nacional. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos. 1978.

44/ CARVALHO. Op. cit.

45/ Conforme o *Perfil dos Estudantes* (UFOP, 1994), destaca-se que 24,47% encontram-se nos estratos mais altos de classificação sócio-econômica (A e B) e 34,3% nos estratos mais baixos (C e D). Nas universidades federais esta relação é geralmente inversa.

46/ "Purgatório", "Os deuses", "Nau sem rumo", "Poleiro dos anjos", são alguns dos nomes de repúblicas tradicionais da área central.

47/ SEBRAE, op. cit., p. 15.

48/ NASCIMENTO, Janice; MACHADO, Jurema; SIMÃO, Cristina. *Ouro Preto hoje: a opção pelo patrimônio cultural*. GAT, 1995. Mimeo.

49/ Duas vertentes ou eixos oferecem explicações distintas para a emergência do populismo, conforme Dulci, Otávio. *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, pp. 20-22, 1986. Uma, parte dos pressupostos da teoria da modernização que acata o processo de modernização na forma de evolução do tradicional para o urbano industrial. Neste processo, desintegram-se as relações tradicionais, num contexto de ausência de canais de agregação de interesses ou participação classista. Desta forma, o populismo reproduz padrões rurais, tradicionais de relação; é um processo de recomposição social. A outra vertente assenta-se nos pressupostos marxistas de uma sociedade de classes, cuja relação deve ser desvendada. O populismo exprime a articulação especial de tais relações. Em virtude da fragilidade política das classes, o Estado propõe-se a ser árbitro.

50/ SANTIAGO, Silviano. Permanência do discurso da tradição no Modernismo. In: *Tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte, 1987. pp. 124-126.

51/ PEDROSA, Mário. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 256.

52/ ANDRADE, Mário. Entrevista à Folha de Minas, 1939. In: *A imagem de Mário*. Criação editorial e direção gráfica: Salvador Monteiro e Leonel Kaz. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1984.

53/ SANTIAGO, Silviano. Op. cit., p. 124.

54/ BRITO. Apud SANTIAGO, Silviano. Op. cit.

55/ ANDRADE, Mário. Op. cit.

- 56/ PEDROSA, Mário. Op. cit.
- 57/ SANTIAGO, Silviano. Op. cit., pp.125-126.
- 58/ SANTIAGO, Silviano. Op. cit., p. 257.
- 59/ ANDRADE, Mário. Op. cit., p. 96.
- 60/ PEDROSA, Mário. Op. cit., p. 263.
- 61/ ANDRADE, Mário. Op. cit., p. 96.
- 62/ ESTANISLAU, Lúcia Avelar. *Memória Brasileira: este incansável objeto de desejo*. V Encontro da ANPUR. Belo Horizonte, 1993.
- 63/ MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios.
- 64/ Idem p. 111.
- 65/ Entrevista com as arquitetas Janice Maria do Nascimento e Maria Cristina Rocha Simões, técnicas em Preservação, lotadas na sub-regional de Ouro Preto, em 15/02/96. Destacamos, ainda, que em várias outras entrevistas o Dr. Rodrigo foi referenciado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n° 22, 1987 Entrevista com Rodrigo Meniconi --Diretor da Sub-regional do IPHAN em Ouro Preto, em 15/02/96.
- 66/ Idem.
- 67/ MOTTA. Op. cit., p. 119.
- 68/ Idem. p. 117.
- 69/ Entrevista com o arquiteto Rodrigo Meniconi, em 15/02/96.
- 70/ A partir de decisões contrárias ao afastamento frontal.
- 71/ MOTTA. Op. cit., pp. 118-119.
- 72/ Registra as recomendações do Congresso Internacional dos Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, em 1961, remetendo ao planejamento urbano e à utilização social dos monumentos.
- 73/ O primeiro plano, iniciado no final dos anos 60, foi elaborado por Oliveira Viana, arquiteto português, com o apoio da UNESCO. O segundo, elaborado pela Fundação João Pinheiro, órgão estadual, coincide com a fundação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, assinalando a presença do Governo Estadual até então ausente no que se refere à questão do patrimônio ou mesmo à questão urbana em Ouro Preto.
- 74/ Estanislau. Op.cit., p. 3.

75/ MOTTA. Op. cit., p. 120.

76/ O “mito da mineiridade” --ao qual associa-se uma série de atributos em geral antagônicos ou pautados na ambigüidade-- é traduzido principalmente pela literatura. O relevo que os políticos mineiros têm ao longo da história alimenta este mito, ou no mínimo terá sido sua matriz.

77/ Muitas vanguardas expressivas no entre-guerras, como o surrealismo e o construtivismo, pautam-se pela busca de mitologias e, em alguns casos, mitologizam o proletariado.

78/ Apontado como ideólogo da “ascensão” da classe média, por Santiago Dantas. In DULCI. Op. cit. p.54.

79/ Entrevista ao Sr. João Alves, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto (em 15/02).

80/ *Ouro Preto*, ano 2, nº 36, maio 1995. p.18

81/ Representação nº a/96 da Câmara Municipal de Ouro Preto.

82/ *O Vila Rica*, mar. 1992. p. 11.

83/ Entrevista ao padre José Feliciano da Costa Simões, jan. 1996.

84/ *Ouro Preto*, ano 2, nº 36, maio 1995. p.5.

85/ Câmara Municipal de Ouro Preto. Representação 01/96.

86/ Diminutivo local para “cômodo”.

87/ Entrevista em jan. 1996.

88/ Entrevista em fev. 1996.

89/ Em uma eleição anterior apontou-se, como um dos fatores da derrota de um dos candidatos, a veiculação de material, por partidários de outro candidato, onde se afirmava que aquele não permitiria a instalação de antenas parabólicas e esquadrias basculantes, dentre outros itens, nas edificações.

90/ *Jornal Ouro Preto*, ano 2, nº 36, maio 1995. p. 3.

SEGUNDA PARTE

CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO

I. O MUNICÍPIO

A. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Ouro Preto insere-se na região central, ou macro-região Metalúrgica e Campos das Vertentes do Estado de Minas Gerais, fazendo parte da meso-região metropolitana de Belo Horizonte e da micro-região de Ouro Preto. Localiza-se na Região Sudeste do Brasil.

Situada na região Centro-Sul do Estado, suas coordenadas são 20° 30' de latitude sul e 44° 33' de latitude oeste.

Sua altitude máxima é de 1 891m, na divisa com o Município de Santa Bárbara, e mínima de 989 m, na foz do Rio Maracujá.

A área do Município é de 1 274 Km², possuindo, além da sede, onze distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenho Correia, Glauro, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite e São Bartolomeu e Salto.

O acesso ao Município, a partir da capital do Estado --Belo Horizonte--, se dá através da Rodovia BR-040, até sua confluência com a BR-356, que leva a Ouro Preto. O percurso é de 100 Km. A distância em relação ao Rio de Janeiro é de 475 Km, em relação a São Paulo de 675 Km, a Brasília 840 Km e 445 Km em relação a Vitória (região portuária de principal utilização para Minas Gerais, Estado central, sem acesso direto ao mar).

A região, em termos climáticos, é marcada pela atuação das correntes perturbadoras ao sul - -anticiclone polar-- que atingem o local já bastante enfraquecidas, criando condições de temperatura bastante amena. O conjunto serrano do Município, com altitudes significativas, sofre a ocorrência de mínimas diárias bastante baixas.

A temperatura média anual é de 17,4°C, enquanto a máxima e a mínima são, respectivamente, 22,6°C e 13,1°C. O regime de precipitações pluviais é irregular, incidindo principalmente (85%) no verão (outono a março) e a média anual é de 2 018 mm. O clima é classificado como tropical de altitude.

Em termos geológicos, situa-se no Quadrilátero Ferrífero, apresentando todos os litotipos ocorrentes nesse conjunto. A porção centro-sul apresenta associação de gnaisses e granitos; ao norte e extremo leste surgem gnaisses, filitos, xistos, quartzo-xisto, quartzitos, anfibolitos e esteaticos (conhecidos como "pedra sabão", historicamente utilizados na região na construção civil e artesanato).

No sentido E--W, com inflexão N--S, os litotipos são: quartzitos, filitos, itabiritos, xistos e calcáreo, com a ocorrência, nesse domínio, dos minerais ferríferos (explorados pelas grandes mineradoras).

As reservas minerais principais são: manganês, ocre, pedras britadas e ornamentais (mármore), quartzitos, quartzo, talco, com a ocorrência também de topázio imperial.

O relevo é marcado por cristas rochosas, picos alcantilados, vertentes e vales encaixados. A região com presença de rochas graníticas e gnaissicas apresentam colinas arredondadas e vales abertos, ocorrendo nesta situação processos erosivos, atingindo particularmente os distritos de Cachoeira do Campo e Amarantina.

Embora ocupando área de morfologia mais adequada e terrenos de melhor qualidade, o Centro Histórico apresenta locais de instabilidade, com ocorrência de arrastes e deslizamentos.

O Município apresenta 5% do seu território plano, 40% ondulado e 55% montanhoso. O território do Município é drenado por águas de duas grandes bacias, a do rio São Francisco, que ocupa menor parcela, representada principalmente pelo rio das Velhas, e a bacia do rio Doce, representada principalmente pelos rios Mainart, Piracicaba, Gualaxo e do Carmo.

O ribeirão Funil, um dos fornecedores do rio do Carmo, tem como principal afluente, à direita, o córrego Tripuí, cuja microbacia de cerca de 59 Km² drena a área urbana de Ouro Preto, estando em grande parte comprometida com o uso de esgotos domésticos e industriais.

Podem ser observados no Município diferentes tipos de cobertura vegetal, em estágios de regeneração diversos: remanescentes da floresta Estacional semidecidual submontanhosa, que incluem as áreas com a mata de Candeias, savana gramíneo-lenhosa (campo cerrado), e o refúgio ecológico altimontano (Campo Rupestre) ambos considerados formações abertas.^{1/}

Ouro Preto possui institucionalizadas quatro áreas de preservação ambiental: a Estação Ecológica do Tripuí,^{2/} uma parte do parque Estadual do Itacolomi^{3/} e o Horto Imperial (no centro da área urbana), e Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas.^{4/}

Em termos urbanos, a vegetação é fundamental no Município, desde elemento emoldurador do conjunto urbanístico, equilíbrio do microclima, e proteção e estilização de encostas. Ao lado dos remanescentes da cobertura vegetal natural, o Município apresenta extensas áreas de reflorestamento, com espécies exóticas.

Todos os aspectos relativos aos recursos naturais considerados neste tópico, tais como clima, microclimas, solos, hidrologia, vegetação e fauna são altamente impactados pelos usos humanos no Município de Ouro Preto.

B. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O Município de Ouro Preto possuía população de 53 410 habitantes em 1980, possuindo, em 1991, 62 514 habitantes, segundo dados do IBGE, apresentando taxa de crescimento de 1.44% ao ano. A densidade é de 49 hab/Km², acima da densidade da sua micro-região (40,5) e da média estadual (24 hab/Km²).^{5/}

A importância da micro-região de Ouro Preto, quanto às taxas de crescimento, não é fato novo, sendo que a meso-região metropolitana, da qual faz parte, apresentou, nas décadas de 70/80, as maiores taxas do Estado. As mulheres representam 51% da população.

Nas últimas décadas (80/90), o processo de urbanização foi intenso em Mariana e Ouro Preto, que apresentaram respectivamente 4.3% e 2.18% ao ano.

O crescimento da população rural de Ouro Preto apresenta o seguinte comportamento: crescimento de 1.0% ao ano nas décadas 60/70, de 2.0% nas décadas 70/80, e na última década apresenta taxa negativa de -0.7% ao ano.

O crescimento urbano do Município pode ser explicado por suas atividades metalúrgico-mineradoras, sua tradição como centro turístico e educacional e sua política de apoio aos migrantes, implantadas por diferentes administrações municipais.^{6/}

Segundo relato do IGA, baseado em dados de 1990, produzidos pelo IBGE, havia na época 17 472 domicílios particulares na área urbana de Ouro Preto. Deste total, 13 845 estavam efetivamente ocupados e a média foi de 4,5 indivíduos por domicílio. Os domicílios não ocupados ou de uso ocasional representavam 27% do total e os imóveis fechados, 15%. Estes últimos, que somam 42% dos imóveis, apontam para uma especulação imobiliária significativa, provocada pela pressão da demanda crescente sobre uma oferta inelástica, determinada pelo Patrimônio Histórico.

A pressão migratória e o estoque de imóveis não utilizados têm levado à ocupação de áreas cujos condicionantes geoambientais são teoricamente restritivos à ocupação e expansão urbanas. Há internamente ao centro histórico e imediações grande adensamento por aumento de ocupação nos imóveis existentes e construção em terrenos remanescentes.

Em termos de faixa etária, pode-se verificar que o Município segue a tendência do Estado e do país, visualizando um movimento de envelhecimento da população.^{7/}

Em termos eleitorais, segundo o relatório do Sebrae, o comportamento eleitoral da população foi o seguinte: em 1988, 35 274 eleitores e comparecimento de 92.3%; em 1989, 38 922 eleitores e 89.8% de comparecimento; e em 90, havia 39 026 eleitores, dos quais 86.6% compareceram. O comparecimento vem declinando, seguindo movimento do Estado e do país; no entanto, os índices apresentados por Ouro Preto são superiores, no período, ao do Estado: 91%, 85% e 82%, respectivamente.

Outro fator importante neste tipo de análise é a população economicamente ativa por setor de atividade. O principal setor econômico do Município é o secundário (indústria) com 39.4% da PEA; o segundo setor mais importante é o terciário, com 39.2%, e, por último, o setor primário com 12.3% da PEA. É importante frisar, que em relação ao setor primário, reduziu-se esse percentual de 21.4% em 1970, para 12.3% em 1990.

C. O MUNICÍPIO E SUA INSERÇÃO NO ESTADO

Como foi dito anteriormente, o Município de Ouro Preto insere-se na região central ou macro-região metalúrgica e Campos das Vertentes, fazendo parte da meso-região metropolitana de Belo Horizonte; e, no nível local, faz parte da micro-região de Ouro Preto.

A macro-região em que se insere o Município é pioneira em urbanização no Estado de Minas Gerais, inicialmente pela presença mesma de Ouro Preto (Vila Rica), e mais recentemente pela presença de Belo Horizonte e do processo de metropolização que aí se desencadeou, além dos processos de industrialização da Região Central que fortaleceram sua urbanização e rede de cidades.

A macro-região central, em 87, apresentava 66.7% de população urbana, número bastante próximo do que já apresentavam a micro-região em 60, que era de 65.8% de urbanização. A partir de 1970, Ouro Preto vem se urbanizando em menor proporção que o restante do Estado. O diagnóstico da UFOP considera que “esta espécie de estancamento do processo de urbanização de Ouro Preto, longe de constituir-se num obstáculo ao seu desenvolvimento, poderá constituir-se em ponto forte desde que devidamente equacionadas as questões rural e da mineração”.^{8/}

Considerando-se a população residente no Município e sua distribuição entre sede e distritos, observa-se que a taxa total de acréscimos populacionais é de 1.4% ao ano, inferior à da macro-região em que se insere, que era da ordem de 4.27% ao ano, e inferior, mesmo à média do Estado, que era de 1.54% ao ano.^{9/}

Entre 70/80, o Distrito de Antônio Pereira, passa do 9º lugar, com 2.3% da população municipal, para o 5º lugar, com 5.6% da população, significando uma taxa expressiva de 11.07% ao ano, devido principalmente à presença da mineração. Os distritos de Engenho Correia, Glaura e São Bartolomeu perdem população, respectivamente -2.0% ao ano, 0.67% ao ano e -3.7% ao ano.

Ao que tudo indica, o movimento populacional em direção à sede estaria sendo contido, e como todos os distritos podem ser considerados rurais pode-se dizer que há “estancamento” do processo de urbanização de Ouro Preto.

Em relação à PEA, item já parcialmente abordado no tópico anterior, onde se viu a importância do setor industrial e terciário, pode dizer-se que há uma queda geral do emprego rural, sendo mais rápido esse processo em Ouro Preto que na macro-região. Tal emprego tem sido substituído pela indústria e setor terciário.

Quanto ao emprego industrial, não obstante sua importância em Ouro Preto, ele cresce a taxas menores que a macro e a micro,^{10/} tendendo à retração, segundo veremos mais adiante, em análise específica. Em relação ao emprego terciário, a macro-região caminha mais rápida que Ouro

Preto no sentido da “terceirização” do emprego. Ouro Preto está mais próxima da micro, devido às suas características industriais, sendo que na cidade o terciário é mais desenvolvido que na micro-região.

Maiores considerações sobre o emprego serão feitas nos tópicos relativos à situação de cada setor nos *Aspectos Econômicos do Município de Ouro Preto*, cabendo aqui observar que os percentuais relativos a Ouro Preto são sempre inferiores a Minas Gerais, havendo ainda na cidade grande percentual de população dependente.

Quanto às receitas, constatam-se que o Município responde por 66.7% da arrecadação industrial da microrregião. Outros indicadores reforçam esta prevalência, como por exemplo o consumo de energia elétrica pelas indústrias no Município, que é da ordem de 98.34% do consumo total, e mais, apenas 0.95% dos estabelecimentos industriais consomem a maior quantidade dessa energia.

Em relação às atividades comerciais, em Ouro Preto o setor está estabilizado por volta de 14%, enquanto no Estado o setor é crescente, chegando a 20%. O comportamento em termos dos serviços das “atividades sociais” e “administração pública” mostram diferenciações em relação à macro e ao Estado. Tais aspectos serão considerados no tópico “Aspectos econômicos”, sob o título “Setor terciário”.

Consolidando sua posição de pólo micro-regional, Ouro Preto é sede de área de atuação de alguns órgãos públicos, tais como: Delegacia Regional de Ensino, Delegacia da Receita Federal, Delegacia Regional do Trabalho e EMATER-MG, segundo fonte do IGA.

II. ASPECTOS ECONÔMICOS

A. O SETOR INDUSTRIAL

A transferência da Capital de Minas Gerais, 1897, para Belo Horizonte, causa, como já nos referimos anteriormente, grandes transtornos a Ouro Preto. Há grande declínio de comércio e serviços com a mudança para a nova capital de todo o aparato democrático-administrativo de Ouro Preto. O estoque de imóveis desocupados que entra em processo de degradação é grande. O serviço de bondes puxados por cavalos é interrompido.

A grande figura da resistência desse período é a Escola de Minas e Metalurgia, a que também já nos referimos anteriormente. Desse impasse, a cidade e o Município saem lentamente, e também nesse processo a Escola teve papel importante.

Em 1912, a Escola de Minas e Metalurgia detém tecnologia para a fabricação de alumínio, e a bauxita é encontrada abundantemente na região. A crise econômica mundial, em 1930, dificulta as importações para o Brasil, e é adotada uma política de substituições de importações, o que, em Ouro Preto, é um agente facilitador para a fabricação do alumínio.

Américo Renée Gianetti funda no Município a companhia Eletro-Química Brasileira S.A. (Elquisa), em 1934, onde serão fabricados alumínio, alumina, ferro manganês, ferro silício e vários outros produtos químicos. É nessa fábrica que, em 1945, funde-se o primeiro lingote de alumínio na América Latina, mas a fabricação de alumínio não se deu por muito tempo, chegando a 800 t, e interrompida pela larga disponibilidade do material no mercado, com o final da guerra.

Em 1950, a Elquisa passa a ser controlada pela Alumínio do Brasil, empresa através da qual a Alcan operava no Brasil. Em 1957, a razão social é mudada para Aluminas (Alumínio Minas Gerais). A empresa tem excelente desempenho e galga o lugar de maior empresa de Ouro Preto. Em relação ao Estado, a sua produção entre 1959 e 1965 foi de 6.9% para 7.5% do total industrial estadual. Este resultado altera o quadro de Ouro Preto em relação a 1955, onde o ferro, principal produto, respondia por 24.7% da produção municipal, o alumínio representava 13.55% da produção, e a mineração 12.0%.

As atividades agropecuárias, se comparadas às industriais, representavam 24.0% daquelas. Os resultados da produção não refletiam a distribuição dos trabalhadores por setor que, em 1955, distribuíam-se em 43.4% na agropecuária, 17% na indústria de transformação, 13.1% na indústria extrativa e 25.8% no setor terciário.

Entre os anos 1970 a 1980 há o predomínio de setor industrial em valores monetários, representando 83.0% da receita municipal, em 1970, e 83.1% em 1980, o que correspondia, em termos de massa salarial, a 90.9% em 1970 e 89.2% em 1980. Aqui é importante observar que houve um decréscimo (-27%) dos empregos no setor, o que pode ser explicado por mudanças tecnológicas e não por alterações no número dos estabelecimentos. O que é preocupante, pois na substituição de mão-de-obra por capital dificilmente os outros setores absorvem quantitativamente contingentes despedidos.^{11/}

Na década de 70 ocorreu um decréscimo relativo do subsetor metalúrgico no conjunto da economia municipal, tendo havido uma diversificação da produção. Em 1980, o subsetor metalúrgico representava 50% do valor da produção industrial, quando em 1970 representava cerca de 70%.

Apesar da diversificação e do crescimento citado acima, Ouro Preto perde na década de 70 a 80 posição relativa no Estado, que apresenta crescimento de 8.3 vezes, enquanto o setor industrial do Município crescia em 4 vezes. Embora seja bom lembrar que as taxas de crescimento apresentados no país e particularmente no Estado, no período, são atípicas.

Em 1980, mesmo crescendo a taxa inferiores que as do Estado, Ouro Preto foi o 13º em Minas Gerais relativamente à produção industrial, o que representa um crescimento de 13.2 vezes em relação à produção industrial. A média para o Estado apontou acréscimo bem menor: 4.4 vezes.

O percentual de pessoas ocupadas por setor apresentou, nas décadas de 70/80, o seguinte desenvolvimento: a indústria passou de 39.3% para 44.0%; o comércio passou de 2.3% para 3.4%; e os serviços de 2.0% para 3.1%.^{12/}

O diagnóstico da UFOP^{13/} mostra índices preocupantes no valor bruto da produção industrial, indicando uma certa perda de capacidade do setor em controlar seus fornecedores, o que significa perder verticalização em seu processo produtivo e menores receitas de ICM. Apesar do predomínio monetário do setor industrial em termos de Receita Municipal, a participação do setor metalúrgico reduziu-se fortemente na década 70/80, passando de 69.8% do valor bruto da produção industrial, 81.2% do valor transformado e 83.9% dos salários em 1970 para, respectivamente, 48.9%, 38.3% e 32.1% em 1980.

Em termos da produção industrial, nos ano 80, a posição de Ouro Preto volta a alterar-se na primeira metade da década. O setor industrial, incluindo a mineração, retoma crescimento acima da média, o que lhe confere, em 85, o nono lugar no Estado em valor da produção, segundo avaliação do relatório do Sebrae.^{14/} Embora tenha apresentado este crescimento na década de 80, a avaliação do setor industrial de Ouro Preto é de estabilização atual, tendendo à retração.^{15/}

Entre as indústrias ouropretanas impactadas negativamente, situa-se a Com. Industrial Itaunense-Unidade III, que produzia tecidos em algodão. Instalada em 1948, tinha marcada tradição na cidade, localizada na estação Vitorino Dias, bairro de Ouro Preto, onde é importante referência urbana. A fábrica oferecia, em 1993, 300 empregos diretos, com a produção de 1 126 325 metros mensais. A empresa desativou sua unidade em Ouro Preto. Também a Siderúrgica Barra Mansa, do grupo Votorantim, que em 93 oferecia 18 000 empregos, está em fase de desativação.

A situação do setor industrial em Ouro Preto, nas últimas décadas, pode ser resumido da seguinte forma:

- Década 60: crescimento acelerado baseado na metalurgia.
- Década 70: crescimento diversificado, sem contudo, acompanhar índices do Estado.
- Década 80: Ouro Preto consegue retomar algumas posições, enquanto o Estado decresce.
- Década 90: estagnação no setor industrial, com tendências à estabilização nos atuais patamares. Nível crescente de desemprego no setor, com tendência a equilibrar-se.

O quadro atual pode ser explicado por razões estruturais de reorganização do capitalismo no nível internacional, onde a substituição de mão-de-obra por investimentos em tecnologia é fator concorrencial fundamental. No caso das indústrias extrativas, os decisores estão fora do Município e dependem dos preços nos mercados internacionais, além de que a transformação que agregaria valor não se localiza aí.

Por fim, observa-se que a atividade industrial em Ouro Preto, principalmente na siderurgia e mineração, é um dos grandes agentes degradadores do ambiente urbano e rural, principalmente por lançamentos inadequados de rejeito, líquidos, sólidos e particulados, e comprometimento da cobertura vegetal.

B. O SETOR AGRÍCOLA

Em Ouro Preto desenvolveu-se, a partir do século passado, a cultura do chá da Índia em larga escala. Tal cultura foi introduzida pelo Jardim Botânico e tornou-se, na época, principal produto agrícola do Município, destacando-se na economia mundial até 1940, quando foi praticamente abandonada. A economia rural de Ouro Preto, segundo relatório do Sebrae, tem como característica ser uma economia pouco importante no conjunto da atividade do Município, por históricas: ciclo do ouro, ferro, transformação do alumínio, etc.

No entanto, o diagnóstico feito pela UFOP afirma: “ (...) todos os indícios são de que há na área rural de Ouro Preto um crescimento da atividade agrícola capitalista, voltado para mercados específicos, seja local ou regional, onde se destaca o crescimento do valor produzido pela silvicultura, baseada na produção de carvão vegetal, a partir do plantio de eucalipto; de uma horticultura dirigida principalmente ao mercado local; de uma pecuária leiteira e de uma lavoura em que alguns produtos mostram um crescimento de quantidade produzida na década de 80”.^{16/}

As culturas que se expandiram foram a do milho, mandioca, cana-de-açúcar, tomate e hortaliças. Já as que se mostram estáveis ou decadentes são: batata inglesa, alho e feijão.

Os dados do aludido relatório apontam grande concentração de terras, onde em 1970, 4.13% dos estabelecimentos possuíam 66.94% das terras, e 67.71% possuíam apenas 7.54%. A situação manteve-se praticamente a mesma em 1980, com 4.39% dos estabelecimentos com posse de 64.93% das terras.^{17/}

O que temos, então, é a situação do latifúndio convivendo com o minifúndio.^{18/} A silvicultura se apresenta nas grandes áreas, onde tem desempenhado maior crescimento de valor, embora com grandes impactos ao meio-ambiente com a redução acelerada de matas naturais.

Segundo diagnóstico da UFOP, "as áreas de lavoura são as de maior produtividade anual em dólares/hectare, e a menor, como seria de se esperar, é a atividade extrativa vegetal".^{19/} No entanto, a lavoura diminui sua área nas décadas de 70/80. A pecuária ainda é significativa, representando 25.78% da produção rural do Município.^{20/}

A atividade rural empregou, nas décadas de 70/80, perto de 3 000 pessoas, gerando receita média de 1 268 dólares anuais por pessoa ocupada. Não é, portanto, uma atividade estagnada, embora também aí venha ocorrendo a diminuição, como no país como todo, de empregos no Município.^{20/}

C. O SETOR TERCIÁRIO

Em Ouro Preto, o setor terciário pode ser dividido entre aqueles voltados ao atendimento da população local e aqueles voltados ao atendimento do turismo. As entrevistas com comerciantes locais indica que entre eles há uma divisão dessa natureza: uns exercem uma atividade de apoio à população da cidade em seu cotidiano, e outros especializam-se no atendimento ao turismo.

Além do turismo, outra atividade terciária importante na cidade é aquela de serviços voltados ao ensino, que é resultado da presença da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP).

O número de estabelecimentos terciários cresce 32% no período 70/85, segundo dados do Sebrae.^{21/} Em número de estabelecimentos e pessoal ocupado, predominam os serviços, que representam, em 1970, 42.8% do total dos estabelecimentos, passando para 50.7% em 80. Em termos do pessoal ocupado representavam 10.1% em 70, passando para 22.4% em 80.^{22/} Os estabelecimentos de serviços são de pequeno porte, empregando em média três pessoas por estabelecimento.^{23/}

Em relação às massas salariais verifica-se que estas sofreram redução no período 70/80, o que é particularmente preocupante no comércio, onde a massa salarial atinge 2.2% da receita auferida pelo subsetor em 80.^{24/}

Os indicadores mostram evoluções das margens brutas, segundo diagnóstico da UFOP, à p. 38, onde afirma que há evoluções positivas nos setores de comércio (16.8%) e serviços (23.9%), nas décadas 70/80.^{25/} O emprego no terciário é, generalizadamente, crescente em Ouro Preto, já tendo atingido cerca de 43.4% do emprego total (masculino somando ao feminino).

Diante da situação de desemprego na indústria, o setor terciário tem-se mostrando a opção mais provável de reabsorção dos contingentes desempregados, como por exemplo, no caso do turismo, indicado no relatório do Sebrae, à p. 23. Este setor tem sido empregador alternativo da mão-de-obra masculina, e principal empregador da mão-de-obra feminina.^{26/}

Observando-se ainda o quadro indicado, verifica-se que o subsetor “atividades sociais” é crescente, aproximando-se de 27%, enquanto em Minas Gerais não chega a 17% (o subsetor engloba a área da Educação). Em relação aos empregos femininos, representa 35% destes no subsetor.^{27/} Também o subsetor “administração pública” mostrou-se crescente em Ouro Preto, contrariando tendências estaduais de decréscimo, podendo ser aí também um caso de absorção de contingentes desempregados, o que inclusive foi aludido em entrevistas com membros da Administração Municipal.

Os estabelecimentos de serviços de apoio à população, segundo o Sebrae^{28/} são, em sua maioria, bares, lanchonetes, restaurantes e outros do ramo alimentício, representando 54%, e os serviços de abastecimento, reparação e instalação de peças e equipamentos para veículos, representando 11%. Há vários estabelecimentos para o acolhimento de turistas, tais como hotéis e pousadas.

Entre os estabelecimentos comerciais destacam-se: mercearias, açougues, supermercados, padarias, confeitarias e outros do ramo alimentício, representando 40% do total, seguidos por boutiques, bazares, lojas de calçados, tecidos, presentes e confecção, que atingem 23% e, por fim, lojas de artesanato, gemas e souvenirs que representam 10% dos estabelecimentos.

Conforme o relatório do Sebrae,^{29/} o comércio local apresenta algumas limitações das quais as mais significativas são falta de variedade de produtos, preços superiores aos praticados em outras praças e a qualidade de atendimento aos clientes. Apesar do volume de estabelecimentos, as grandes empresas e instituições instaladas em Ouro Preto em geral realizam o abastecimento dos produtos necessários às suas atividades fora da cidade. A Prefeitura Municipal, que realiza 63% de suas compras no mercado local, encontra dificuldades com os preços e a legislação em vigor que privilegia, para as concorrências públicas, o menor preço. A região metropolitana de Belo Horizonte atrai grande número de compradores de Ouro Preto, pela variedade de produtos e facilidades de preços.

Quanto à atividade de turismo, importantíssima para a cidade, há dificuldades de obtenção de dados sistematizados e seqüenciais que permitam uma comparação e avaliação mais completas. As informações que se seguem são, na sua maioria, obtidas do diagnóstico do Sebrae, e de entrevistas com moradores e comerciantes.

O que inicialmente percebe-se quanto à atividade é o enorme potencial representado por Ouro Preto quanto ao turismo, quer pelo seu conjunto arquitetônico, quer pelos seus monumentos, quer pela sua cultura, e ainda pelos recursos naturais e paisagísticos das áreas do seu entorno. A sazonalidade de fluxo turístico deixa ociosa, em grande parte do tempo, a infra-estrutura turística existente, ou então, em épocas festivas, sobrecarrega toda essa infra-estrutura e mesmo a urbana da cidade. Entre os turistas brasileiros, a alta temporada se dá em janeiro, abril e julho; e entre estrangeiros, em julho, agosto, setembro, outubro, fevereiro e março.

Embora o quadro se esteja alterando, há algum nível de conflito ou indiferença entre a atividade de turismo e o cotidiano da população, que mantém sua convivência social demarcada em relação aos turistas e outras populações flutuantes (estudantes, por exemplo). Esta situação não deixa de ser uma herança histórica da população local ancorada em sua forte e marcada identidade cultural, onde a territorialidade é um traço forte, sendo o “outro” alguém que se diferencia, que pode ser hóspede (*hospite*, do latim) ou hostil (*hostile*), ambos lembrando aquele que é “estranho, alheio, peregrino”.

O relatório do Sebrae fez 689 entrevistas com moradores de Ouro Preto acerca do turismo, e os pontos positivos apontados por 28% desses entrevistados são: turismo traz mais dinheiro para a cidade, aumenta a arrecadação, divulga e promove a cidade, aumenta empregos. Entre os pontos negativos, para 35% das entrevistas, estão: bagunça, aumento do custo de vida, falta de liberdade e desrespeito aos ouropretanos, relegados sobretudo nos grandes eventos, e carência de infraestrutura.^{30/}

Como fonte de empregos, a análise dos dados apresentados anteriormente para os serviços e comércio, e as informações com entrevistados, permitem concluir que há expansão no nível de empregos ligados ao turismo; cabe observar, no entanto, que o nível de remuneração é muito baixo, considerando-se indústria e mineração. Ações da atual administração municipal, sensível ao potencial econômico representado pelo turismo em Ouro Preto, tem criado situações favoráveis ao crescimento da atividade, destacando-se entre elas a criação, em curso, do Centro de Convenções, que tende a diminuir as margens de sazonalidade, estabelecendo fluxos mais contínuos.

A capacidade de hospedagem em hotéis e pousadas na cidade é de 1 800 leitos, havendo outros 200 no antigo Colégio Dom Bosco, no Distrito de Cachoeira do Campo. Não há disponibilidade de dados sobre o número de turistas além do número de visitantes do Museu da Inconfidência,^{31/} o número de passageiros transportados por ônibus, o que não permite um dimensionamento adequado desse fluxo, havendo, ao que tudo indica, predominância forte de turistas brasileiros em relação aos estrangeiros.

O relatório do Sebrae^{32/} considera os eventos de massa inadequados à fragilidade do centro histórico, pressionando a infra-estrutura e sendo incômodos à população local. Entrevista com comerciante da área de turismo revela a mesma leitura, diferenciando-se dela aqueles empresários não envolvidos diretamente com a atividade. O tempo de permanência do turista na cidade é considerado, no relatório do Sebrae e entrevistas como curto, isto em parte devido à falta de divulgação e informações acerca de toda a potencialidade apresentada pela região. Ouro Preto ficaria incluída pelos que trabalham na captação de turistas num vasto rol de "ciclo de cidades históricas de Minas Gerais", o que não direciona de forma plena e particular o turismo para a cidade.^{33/}

A infra-estrutura de apoio ao turismo é considerada deficiente, principalmente no tocante aos espaços públicos (sanitários, telefones públicos, postos de informações, sinalização, etc.) O nível de profissionalização de recursos humanos na área também é considerado incipiente (desde empresários, passando por guias, garçons, balconistas, recepcionistas e outros), ainda segundo o relatório citado.

A percepção dos turistas em relação à cidade é avaliada como boa, nas entrevistas feitas pelo Relatório Sebrae a turistas presentes em Ouro Preto. Os turistas estrangeiros realçam sua "surpresa" e "encantamento" ao se depararem com um conjunto arquitetônico de porte, quando em geral esperam encontrar monumentos isolados. Revelavam prazer ao comentar sobre o núcleo histórico, destacando aspectos que lhes agradavam e chamaram sua atenção, como, por exemplo, a pavimentação das ruas e a iluminação pública, além, é claro, daqueles historicamente específicos".^{34/}

Quanto aos empresários envolvidos com o turismo, o Relatório Sebrae entrevistou 40 deles e apresenta os seguintes resultados:^{35/}

Quanto ao tempo do estabelecimento, 37.5% estabeleceram-se entre 1981 e 1990 e 27.5% entre 1971 e 1980, o que soma 85% deles à partir de 1971, sendo seus estabelecimentos prestadores de serviço e do tipo familiar. No universo total, 70% são microempresas e 75% dos proprietários são homens. Os níveis de escolaridade dos empresários é atípico, considerando-se os padrões para outras cidades: 35% deles possuem segundo grau completo ou superior incompleto, 40% deles possui curso superior completo ou pós-graduação. Esta escolaridade acima da média pode ser explicada pela presença antiga de escolas de nível superior, pela redução do quadro técnico e gerencial das empresas de porte, instaladas no Município (Alcan, por exemplo) e dificuldades de entrada e reinserção no mercado de trabalho.

A indústria de turismo local apresentou, nos últimos anos, potencialidade de atrair investimentos (mais de 50% dos empresários instalaram-se pela identificação da potencialidade do mercado). Aspectos estruturais da economia do país estão afetando a atividade: 67.5% dos empresários está enfrentando dificuldades para expandir seu negócio; 66.7% destes, por falta de capital e 40.7% devido à instabilidade econômica do país.

Quanto às dificuldades próprias, 55% dos empresários não treinam funcionários. Entre os entrevistados, 75% considera que o Município apresenta necessidades ou carência para o desenvolvimento do turismo.

III. INFRA-ESTRUTURA URBANA

A situação Ouro Preto diante da disponibilidade de infra-estrutura ociosa em princípio e até a ocorrência do atual do processo de industrialização representado pelo “Ciclo do alumínio”, dá contornos especiais à dotação dessas infra-estruturas no Município, como é o caso de populações de rendas médias/baixas que residem nas áreas ao redor do Centro Histórico e que possuem níveis regulares de infra-estrutura, apresentando situação melhor que outras populações que vivem nas cidades de médio e grande porte do Estado.

As características do relevo e da implantação de edifícios e vias, num contexto de preservação do conjunto arquitetônico, dificultam as soluções de vários aspectos como o sistema de trânsito e transportes e coleta de lixo, entre outros.

A. SANEAMENTO

A ampliação dos sistemas sanitários públicos é considerada essencial no Município, principalmente no que diz respeito à disposição de resíduos sólidos e líquidos, que atualmente têm sido lançados “*in natura*” nos cursos d’água, solo e ar, ou recolhidos aos chamados lixões, isto na área onde existem os sistemas de disposição e recolhimento, já que grande parcela do Município não é servida nem mesmo por redes coletoras e serviços de disposição final.

Os serviços de esgotos sanitários, captação e distribuição de água no Município são prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto, ligado à Secretaria de Obras. “O abastecimento de água em Ouro Preto já era uma preocupação desde sua fundação, tendo em vista referências aos olhos d’água que se espalham por todo o sítio da povoação, sendo todos de maravilhosa e cristalina água. Na fase de sua consolidação como Vila, de 1730 a 1765, foram construídos diversos chafarizes e fontes para abastecimento público”.^{36/}

O atual sistema de abastecimento de água foi implantado pela municipalidade em 1940, apresentando atualmente níveis consideráveis de deterioração e incapacidade de atendimento à demanda, sendo que em épocas de grande número de turistas concentrados em eventos, poder-se-ia dizer que o sistema sofre um colapso. Segundo entrevista com a secretária Municipal de Obras, o abastecimento foi uma das prioridades daquela Secretaria, visando a ampliar a cobertura do sistema nas redes dos distritos e em pontos críticos da cidade.

Segundo relatório do Sebrae,^{37/} “cerca de 85% da sede e dos distritos são atendidos pelo serviço. Administrado pela Prefeitura, o sistema não é oneroso para os usuários que não pagam a água consumida. Esta política, considerada pela atual administração, conforme já relatado anteriormente, como clientelista e paternalista, tem consequências em vários níveis distintos”, quais sejam: impede a arrecadação do Município, que apresenta pequeno percentual de receita própria; reduz o volume de recursos disponíveis para a manutenção dos sistemas de abastecimento, impossibilitando, dessa forma, investimentos no tratamento da água e ampliação das redes existentes.

A água é captada pura nas nascentes, mas devido à precariedade dessa captação, da reserva e distribuição, chega aos domicílios com qualidade duvidosa. Não são realizados exames físico-químicos ou bacteriológicos de nenhum manancial, exceto, episodicamente, na Estação de Tratamento do Itacolomi. São dezenove pontos de captação de águas. A sede é abastecida em 40% por meio do Jardim Botânico, onde existe um sistema de tratamento, como também na captação Itacolomi.

O Relatório IGA ^{38/} constata, quanto à captação de águas subterrâneas no Município, que “no que se refere à qualidade das águas, não há restrições, do ponto de vista físico-químico, às diversas utilizações, seja consumo humano, industrial ou agrícola”.^{39/} Os distritos são abastecidos através de poços artesianos, que se enquadram na situação descrita acima. Diz ainda o relatório que “Os riscos de Contaminação dos mananciais subterrâneos estão relacionados à poluição urbana -- ausência de obras de saneamento básico e de coleta de lixo-- principalmente nas zonas periféricas, cuja ocupação urbana se dá de maneira desordenada. Além da poluição de origem urbana, os recursos hídricos da bacia são também afetados por atividades industriais relacionadas à extração de bauxita e topázio”.^{40/} E mais adiante: “Recomenda-se que a Prefeitura Municipal estabeleça áreas de proteção em torno das captações do Jardim Botânico, do Taquaral, do Itacolomi e do Pocinho, área já em processo inicial de ocupação e que pode vir no futuro a comprometer os mananciais situados na encosta da Serra do Itacolomi. Nos mananciais situados na encosta da Serra de Ouro Preto, como nas voltas do córrego e região central da cidade, uma maior segurança e proteção contra risco de contaminação depende de obras de saneamento, com coleta de esgoto e de lixo em geral”.^{41/}

Segundo entrevista com o Secretário de Planejamento, a situação atual da distribuição é a seguinte: em Engenheiro Correia, poço; em Amarantina, poço, captação a céu aberto e estação de tratamento (ETA); em Miguel Burnier, mina; em Cachoeira do Campo, captação a céu aberto e ETA; em Sta. Rita, captação a céu aberto, com boa qualidade; em Antônio Silva, boa qualidade, com filtro de areia; em Santo Antônio do Leite: poço e captação a céu aberto e ETA, em construção; e em São Bartolomeu, captação a céu aberto. Todas as captações recebem cloração para distribuição. Em Cachoeira do Campo, o tratamento é completo, como na sede também.

Não existe sistema de reservação e distribuição centralizado, a reservação é feita através de 33 reservatórios, com capacidade conjunta avaliada em cerca de 1 milhão de litros, considerada, no trabalho do Sebrae, insuficiente, o que motivaria perda de água ou desperdício, já que a água que sai da mina é imediatamente consumida ou desperdiçada. Alguns reservatórios estão em Estado precário de conservação, o contribui para o desperdício. As elevatórias existentes na maioria dos sistemas necessitam maior nível de manutenção.

Segundo o trabalho do Sebrae, cerca de 77.6% das edificações têm água encanada, restando 3 518 que não a tem, consumindo-a diretamente de minas, poços artesianos, cisternas e outros.^{42/} A rede de distribuição possui diâmetros inferiores aos recomendados pelas normas brasileiras (50 mm

no mínimo), o que resulta em falta de água durante algumas horas no dia, ou falta de pressão nas partes mais elevadas. As áreas deficientes de atendimento por rede são parte do Caminho da Fábrica, loteamento Sta. Efigênia, Alto do Morro da Cruz, Morro da Queimada, e Pocinho, neste caso o bairro inteiro. As questões relativas à qualidade das águas e preservação dos recursos hídricos sugere que as bacias hidrográficas devam constituir-se numa unidade de gestão e planejamento municipal e regional.

E quanto ao esgotamento sanitário, parece haver um nível grande de domicílios não atendidos.

Segundo censo IBGE, 1991, do total de 14 363 domicílios, 8 549 estão ligados à rede geral (7 955 na área urbana e 594 na rural), 1 544 estão servidos por fossa rudimentar.^{43/}

A drenagem pluvial, recolhida em 50% dos logradouros, é lançada na mesma rede que o esgoto, sendo uma situação sanitária desfavorável, provocando sobrecarga no sistema durante as chuvas, podendo provocar refluxo. O destino de esgotos e drenagem pluvial é o lançamento "*in natura*" nos córregos da região, comprometendo fortemente a Bacia do Funil.

Relatório da Prefeitura, citado pelo SEBRAE, aponta os seguintes pontos críticos quanto à execução de redes de água, pluvial e esgotos: topografia desfavorável, idade das redes de distribuição implantadas, ocupação rápida e desordenada das encostas e locais de difícil acesso e aumento da população e do número de residências a serem atendidas.

Segundo dados do IBGE, do total dos domicílios particulares 7 647 tem a coleta como destinação do lixo, 1 914 declaram que o lixo é "jogado". O Relatório Sebrae (p. 69) estima que 80% das ruas da sede e 55% do total de domicílios do Município são atendidas pelo serviço de coleta do lixo. Os trabalhos são realizados por 200 funcionários responsáveis pela sede e distritos, estimando-se o total da coleta em 30 toneladas/dia. O destino final é um lixão a céu aberto, controlado e compactado, segundo dados da Prefeitura citados pelo Sebrae. No momento, a municipalidade está construindo em aterro sanitário controlado, em terreno de 1 207 km², nas vizinhanças da Cia. Paulista de Ferro-Liga, e um mini-aterro em Cachoeira do Campo.

Em relação ao turismo, como foi citado anteriormente, a cidade é carente de infra-estrutura, e no caso aqui tratado, não há banheiros públicos disponíveis e nem lixeiras nas vias públicas.

B. TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO

A hierarquização viária, criando um sistema de circulação compatível com a caixa das vias, condições de funcionamento, e principalmente, proteção ao patrimônio edificado, sensível à trepidação provocada por veículos pesados tem sido posta como urgente e mesmo citada como um dos objetivos de criação da atual Secretaria Municipal de Planejamento. Embora havendo proposta técnicas consistentes, não foi um ponto de fato equacionado pela administração local.

Esta é uma questão prioritária para o funcionamento da cidade, no sentido de diminuir os grandes conflitos de circulação e patrimônio aí existentes, bem como melhorar as condições ambientais da área central. Não há um consenso sobre qual seria a solução técnica mais adequada,

mas a ordem do problema é tal que necessita de medidas imediatas. O Município implantou áreas de estacionamento rotativo, e os ônibus de turismo não circulam pela cidade, ficando parados na rodoviária. Contudo, tais medidas ainda são tímidas.

Todos os distritos e povoados são servidos por linhas de transportes coletivos. As estradas vicinais pelas quais trafegam são encascalhadas, pavimentadas apenas nos pontos mais problemáticos. Esse sistema de estradas vicinais como um todo é precário, dificultando o escoamento de produção agrícola. O terminal da Rede Ferroviária Federal --RFFSA-- funciona apenas para *cargas*. O trem turístico ligando Ouro Preto a Mariana não se encontra funcionando. Foi apontado como principal problema relativo aos transportes coletivos a baixa qualidade das linhas, em função monopólio de cerca de 60% da rede.

C. ENERGIA ELÉTRICA

Aproximadamente 97% dos domicílios urbanos são atendidos por rede elétrica. Segundo relato do SEBRAE^{44/} em 1994 havia 156 consumidores industriais, 1 486 comerciais e 14 722 residenciais. Dados atuais, fornecidos pela Cemig, indicam 18 054 consumidores no Município como um todo. Dada a grande extensão física do Município, a expansão de redes rurais tem encontrado dificuldades. O caso mais grave é o do Distrito de Antônio Pereira, a 23 km de distância da subestação, exigindo reforço nos condutores. Na avaliação da Cia. Eletricidade de Minas Gerais --CEMIG, concessionária da distribuição de energia elétrica no Município--, 30% das áreas rurais possuem eletrificação.

Há planos de ampliação deste percentual através do Programa Luz de Minas e do Programa Casa de Máquinas, que apresenta como solução alternativa grupo de consumidores instalar e manter motores geradores em funcionamento, em parceria com a CEMIG, Prefeitura e Comunidade). Ressalta-se que 95% das edificações localiza-se em áreas providas de iluminação pública. Foi criado e implantado projeto especial de iluminação do núcleo histórico, preservando a qualidade de sua paisagem de conjunto.

D. COMUNICAÇÕES

Existem atualmente em Ouro Preto três jornais: *O Liberal* (quinzenal), *O Galeté* (mensal) e o *Ouro Preto* (quinzenal). Há uma emissora de rádio (Rádio Ouro Preto - AM), ligada ao sistema Itatiaia, de Belo Horizonte.

A sede capta imagens da Rede Globo de Televisão, Rede Bandeirantes, Manchete e Alterosa (Sistema Brasileiro de Telecomunicações), através de duas torres receptoras e retransmissoras de sinais. Devido à topografia da cidade, muitos locais têm dificuldades de receber imagens, levando moradores à instalação de antenas parabólicas, o que em muitos casos descaracteriza a paisagem.

A concessionária dos serviços de telefonia é a TELEMIG, operando com DDI e DDD. A população atendida fica em torno de 3 826 pontos; destes, 2 584 são ligações residenciais, 711 não residenciais e 532 de telefonia celular. Os distritos de Cachoeira do Campo, Amarantina, Santo Antônio do Leite e Santa Rita de Ouro Preto possuem rede instalada, com cerca de 580 ligações residenciais, 130 não residenciais e 18 postos telefônicos públicos. A Empresa Brasileira de Correios

e Telégrafos possui duas agências no Município, sendo uma delas na Rua Visconde de Bobadela, instalada em edifício de referência para a população.

E. SAÚDE

Segundo dados do relatório do Sebrae,^{45/} desde 1984 a taxa de mortalidade geral de Município vem decrescendo. Em 1989 era de 5.01 por 1 000 nascidos vivos. As principais causas de mortalidade (86/88) foram doenças do aparelho circulatório (31% dos óbitos), doenças, sinais e afecção mal definidas (18% dos óbitos) e doenças do aparelho respiratório (9%). Segundo o mesmo relatório, a mortalidade infantil também decresce, apesar de manter-se ainda superior à taxa registrada para o Estado (39%), enquanto Ouro Preto, em 87, apresentava taxa de 49% por 1 000 nascidos vivos.

O Plano Municipal de Saúde, elaborado junto à UFOP em 1992, concluiu que as condições de saúde da população do Município eram precárias, com índices abaixo dos estaduais e que o quadro de serviços era deficiente e deficitário. O Plano indica ações corretivas urgentes, e outras preventivas, tais como pré-natal, puericultura, orientação alimentar, prevenção da hipertensão e da diabetes.

A rede municipal conta com quatro ambulâncias, 26 unidades de vigilância de saúde, todas de responsabilidade da municipalidade, duas policlínicas (sede e Cachoeira do Campo), com doze leitos em cada uma, quatro postos de saúde, e um hospital/maternidade filantrópico, conveniado do SUS, com 136 leitos. Existem diversos serviços médicos particulares, muitos deles conveniados à UNIMED.

O Sistema Único de Saúde --SUS-- foi implementado à partir de 1991, conforme prevê a Constituição Federal, e possui funcionando o Conselho Municipal de Saúde. O SUS, um sistema voltado à saúde, é bem avaliado nas diversas entrevistas feitas, assim como o Conselho Municipal de Saúde é considerado instância atuante.

Os quadros relativos a doenças e acidentes de trabalho não foram levantados, mas as atividades mineradoras costumam apresentar índices significativos desses males. Os quadros de patologias, principalmente, respiratórias não foram cotejados com os índices de poluição atmosférica, e sem dúvida podem ser agravados por estes.

F. EDUCAÇÃO

Conforme dados do censo demográfico de 1991, do IBGE, a taxa de analfabetismo (acima de 5 anos de idade) era cerca de 16% (inferior à mineira, em torno de 23%).^{46/} A distribuição dos dados mostra maior analfabetismo na zona rural (24%), em contrapartida ao baixo nível urbano (14%).

Entre os estabelecimentos escolares, dos 148 cadastrados em 1994, 110 localizam-se na área urbana e 38 na rural.^{47/} São da rede municipal 35% dos estabelecimentos, correspondendo apenas a 11% dos alunos, atendendo principalmente a pré-escola e o ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª séries. Pertencem à rede municipal 37 estabelecimentos rurais, sendo que apenas um não pertence a esta rede. Em 1994, a rede atendeu 1 839 alunos da área rural. Em 1995, foi inaugurado uma Escola Comunitária, em Cachoeira do Campo, com oferta de 1 000 vagas e educação integral.

A média de alunos por escola é maior na área urbana: 233 alunos/escola, e menor na zona rural, com 48 alunos/escola. A rede particular, composta por 29 estabelecimentos, corresponde a 20% do total do Município, com importância destacada no pré-escolar (11 estabelecimentos) e segundo grau (6 estabelecimentos).

O índice de evasão escolar na rede municipal é de 15% e o de aprovação é de 80%. Nas escolas estaduais a aprovação situa-se em torno de 70%. A evasão não foi dimensionada para esta rede, e segundo informações de profissionais é alta no turno da noite, principalmente no 1º grau.

Há em curso um processo de nucleação de escolas desenvolvido entre Estado e Município, sendo que devem ser fechadas aquelas escolas com pequeno número de alunos e nas proximidades de outras com capacidade de atendê-los. Quanto a este processo a nucleação em curso, vai de encontro ao desejo manifestado por famílias e lideranças políticas. Os prédios escolares costumam ter outros usos alternativos na comunidade e serem pontos de referência nos locais onde se situam. Há disponibilidade de vagas para o atendimento da demanda no Município.

A rede estadual tem problemas quanto à disponibilidade e treinamento de recursos humanos, estando em curso a reciclagem e reestruturação da rede e do ensino. O mesmo acontece com a rede municipal, havendo aí resistência de professores quanto às mudanças e falta de parceria da comunidade, embora os professores sejam mais qualificados. Os diretores, tanto da rede estadual como da municipal, são eleitos pela comunidade escolar. Na rede municipal as escolas com mais de 10 alunos devem ter seu colegiado.

A rede municipal oferece transporte aos alunos em 53 kombis disponíveis. Tal serviço é de custo elevado para o Município. O Município possui três creches, atendendo 120 crianças, e fornece merenda escolar para cerca de 16 mil alunos das diversas redes e instituições.

Os principais programas da rede estadual são: Pro-qualidade, financiado pelo Bird, que visa a dotar a rede de infra-estrutura e desenvolver ensino básico; Qualidade total, reciclagem do quadro de pessoal; Cursos para professores, preparação para implantação de nova proposta curricular; Plano de Desenvolvimento da Escola --PDE--, melhoria do atendimento escola; e acompanhamento dos colegiados das escolas.

A rede federal possui dois estabelecimentos no Município: a Escola Técnica Federal de Ouro Preto --ETFOP--, de 2º grau, criada em 1994, e a Universidade Federal de Ouro Preto --UFOP--, de nível superior.

A ETFOP possui 133 professores e atende a 1 500 alunos, oriundos de 140 municípios. Os cursos ministrados, entre os turnos diurno e noturno, são: mineração e metalurgia, edificações, segurança do trabalho, magistério, informática industrial e gemologia. A UFOP administra cursos superiores nas áreas de farmácia, nutrição, história, letras, computação, filosofia, ciências jurídicas e de diversas especialidades da Engenharia, tais como civil, metalúrgica e de minas, além da Geologia, além de oferecer cursos de mestrado e doutorado em Geologia. Há projetos para ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação.^{48/}

Conforme Perfil dos Alunos fornecido pela UFOP, o número de alunos no período era de 2 178 nos diferentes cursos, provenientes da própria microregião de Ouro Preto (27.07%), ou de outras cidades (72.6%). Neste caso, passam a residir em Ouro Preto, principalmente nas repúblicas, conforme será tratado adiante. A UFOP estima o número de funcionários em 850, e o de professores em 370.

G. LAZER E CULTURA

A cidade dispõe de dois clubes sociais, o Ouro Preto Tênis Clube e o Clube Campestre Vila Rica, um cinema, um teatro municipal, uma boite (Shangri-la), 5 praças e um estádio de futebol. Conta ainda com sete associações esportivas, seis escolas de samba e uma associação dessas escolas.

Entrevistas com associações de moradores apontaram grande carência de equipamentos de esportes e praças, como pontos de encontros e sociabilidade. Ressaltaram a falta de espaços para pessoas da terceira idade, e para a população masculina desempregada, que fica nos bares grande parte do seu tempo, contribuindo para altos índices de alcoolismo, e casos de violência doméstica. Um dos entrevistados chegou a dizer que os ouropretanos iriam nos fins de semana à Mariana “só para sentar na pracinha”. Outro ressaltou a importância da área de praça disponível para a população situada na região de Cabeças, que é cuidada por um membro da comunidade de forma voluntária. A administração municipal não dispõe, segundo estes depoimentos, de serviços voltados à manutenção de praças e jardins.

O Município, dado às suas características históricas, é rico em manifestações e atividades culturais, que se dão em torno das igrejas e irmandades, ou dos equipamentos existentes nos espaços públicos.

Em termos de equipamento, destacam-se os seguintes, conforme relatório do Sebral: 5 bibliotecas (ETFOP, UFOP, Municipal, Museu da Inconfidência e Casa dos Contos); Museus: Inconfidência, Casa dos Contos, Museu de Mineralogia, Museu de Ciência e Técnica (compreendendo Astronomia, Desenho e Topografia, História Natural e Metalurgia), Memória da Escola de Minas, Eletrotécnica, Museu do Aleijadinho, da Prata e Guignard. Entre esses merecem destaque o Museu da Inconfidência e a Casa dos Contos, que mantém inúmeras atividades ligadas ao turismo e à população local.^{49/}

A Fundação GORCEIX, criada em 1960, desenvolve importante atividade junto à pesquisa científica, assistência social, educação, cultura e incentivo às atividades industriais no país. Outra fundação que atua em termos culturais no Município, é a *Fundação de Arte de Ouro Preto* --FAOP, com cursos livres de artes plásticas, escultura, gravura em metal e madeira.

As entrevistas apontaram a importância local do *Grêmio Literário Tristão de Athayde*, com eventos tradicionais e o envolvimento de população jovem e da Banda Cachoeirense. Há ainda o Centro de Restauração de Bens móveis, e a Escola Guignard. A Câmara Municipal está no momento recuperando e restaurando o Arquivo Público do Município. Várias igrejas possuem museus próprios, ou permitem visita ao seu acervo histórico e artístico.

Além do extenso calendário de festas religiosas, já abordado em outro ponto desse trabalho, destacam-se ainda: o Festival de Inverno, a festa do 12 de outubro (de ex-alunos da UFOP), a festa de São Bartolomeu e a Cavalhada, em Amarantina. O carnaval é evento que reúne turistas e a população local. O mesmo envolvimento da população local e visitantes se dá com eventos da Semana Santa, embora estes tenham caráter simbólico mais forte para a população de Ouro Preto, sendo apontados como formadores da identidade local pelos entrevistados.

H. HABITAÇÃO

A habitação aqui não é tratada na amplitude do tema, mas enfocada enquanto infra-estrutura urbana, embora mesmo neste contexto, a questão se apresente complexa em Ouro Preto. A inadequabilidade das áreas de expansão do Município, a qualidade do espaço edificado mais recente, bem como a qualidade das próprias edificações são os principais problemas, sob este ponto de vista.

Outro estrangulamento, conforme o abordado em outro item deste estudo, é a questão da regularização fundiária que apresenta grande complexidade devido à presença de terrenos públicos ocupados, questões ligadas ao sistema de aforamento, entre outros. Não há um diagnóstico completo da situação fundiária no Município.

Na atual administração, foram entregues 540 títulos de legitimação, tanto em áreas urbanas quanto rurais, sendo ainda construídas 120 unidades habitacionais.

IV. ESTRUTURA URBANA

“Os caminhos naturais, ligando propriedades ou minerações traçaram a primeira malha urbana. Dentre os vários caminhos, um é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a “estrada tronco”! Entra na Vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Santa Ifigênia. Por isto mesmo, na estrada, designa-se por cabeças (princípio), entre as matrizes, rua Direita e, na saída vira e sai”.^{50/}

“Este caminho liga ainda a estrada, vinda de São Paulo a princípio, e Rio de Janeiro, depois unindo os arraiais, atravessando a Vila Rica e seguindo para a Vila do Ribeirão do Carmo onde assistia o governador de São Paulo e Minas do Ouro”.^{51/}

“Principia esta estrada do Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria (atual praça Tiradentes); decai para Antônio Dias, novamente para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana.”^{52/}

“O assentamento urbano se faz, pois nos contrafortes da Serra de Ouro Preto, nos vales dos córregos auríferos. Ao longo da “estrada tronco” vão se fixando, em especial os comerciantes. Vencendo as encostas em caminhos mais diretos (ruas direitas) nem sempre de melhor acesso, vão surgindo as ruas paralelas ou de meia encosta. Para a procissão do Santíssimo Sacramento, que encerra o Triunfo Eucarístico, abre a Irmandade do Rosário a rua Nova do Sacramento (atuais Getúlio Vargas e São José)”.^{53/}

“Quando o governador Antônio de Albuquerque criou, juridicamente, a Vila Rica de Albuquerque de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, a 8 de julho de 1711, já estavam definidos os núcleos principais, com pouca diferença do zoneamento ainda hoje vigente: Arraial dos Paulistas, Antônio Dias, Pilar, Padre Faria, Cruz das Almas (Santa Ifigênia), Cabeças, São Sebastião, São João, Sant’Ana, Piedade (Queimada), Barra e Caquende (Rosário)”.

Ouro Preto “achava dividida, segundo a jurisdição Religiosa, em duas freguesias: Ouro Preto (Matriz do Pilar) e Antônio Dias (Matriz de N. S. da Conceição)”.^{54/}

Em 1713 já se dá um nível de controle de uso, tentando manter a concentração comercial com a proibição de “loja de fazenda, seca ou molhada à distância de uma légua da Vila” e, em 1714, prossegue, desta vez com a proibição de “tavernas e cozinhas de qualquer gênero comestível ou bebidas nas lavras de minério e faiscagem, segundo Relatório da Fundação João Pinheiro.”^{55/}

O crescimento que se dá a partir dos caminhos iniciais é “centrípeto, aumentando a densidade de ocupação e preenchendo, quando a topografia imprópria permitia, os vazios existentes”.^{56/}

“As ruas em que posteriormente se transformam, subdividindo-se a estrada principal, tomam, com o correr do tempo, designações várias, a princípio apenas explicativas, como a rua que se segue à ponte seca até a ponte de Ouro Preto, a que vai da igreja do bairro do Ouro Preto para o arraial dos paulistas, à direita da vila. Depois tomaram o nome de seus principais moradores: rua do Vigário, dos Paulistas, dos Caldeireiros, etc., ou das construções mais valiosas que nela se erguem: rua da Ponte, da Cadeia, do Palácio, etc.. No século XIX homenageavam ilustres figuras de patrícios, como Bernardo de Vasconcelos, Alvarenga Peixoto, Bernardo Guimarães, etc.”.^{57/}

Quando, à partir do crescimento de ambos, em torno da ligação principal, os dois “povoados” se fundem, aí nesse encontro, nessa transição, está o espaço da hoje Praça Tiradentes, consequência do povoamento já existente, e nunca como centro dele, como espaço hierarquicamente privilegiado, como atualmente se observa. Construções oficiais (Câmara e Cadeia) e palácios de governadores (por volta de 1740) e mais tarde, a Escola de Minas, é que vão aos poucos configurando as feições da praça Tiradentes, que teve suas dimensões atuais definidas em 1797, com ampliação feita para desafogar a Casa de Câmara e Cadeia. A decadência do Ciclo do Ouro, por volta de 1765, curiosamente coincidente com a fase áurea e exuberante do rococó em Minas, vai mudar os espaços públicos da época. Vários arruamentos, serventias de passagem, travessas, vielas e becos desaparecem incorporados aos terrenos de usos particulares na época. Já no século XIX, em 1823, a vila recebe o título e prerrogativa de cidade, sendo-lhe restituído o nome original de Ouro Preto; recebe, ainda, o título de Cidade Imperial. Esta é uma fase de estagnação, estando o espaço urbano, com as características básicas atuais, consolidado.

“No centro erguiam-se *sobrados envidraçados de boa construção*, e apenas na periferia as residências se apresentavam *baixas, acanhadas e quase sempre de madeira!*”^{58/}

As ruas não se adaptavam à topografia do lugar, “vencendo, com inadequada valentia, as ondulações dos contrafortes a que se antepõem a diretriz estabelecida”.^{59/} Mais tarde, “tecnicismos mal compreendidos” dão origem a ruas de traçado reto, mas quase impossíveis de receberem tráfego, tal como a rua das Escadinhas (atual Randolfo Bretas, antiga ladeira Simão da Rocha).

Em 1864 a cidade já contava com sistema de abastecimento de água em casas particulares (algumas) e fontes públicas, e no final do século é implantado o sistema de esgotos que funciona até hoje.

O início do século XX, com a transferência da capital para Belo Horizonte, encontra Ouro Preto em plena crise: imóveis e infra-estruturas ociosas, perda de renda e população, interrupção de alguns serviços, como o de bondes a tração animal. Não obstante isto, a cidade se consolida como importante centro acadêmico, de pesquisas e educacional, representado principalmente pela Escola de Minas e Metalurgia, Escola Superior de Farmácia, Curso de Odontologia, Instituto Profissional Domingos Freire e o Ginásio de Ouro Preto, com regime de internato e externato, equiparando-se, na época, ao ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, a cidade contava com níveis da infra-estrutura melhor que a maioria das cidades brasileiras, incluindo-se aqui capitais estaduais, e em termos culturais, com importante acervo, notável em termos artísticos, advindo de sua condição anterior.

A construção da Estrada de ferro leva alguma expansão urbana no sentido do Morro do Cruzeiro.

Em termos populacionais, tendo perdido população para a nova capital, ela permanece esvaziada. Em 1920, dos 50 255 habitantes do Município, apenas 11 685 viviam na cidade. Em 1931, o Prefeito João Batista Ferreira Veloso, através do Dec. 13 de 19/09/1931, tenta preservar o Patrimônio, não permitindo no perímetro urbano, a construção de prédios e edifícios em desacordo com o estilo colonial da cidade.

No tocante às atividades econômicas, a Elquisa, fundada em 1934 e principal empresa local, tinha dificuldades de expansão por escassez de mercado e carência de energia elétrica. Em 1937 é transformada em fábrica piloto de hidrato de alumínio; em 1945, dá-se aí a fundição do primeiro lingote de alumínio da América Latina, o que pode ser considerado marco inicial de uma nova fase para a empresa e para a cidade. Em 1950, a Elquisa passa a ser controlada pela Cia. Alumínio do Brasil, grupo através do qual atuava a canadense Aluminium Limited.

Tem nesse momento novo início de processo migratório em Ouro Preto, com impactos imediatos na organização de seu espaço urbano. São construídos conjuntos habitacionais destinados à moradia de engenheiros, outros à moradia de operários, e atraídas para a região as atividades complementares e de suporte à produção industrial.

“Saramenha torna-se um bairro de funções específicas, com vida quase própria e principais indutoras da estrutura urbana, na medida em que gera novas ocupações e novas demandas habitacionais”.^{60/}

Há a “ocupação esparsa da área da própria empresa e toda a área do Morro de Cruzeiro, e há uma contínua injeção de população e atividades novas no então estagnado tecido urbano. O núcleo principal, que se mantinha praticamente inalterado desde fins do século XVIII, sofre um processo de expansão, sendo aproveitadas áreas da periferia que oferecem condições razoáveis”.^{61/}

Para além do núcleo formal construído pela empresa, a cidade se expande principalmente no Morro da Queimada, Padre Faria, Santa Efigênia, Morro do Cruzeiro, São José, Cabeças e, com a abertura da MG 56, em Água Limpa e Veloso.

O baixo poder aquisitivo da população migrante se reflete na baixa qualidade das edificações, não raramente clandestinas, como também na precariedade dos arruamentos e implantações, tanto destes, como das próprias edificações. “Mesmo em loteamentos programados, como Vila Aparecida, Vila São José e Santa Efigênia, a regularidade dos lotes e ruas foi superada pelo adensamento, largura deficiente dos logradouros, na ausência de áreas verdes e baixo padrão construtivo.

Se na cidade antiga a tradição portuguesa de edificar não implicava cortes e movimentos de terrenos, a nova expansão se dá exatamente ao contrário, interferindo na morfologia dos terrenos, removendo cobertura vegetal, sem contenção de encostas ou preocupações com a drenagem das cristas e ravinas.

Há o crescimento desordenado em encostas, tais como Cruzeiro, Veloso, São Sebastião, Piedade, Queimada, São João, Alto da Cruz, Santa Efigênia e Santana. A instalação de atividades

universitárias na região do Cruzeiro representa um indutor a mais naquele sentido. A rede viária, em sua maior parte, apresentava condições precárias de circulação, devido às declividades acentuadas, e principalmente nas periferias, pelo mau estado de conservação. Na área central, no sentido longitudinal, as vias encontram-se em condições regulares, mas apenas poucas delas apresentam realmente boas condições de tráfego.

Em 1969 é feita a primeira tentativa de controle com o “Rapport et proposition la Conservation, Recuperation et Expansion de Ouro Preto” pelo prof. Alfredo Evangelista Viana de Lima. Este plano aborda o Centro Histórico.

Em 1975 é elaborado o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana pela Fundação João Pinheiro, que pretende um planejamento global de toda a região.

Em 1980 a UNESCO incluiu Ouro Preto no elenco de cidades “Patrimônio da Humanidade”, com a contrapartida de medidas jurídicas, científicas e técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, a proteção, a conservação e o desenvolvimento desse patrimônio. Em 1985 é elaborada a Carta Geotécnica de Ouro Preto, sob a coordenação do prof. Edésio Teixeira de Carvalho, não se tratando de documento normativo, mas orientador, com excelente conteúdo técnico.

Os instrumentos de planejamento e orientação elaborados findavam, na prática não sendo efetivados quer pelo Município, quer pelo Estado, seguindo o crescimento da cidade sem nenhum controle ou direcionamento de caráter urbanístico ou de planejamento, e muitas vezes estimulado por políticas locais de atendimento às demandas habitacionais, diretamente pela doação de material de construção, o que na maioria das vezes, resultou em habitações localizadas inadequadamente, e, em alguns casos, até precariamente.

Desta forma, a partir de seu processo histórico de formação/transformação, o espaço de Ouro Preto apresenta características, umas comuns às cidades do seu porte no Brasil, principalmente aquelas ligadas ao modelo econômico baseado na extração e transformação mineral, adotado aí a partir da década de 50, com todo o impacto deste na velocidade da urbanização e força dos fluxos migratórios que se traduzem nas vastas periferias tão conhecidas nas nossas cidades; e outras, que lhe são particulares, herança de sua condição de “metrópole” de interior no Ciclo do Ouro, de sua condição de capital de província; e, outras ainda, que são o legado do que lhe foi subtraído, que poderíamos chamar de suas “cicatrizes”.

O espaço de Ouro Preto é de alguma forma tensionado pelo seu núcleo histórico, lugar de sua centralidade, de hierarquia primeira em sua organização, e a área da indústria, aqui particularmente a do alumínio, que contém além da unidade industrial de grande porte, os bairros habitados por trabalhadores diretos e indiretos em seu processo produtivo, assim como as atividades, principalmente serviços complementares àquele processo, e de apoio ao cotidiano da população.

O mercado imobiliário aí se comporta de maneira bem particular, sendo os imóveis da área central os mais valorizados, por seu potencial econômico, alto nível de infra-estruturas e sua centralidade.

O núcleo histórico, por suas características e necessidade de preservação e manutenção, tem levado a opções de gestão e administração bastante diferenciados do que é usual no país, o que tem

condicionado, nos aspectos físicos, sociais e econômicos, a configuração que tal espaço poderia ter, bem como o nível de relação entre os agentes públicos que atuam na cidade e sua relação para com a população.

A “área da indústria” é bem diferente do núcleo histórico, e em sua área de influência imediata obedece a uma estratégia de implantação e expansão das atividades produtivas, e à opção de intervenção direta na formulação inicial deste espaço. Os processos advindos dessa instalação e de outras indústrias que se seguiram, “transbordaram” seus limites iniciais, espalhando-se pelos espaços vazios ou com usos pouco competitivos, principalmente no entorno do núcleo histórico e no espaço entre este e as instalações industriais. Estando o núcleo controlado por regras de certa forma pouco flexíveis, as novas expansões vão se dar “livres” nas áreas pouco densas do seu entorno e naquelas desocupadas, que no caso de Ouro Preto, são de propriedade do Município, e tinham a ocupação por particulares regulada pelo aforamento (anfitense) até 1971, quando a Lei nº 377, de 21 de janeiro, considerou “resgatados todos os aforamentos existentes no Município”.

Os processos formais de ocupação e regularização fundiária raramente foram usados na expansão de periferias de Ouro Preto, sendo este um dos aspectos mais graves encontrados nessas situações, além das carências de infra-estruturas e precariedade de implantação, já referidos anteriormente.

As profundas diferenças sociais que separam a população mais antiga do Município, residente no núcleo histórico, e aquela residente na periferia, em sua maioria construída por migrantes, é um dos obstáculos mais fortes à integração destes na vida da cidade, considerando seus aspectos mais amplos de cidadania e cultura. As antigas e ainda presentes divisões culturais e sociais na cidade representam, por um lado, fator de sociabilidade e integração entre aqueles que aprendem sua linguagem e reconhecem seus códigos, e, por outro, se apresentam como barreiras aos que são excluídos desse processo.

Os aspectos da topografia acidentada e do desenvolvimento axial da cidade representam, de outro lado, obstáculos à uma relação mais direta entre os diversos bairros, relação esta quase sempre mediada pela área central do núcleo histórico.

Em linhas gerais, as áreas de expansão urbana de Ouro Preto estão localizadas basicamente nas porções oeste e sul de seu perímetro urbano. A porção situada a oeste (saída B.H.) se apresentaria a novos loteamentos, predominantemente residencial. Na porção sul/sudoeste da cidade, especialmente bairros Pocinhos, Bauxita e Saramenha, estariam espaços urbanos que poderiam ser adensados, revitalizados ou mesmo ocupados, segundo o relatório do Sebrae.

Os distritos, em sua maioria rurais, têm no núcleo histórico uma referência cotidiana, embora tenham independência relativa nos aspectos mais imediatos de vida.

O distrito de Antônio Pereira foge deste padrão, sendo que muitas de suas relações mais imediatas se dão com o município vizinho, Mariana.

O Plano da Fundação João Pinheiro dividia a área urbana do município nas categorias básicas:

a) *zona de estrutura consolidada*, abrangendo a área central onde localizam das atividades comerciais de maior espectro de atendimento e especializadas, coincidindo com as áreas de maior valor histórico e referenciais simbólicos, e onde também se localizam atividades de ensino, serviços públicos e residências. É esta área a de principal interesse para o turismo, e onde se encontram, predominantemente, as novas atividades de comércio e serviços. A heterogeneidade desse espaço, seu valor histórico e cultural conferem-lhe grande vitalidade e qualidades urbanas;

b) *zona de estrutura em transformação*, área de expansão residencial, áreas em processo de degradação (referidas as áreas próximas à antiga ferrovia), os eixos viários, com crescentes assentamentos de atividades ligadas ao turismo e artesanato;

c) *zona suburbanizada*, constituída pela periferias;

d) *Núcleo Saramenha*: formação ligada à indústria e a espaços residenciais, formando, a sudeste, núcleo também educacional com a presença da UFOP e da Escola Técnica (ocupando de modo descontínuo o Morro do Cruzeiro).

É denominado “Saramenha” o local de moradias de rendas mais altas --e “Bauxita” o de rendas mais baixas. Essa área tem buscado atualmente expressões próprias no contexto de Ouro Preto, como a sua Escola de Samba, ou a recente criação de paróquia específica da região. É também aí que se localizam sérios problemas de poluição atmosférica e hídrica, em função das atividades industriais.

Em termos de boas qualidades físicas, as áreas poderiam ser classificadas da seguinte forma:

a) *boas condições*: região de tráfego e edificações em bons padrões, novas ou antigas: área central da cidade, desde vizinhanças da Praça até Rosário, passando pela rua São José;

b) *regulares*: região envolvendo a área central, o Pilar, área próxima á rodoviária, Barra, Lajes e partes de Cabeças, Veloso, Vila São José, Antônio Dias, Padre Faria, Jardim Alvorada, Encardideira e Terceira;

c) *deficientes*: periferias de Santana, Queimada, São Sebastião, Encardideira, São João, Taquaral e Tombadouro, que se caracterizam como suburbanas e, ainda, Água Limpa, partes de Cabeças, Velosos, Vila Aparecida, Morro da Piedade, Santa Ifigênia, e Padre Faria.

Quanto às sedes dos distritos, a política municipal atual é de fortalecimento delas, no sentido de melhorar as condições de vida locais, evitando o deslocamento da população para a sede, em busca de oportunidades de emprego e habitação. Os depoimentos dos titulares de secretarias entrevistados, do Vice-prefeito e do Prefeito deixam claras essas intenções e metas do atual governo municipal. Em termos de vivências de seu cotidiano, as populações residentes nos distritos mantêm um nível interessante de auto-identidade, sendo os aspectos culturais um dos suportes dessa identidade.

Há distritos com crescimento demográfico negativo, como foi dito em outro item do nosso relatório, e alguns com vitalidade interessante, como Cachoeira do Campo e Antônio Pereira, entre outros. Em Cachoeira do Campo apresenta-se possibilidade de expansão urbana, embora a região tenha os processos de voçorocamento já referidos, e dificuldades de abastecimentos d'água.

Antônio Pereira, além da ocorrência de ouro e topázio, tem um pólo industrial destinado a empresas de pequeno porte. Os distritos de Antônio do Leite e Amarantina possuem solos frágeis. No entanto, o distrito de Amarantina possui também solos aptos à agropecuária, podendo esta atividade ser expressiva. Lavras Novas e Chapada apresentam potencialidades turísticas, que se têm dado de maneira predatória e descaracterizadora do conjunto. Santa Rita tem potencialidades pela presença da pedra sabão, para a artesanaria deste material. Na região de Rodrigo Silva até Miguel Burnier concentram-se as lavras de topázio, responsáveis por grandes degradações ambientais.

É importante frisar que os distritos, de um modo geral, não representam fundamentalmente o papel de "dormitório" em relação à sede, o que justifica ainda mais a política da atual administração em torná-los cada vez mais autônomos.

Notas

- 1/ Instituto de Geociências Aplicadas (IGA). *Desenvolvimento ambiental de Ouro Preto --micro bacia do Ribeiro do Funil*. Belo Horizonte, 1994. v.3, p.3.
- 2/ A Estação Ecológica do Tripuí: reserva biológica de aproximadamente 132,50 ha situada na mata do Tripuí, habitat natural do *Peripatus Acacioli*. Parque Estadual do Itacolomi: criado em 14 de junho pela Lei 4 495 compreendendo terrenos devolutos do Estado de Minas Gerais. Situado nos Municípios de Mariana e Ouro Preto, aproximadamente 7 000 ha. Estação Ecológica do Tripuí: Decreto Estadual nº 26.599, de 09 de março de 1987. Situada no Município de Ouro Preto.
- 3/ Parque Estadual do Itacolomi, abriga espécies animais e vegetais raras, ameaçadas de extinção e endêmicas, além de servir como área de procriação de aves migratórias. IGA, 1995.
- 4/ Parque Municipal de Cachoeira das Andorinhas: Lei Municipal nº 305/68; e área de Proteção Ambiental das Andorinhas: Decreto Estadual no. 30.264 de 16 de dezembro de 1968, área aproximada de 18 700 ha. situada no Município de Ouro Preto.
- 5/ Ver Anexo, Quadro 10.
- 6/ De acordo com documento da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais -Cetec/Instituto de Geociências Aplicadas- IGA (1995), e citação no relatório do Sebrae. GEORGE, P. Apud DAMIANI, in IGA, op. cit.
- 7/ Ver Anexo, Quadro 11.
- 8/ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). *Diagnóstico econômico de Ouro Preto*. Ouro Preto, 1990. p.6.
- 9/ Ver Anexo, Quadro 13.
- 10/ Ver Anexo, Quadro 4.
- 11/ Ver Anexo, Quadro 9.
- 12/ UFOP. Op.cit., p.40.
- 13/ UFOP. Op. cit., p.40.
- 14/ Sebrae. Op. cit., p. 24.

- 15/ Sebrae. Op. cit., p. 121.
- 16/ UFOP. Op. cit., p. 59.
- 17/ UFOP, Op.cit., p. 61.
- 18/ Ver Anexo, Quadro 5.
- 19/ UFOP. Op. cit., p. 63.
- 20/ Ver Anexo, Quadro 4.
- 21/ Idem, p. 44.
- 22/ Idem, p. 44.
- 23/ UFOP. Op. cit., p. 53.
- 24/ Ver Anexo, Quadro 7.
- 25/ Ver Anexo, Quadro 6.
- 26/ Ver Anexo, Quadro 8.
- 27/ Ver Anexo, Quadro 8.
- 28/ Sebrae. Op. cit., p. 44.
- 29/ Sebrae. Op. cit., p. 44.
- 30/ Sebrae. Op. cit., p. 111.
- 31/ Ver Anexo, Quadro 14.
- 32/ Sebrae. Op. cit., p.103.
- 33/ Ver Anexo, Quadro 15.
- 34/ Sebrae. Op. cit., p. 103.
- 35/ Sebrae. Op. cit., pp. 112-115.
- 36/ VASCONCELOS, cit. in *Parcelamento, uso e ocupação do solo urbano*. Ouro Preto, 1991. pp. 40-48.
- 37/ Sebrae. Op. cit., p. 67.
- 38/ IGA. Op. cit. p. v. 33.
- 39/ IGA. Op. cit. p. v. 33.
- 40/ IGA. Op. cit. p. v. 33.
- 41/ IGA. Op. cit. p. v. 33.
- 42/ Sebrae. Op. cit., p. 68.

- 43/ Ver Anexo, Quadro 16.
- 44/ Sebrae. Op. cit., p. 64.
- 45/ Sebrae. Op. cit., p. 71.
- 46/ Ver Anexo, Quadro 19.
- 47/ Ver Anexo, Quadro 18.
- 48/ Sebrae. Op. cit., p. 79.
- 49/ Idem, p. 120.
- 50/ VASCONCELOS, Sylvio. *Arquitetura particular em Vila Rica*. Belo Horizonte, 1951. p. 105. In ENGEARP - *Diagnose/Prognose*. p. 4 018.
- 51/ VASCONCELOS, op. cit.
- 52/ ENGEARP - Arquitetura e Engenharia Ltda. *Diagnose/Prognose*. Ouro Preto, 1991.
- 53/ MENEZES, Ivo Porto. Revista da Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975. p. 21. In ENGEARP -- *Diagnose/Prognose*. p. 4 019.
- 54/ Idem.
- 55/ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Centro de Desenvolvimento Urbano. *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. Belo Horizonte, 1975. p. 10.
- 56/ Op. cit.
- 57/ Op. cit.
- 58/ Fundação João Pinheiro. Op. cit., p. 13.
- 59/ VASCONCELOS, Sylvio. Op. cit., p. 109. In ENGEARP, op. cit., p. 4 023.
- 60/ Fundação João Pinheiro. Op. cit., p. 13.
- 61/ Idem.

TERCEIRA PARTE

A GESTÃO DE OURO PRETO

I. MARCOS DA GESTÃO LOCAL NO BRASIL

A. O CONTEXTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DAS REDES URBANAS

O processo irreversível de urbanização é a marca das últimas década no Brasil e América Latina. A forte expansão da rede urbana faz-se acompanhar de um processo de metropolização em certos pontos do território. O duplo jogo de desigualdade social e segregação mutuamente apoiados, é explicitado nas metrópoles que cristalizam os resultados contraditórios desse processo de modernização. É nesse contexto que foram gerados no Brasil, dos meados da década de 70 a meados dos anos 80, programas voltados para a descentralização espacial e contenção de fluxos migratórios. Em paralelo, esboçava-se, por parte das esferas do governo, a promoção de formas de participação por meio de programas de planejamento participativo ou participação comunitária, em geral pautados na participação limitada a projetos específicos localizados.

No quadro mais recente, o realinhamento no nível global das relações de poder econômico e político desdobra-se em profundos impactos e transformações, manifestos no território em termos de fragmentação e maior exclusão. As modificações na lógica de produção industrial articulam-se a uma nova divisão territorial do trabalho em todos os níveis, implicando a inflexão na tendência de concentração das grandes metrópoles e fortalecimento das cidades médias. Entretanto, as metrópoles mantinham a primazia no âmbito da rede urbana, enquanto espaços privilegiados de decisão, de produção de informações, configurando um duplo processo de descentralização e centralização nas redes urbanas.

B. A QUESTÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

A Constituição Federal de 1988 --junto às leis federais complementares-- é o marco do reordenamento jurídico, político e institucional brasileiro, apontando para a descentralização ao conferir maior autonomia aos governos locais, quer através de reformulação de competências e responsabilidades, quer no nível de repasses de recursos financeiros. Em consequência da promulgação da Constituição Federal, em 1989, os Estados promulgam suas próprias constituições, seguidos pelos municípios que elaboram as leis orgânicas, que constituem seus marcos legais.

As atribuições das Entidades Federativas brasileiras foram estabelecidas pela definição de competências exclusivas e comuns no âmbito das esferas da União, Estado e Município, e no que se refere à legislação, em competências privativas e concorrentes. O princípio do desenho constitucional,

no que se refere às atribuições, remete aos municípios as questões de interesse local; aos Estados, as matérias de interesse regional e à União os assuntos e questões de interesse nacional e internacional.

Os artigos de 29 a 31, da Constituição Federal, tratam do Município. Compete a este legislar sobre assuntos de interesse local; criar, organizar e suprimir distritos; manter, com a cooperação da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, bem como os serviços de saúde, promover o ordenamento territorial e a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Destaca-se que, no que se refere ao reordenamento territorial, o Art. 182, que trata da política urbana, exige a obrigatoriedade do Plano Diretor para municípios com população superior a 20 000 hab. e prevê o parcelamento ou edificação compulsórios e a aplicação de imposto progressivo.

O Art. 23 estabelece, dentre outras, as seguintes questões como de competência comum à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios: cuidar da saúde e assistência pública; proteger o patrimônio histórico e cultural; proteger o meio ambiente e combater a poluição; proporcionar meios de acesso à cultura, educação e ciência; promover programas de construção de moradias e melhorias das condições de saneamento básico; combater as causas da pobreza; fiscalizar a exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Portanto, um elenco de questões essenciais deve ser equacionado no âmbito das esferas nacional, regional e local, requerendo mecanismos de cooperação --tais como convênios e consórcios-- e de compatibilização de políticas e ações. Obviamente, a descentralização de responsabilidades e de recursos demanda uma nova lógica ou arranjo institucional e organizacional nas três esferas. No que se refere às atribuições sobrepostas, assinala-se que na ineficácia de mudanças nas estruturas burocráticas da União e do Estado, ou ainda na ausência de articulação entre as ações e políticas nos três níveis sobre o mesmo objeto --o Município-- é este que arcará com maior parcela dos impactos do não cumprimento das atribuições constitucionais, pelo seu caráter local. Ou seja, pode-se dizer que os ônus do insucesso na compatibilização de funções essenciais à população, provavelmente não são socializados pelas três esferas. Nesse novo quadro, o governo local é o receptáculo das pressões sociais e o gestor, em última instância, dos desdobramentos e conseqüências das políticas econômicas da União. De outro lado, detém um elevado grau de autonomia e liberdade em relação ao poder central. Finalmente, deve-se destacar que o Governo Federal não implantou, até o momento, uma política urbana.

C. A QUESTÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Constituição Federal modificou a estrutura tributária brasileira, ampliando a margem de recursos repassados aos municípios e aumentando sua autonomia tributária. No que se refere às transferências federais, foi ampliada a cota municipal do Fundo de Participação dos Municípios --FPM-- e de outros produtos. De outro lado, aumentou o repasse estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços --ICMS-- para os Municípios e acrescentou novos tributos ao âmbito municipal. Além dessa ampliação, continua competindo aos municípios instituir Impostos sobre Propriedade predial e Territorial Urbana --IPTU-- e sobre serviços de qualquer natureza --ISS.

Em que pese o aumento do percentual de recursos tributários transferidos para o Município, ressalta-se que a reconfiguração de seu quadro de atribuições e obrigações implica a necessidade adicional de recursos para o cumprimento de tais funções e atendimento às demandas sociais. Ressalta-se ainda que, conforme as características do sistema tributário brasileiro, o grau de autonomia financeiro dos municípios é consequência de sua posição na divisão espacial do trabalho: assim, por exemplo, cabe aos municípios mais industrializados um maior volume de recursos tributários.

D. O ESTADO DE MINAS GERAIS FACE À DESCENTRALIZAÇÃO

Como já mencionado, em 1989 os Estados procederam à elaboração de suas Constituições Estaduais, e como desdobramento, a elaboração de leis complementares e ações voltadas para a nova realidade institucional. O atual Executivo Estadual iniciou sua reforma administrativa apresentada a partir do discurso de racionalizar e modernizar uma estrutura administrativa considerada superdimensionada e ineficiente, em consonância com os pressupostos do modelo neoliberal.

Por outro lado, formulou, em 1995, o Plano Mineiro de Desenvolvimento, e a proposta de divisão do Estado em regiões administrativas, visando também à própria legitimação dessa esfera do poder face ao novo quadro institucional.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento afirma privilegiar como ações básicas: transferência de renda regional via política fiscal, beneficiando regiões mais pobres; desenvolvimento de programas especiais dirigidos à mudança de condições sistêmicas. No que tange à política urbana, assinala o papel do Estado na coordenação de políticas públicas, e objetiva racionalizar os investimentos estaduais nos municípios, “visando a dotar as pequenas e médias cidades de melhores condições de infra-estrutura e aliviar as tensões provocadas pelo inchaço urbano nas grandes cidades”.

Destaca-se que o Legislativo Estadual, e posteriormente o Executivo, adotaram a prática de Audiências Públicas Regionais. Mais recentemente, o governo iniciou o Orçamento Participativo Regional, configurando-se, assim, alguns canais de participação dos governos locais.

E. O MUNICÍPIO E A GESTÃO LOCAL

O governo local é exercido pelos poderes Executivo e Legislativo municipais. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, eleito por votação direta a cada quatro anos, e seus auxiliares, ocupantes de cargos de confiança, com o suporte do aparato administrativo municipal.

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores eleitos por voto direto --com mandato de quatro anos-- por sistema proporcional. Coube aos legislativos municipais a função de elaborar as leis orgânicas municipais, em consequência da promulgação da Constituição Federal e da Constituição Estadual. As leis orgânicas municipais consistem no marco jurídico de organização dos municípios, configurando sua autonomia política.

No elenco das responsabilidades das esferas do governo municipal, destaca-se que a Câmara é a instituição encarregada da elaboração de leis municipais e da fiscalização dos atos do Poder Executivo, podendo ainda liberar ou limitar as ações deste. Entretanto, algumas atribuições são concorrentes às duas esferas: o Executivo pode elaborar projetos de lei e detém o poder de veto sobre a legislação aprovada pela Câmara, ainda que esta possa derrubar o veto.

Cabe referenciar a tendência histórica, no caso brasileiro, de fortalecimento ou primazia do Poder Executivo em detrimento do Legislativo, delineando, muitas vezes, formas relacionamento entre essas esferas, pautadas em procedimentos clientelistas que possibilitam assegurar a aprovação de projetos ou matérias de interesse do executivo ou mesmo de legitimar o exercício do poder local.

Ao quadro de gestão local, incorporam-se novos atores sociais a partir de mecanismos de participação, alguns previstos e configurados na própria Constituição de 1988, como a criação de determinados Conselhos Setoriais. O grau de incorporação desses atores, a partir da implementação de novos espaços institucionais de participação política, dependerá das próprias esferas de poder local e das próprias demandas da sociedade neste sentido.

F. DESCENTRALIZAÇÃO, REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

O processo de reestabelecimento do regime democrático no Brasil, a partir do início dos anos 80, inscreve-se num contexto delineado pela urbanização intensa das últimas décadas, por um quadro econômico instável e concentrador de renda, e pelos contornos do regime autoritário no que tange à centralização político-administrativa e à desmobilização imposta à população.

Nesse contexto, a descentralização e o fortalecimento dos municípios entram em pauta por meio dos atores engajados no processo de redemocratização, e no período de transição entre os regimes militar e civil já assinalam-se esforços de descentralização administrativa nas grandes capitais. Em paralelo, esboçam-se programas de participação popular, cujo cunho é, em geral, de participação restrita, ou instrumental, envolvendo projetos específicos e localizados, e frequentemente incluindo o fornecimento de mão-de-obra por parte da população.^{1/}

É a partir desse cenário que a Constituição de 1988 absorverá a pauta de descentralização política, político-administrativa e orçamentária, e esse mesmo cenário assinala o campo de possibilidades e constrangimentos aos processos de descentralização em curso, basicamente em função da tradição autoritária e excludente na sociedade brasileira.

O debate em torno da questão já apontou para o fato de que de que a reestruturação do Estado, norteadada pelo objetivo de descentralização, não implica *necessariamente* o aprofundamento democrático. Pode referir-se mais à redistribuição de cargas relativas à reprodução da força de trabalho, em decorrência da crise econômica e da incapacidade de equacioná-las no âmbito político administrativo centralizado. De outro lado, pode referir-se a uma redistribuição efetiva de poder nas dimensões políticas, sociais e econômicas, incorporando diferentes grupos nas esferas decisórias, por meio de mecanismos de participação.

Nesse sentido, não caberia mais o equacionamento da participação em moldes anteriores, em que esta era entendida como a mobilização da população para a realização de obras, ou como o acatamento de determinadas demandas pelo governo a partir das pressões de grupos. O enraizamento na cultura brasileira de práticas clientelistas, pautadas na troca de favores entre os eleitores e os agentes políticos, constitui um dos obstáculos a serem superados para a construção de relações democráticas entre o poder público e a população. Na mesma direção, em que pese o populismo ter sido ultrapassado, ancora-se nas tradições paternalistas a sua revisitação sob novos moldes: atores individuais e coletivos continuam concebendo as realizações das administrações locais como doações dos governantes.^{2/}

A própria emergência de novos atores no cenário sócio-político não implica uma participação sistemática no âmbito decisório. Os desafios nesse sentido mostram a necessidade de criação de mecanismos e canais permanentes de participação em um novo arranjo institucional na esfera local; e, de outro lado, apontam para a constituição de atores e práticas de representação, organização e interlocução.

Experiências recentes do governo local no país equacionaram a participação popular sob moldes distintos: conselhos, fóruns, orçamento participativo em diferentes moldes,^{3/} além de audiências públicas e outros mecanismos de consulta popular, configurando tentativas mais ou menos bem-sucedidas da participação ampliada.

II. O GOVERNO DE OURO PRETO: CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E RESPOSTAS

A. A CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO

A Câmara Municipal de Ouro Preto é atualmente composta por dezessete vereadores, tendo como marcos legais para seu funcionamento a própria Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, datado de 1965 e apontado como ultrapassado. Está situada na Praça Tiradentes, ponto central de Ouro Preto.

Nas entrevistas, foi destacada a pluralidade de representação da atual Câmara a partir de sua composição. Dos dezessete vereadores, dez representam distritos^{4/} e sete vivem na sede do Município; de outro lado, foi ressaltado que os vereadores provêm de diferentes estratos sócio-econômicos.

No que se refere à composição partidária, oito partidos estão representados, com o seguinte número de vereadores: quatro do PMDB; três do PTB; dois do PL; dois do PSDB; dois do PSB; dois do PFL; um do PPB e um do PTM. O quadro de atividades e alianças partidárias passa pela composição dos partidos PSB, PMDB, PTB, PFL e ainda PSDB, tendo sido destacados o PL e o PPB como os partidos que freqüentemente divergem das orientações políticas dos demais partidos.

Cabe abrir parêntesis para abordar alguns pontos relativos à questão político-partidária em Ouro Preto. O número de siglas partidárias retrata a crescente competição do sistema político brasileiro. De outro lado, deve-se destacar a mobilidade de representantes municipais ou demais membros dos partidos, traduzida em mudanças de partidos como um traço também comum ao quadro brasileiro. O quadro político-partidário de Ouro Preto foi freqüentemente caracterizado como fluido:^{5/} os próprios partidos não se afirmam como espaços consistentes de representação no que tange à representação político-ideológica. Deve-se ressaltar ainda que o PT e o PC do B, embora não tenham eleito representantes na Câmara, têm um quadro de filiados e simpatizantes no âmbito do corpo docente e discente da UFOP.

Em diferentes depoimentos foram mencionados, de um lado, o bom relacionamento das esferas legislativa e executiva, e de outro, conflitos entre vereadores e auxiliares do governo: as modalidades de relação entre a Câmara e a Prefeitura, ou entre a Câmara e a população não fogem a algumas tendências históricas do quadro brasileiro.

A maior parte dos projetos votados na Câmara são os de iniciativa do Executivo Municipal. No que tange aos projetos de iniciativa do próprio Legislativo, os mais frequentes referem-se à concessão de título honorário e à nomenclatura oficial de logradouros. O Legislativo Municipal atua, em parte, como um elemento receptor e mediador de interesses da população, configurando um perfil de atuação fragmentado em torno de questões pontuais e específicas. Entretanto, destaca-se a percepção de problemas de caráter mais global por parte de alguns vereadores, que recentemente enviaram ofícios às autoridades das três esferas de governo, relativos à sua preocupação com a estagnação da economia do Município e com o desemprego, referenciando à desativação da Siderúrgica Barra Mansa no Município.

B. RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

A Prefeitura contava, em 1994, com um quadro de 1 229 funcionários, em sua quase totalidade estáveis. Os dados do SEBRAE^{6/} indicavam, em 1995, 1 350 funcionários estáveis e 150 contratados não estáveis. De acordo com o censo efetuado em 1994 pela Secretaria de Administração, 74.9% dos funcionários têm renda entre um e quatro salários mínimos. Apenas 10.8% dos funcionários têm curso superior completo; 35.0% dos funcionários têm 2º grau e 1.5% eram então analfabetos.^{7/}

Salienta-se o baixo percentual de funcionários de nível superior, e o percentual razoável de funcionários com o 2º grau completo. Observam-se, ainda, altos percentuais de funcionários que não concluíram os diversos ciclos escolares. Tais dados acusam a necessidade de estímulos à instrução, do quadro de funcionários ou de sua classificação e reciclagem no âmbito de uma política de recursos humanos que possibilite ao Município cumprir com os novos desafios no âmbito da gestão local. Nesse sentido, a Secretaria de Administração estabeleceu um Programa de Alfabetização, e foi incluída no orçamento de 1995 uma dotação específica para treinamentos nas áreas de educação e saúde.

Ainda no que tange às ações voltadas para os recursos humanos municipais, os funcionários têm progressão salarial automática de dois em dois anos; porém, a Prefeitura não dispõe de Quadros ou Planos de Carreira que possam prever mecanismos de progressão vertical, face à requalificação dos funcionários ou promoção por desempenho. De outro lado, foi-nos informado que a folha de pagamento absorve 65% dos recursos municipais. Nesse sentido, mencionou-se o sério problema de desemprego no Município, cuja pressão é canalizada para o poder público local. A Secretaria de Administração terceirizou o serviço de transportes da Prefeitura, contratando a prestação desses serviços autônomos no âmbito local.^{8/}

A maior parte dos funcionários está lotada nas secretarias de Educação (42.8%), Obras (30.5%) e Saúde (11.3%), ou seja, voltadas para atividades finalísticas referentes aos serviços essenciais para a população. Quanto às atividades meio, a Secretaria de Administração absorvia 89 funcionários (7.21%), enquanto a Secretaria da Fazenda tinha em seu quadro 23 funcionários (1.9%). Cabe destacar que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social contava com apenas oito funcionários (0.7%), indicando seu funcionamento precário, devendo-se considerar sua criação relativamente recente (1993).

C. A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO APARATO ADMINISTRATIVO

O Poder Executivo Municipal tem como aparato administrativo, no momento atual, oito secretarias, além do Gabinete do Prefeito e da Procuradoria do Município. Tais órgãos não estão concentrados em uma só edificação, mas dispersos em várias, sendo que apenas uma delas está localizada no centro da cidade, correspondendo à casa de Gonzaga, inconfidente. A localização do Gabinete do Prefeito e das secretarias de Administração e Fazenda no bairro Pilar é atípica. O Poder Executivo, em todos os níveis, procura situar-se em locais privilegiados que lhe confirmem visibilidade e reforcem o caráter simbólico de expressão de poder e centralidade.

A estrutura orgânica atual das secretarias é a seguinte: Secretaria Municipal de Administração (Departamentos de Serviços Gerais, Rodoviária, Garagem, Pessoal, Material e Patrimônio, Arquivo Municipal); Secretaria Municipal da Fazenda (Departamentos de Receita, Tesouraria, Cadastramento, Contabilidade); Secretaria Municipal de Educação (Departamento de Esportes, Ensino e Supervisão Pedagógica); Secretaria Municipal de Agricultura e de Abastecimento (Departamento de Agropecuária e de Abastecimento); Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social (Departamento de Habitação, Meio Ambiente, Assistência Social, Transporte Urbano, Plano Diretor); Secretaria Municipal de Turismo (Departamento de Promoções Culturais, Divulgação e Patrimônio e Arte); Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (Departamentos de Projetos e Orçamento, Água e Esgoto, Estradas Municipais, Obras e Urbanismo, Serviços Urbanos).

A questão essencial a ser ressaltada remete às atividades voltadas ao planejamento entendido como articulação e compatibilização de atividades intersetoriais, ou, ainda, às atividades vinculadas à elaboração de projetos ou programas globais, ou mesmo àquelas de capacitação ou requalificação administrativa, não contempladas na estrutura atual. A função de articulação entre as metas, programas e demandas setoriais, de gerência de conflitos entre esses interesses e de delineamento de objetivos globais, não é dispensável sob o risco de produzirem-se ações em diferentes âmbitos duplicados, ou de que se neutralizem ou que não possibilitem a otimização do emprego de recursos humanos e materiais. No quadro atual, a resolução desses conflitos e a priorização de objetivos setoriais desembocam na elaboração dos instrumentos de programação orçamentária; e de outro lado, são também equacionados pelo próprio Prefeito e seu gabinete.

Em 1993, o Executivo Municipal procedeu a uma reforma pontual em sua organização extinguindo a Secretaria de Governo e fundindo as secretarias de Cultura e Turismo. Além disso, a Secretaria de Planejamento Urbano --criada e não implementada de fato na gestão anterior-- passou a denominar-se Secretaria de Planejamento e Assistência Social, passando a contar com uma Diretoria de Assistência Social vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Os percalços da gestão urbana em Ouro Preto evidenciam-se na elaboração de Planos Diretores não implantados (dois deles no período do regime autoritário). Mais recentemente, na gestão anterior, foi elaborada uma proposta de Plano Diretor buscando atender aos dispositivos constitucionais. Pela Lei 57/90, o Município dispôs sobre as diretrizes básicas do Plano Diretor e estabeleceu o macrozoneamento do Município, no mesmo período em que foi criada a Secretaria de Planejamento Urbano, tendo como uma de suas atribuições principais a implementação do Plano Diretor. Destaca-se que os artigos referentes às diretrizes específicas e ao próprio macrozoneamento foram dispostos em caráter provisório, vigorando até o ano seguinte, quando a Prefeitura já teria desenvolvido estudos e propostas mais aprofundadas. As indicações são de que a estrutura

administrativa para a execução de tais atribuições pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano não foi implantada.

Atualmente, o Secretário de Administração acumula as duas pastas e a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Social foi totalmente implantada, contando com um quadro mínimo de funcionários. A referência para a atuação de cada uma de suas diretorias é a Lei Orgânica Municipal que aborda tais questões, uma vez que as competências da própria Secretaria e de suas diretorias parece não terem sido formalizadas legalmente.

O GAT, vinculado a essa Secretaria, acumula as funções de elaborar o Plano Diretor, de exame e aprovação de projeto de edificações e parcelamentos, e de elaboração de projetos. Essas atividades de planejamento, normatização, execução, fiscalização implicam um grande volume de trabalho, não contando com recursos humanos suficientes para a sua consecução. Outro problema refere-se ao fato de que o GAT constitui-se em um convênio de cooperação e nesse sentido é frágil. Demanda, assim, a sua formalização em termos da sua incorporação na estrutura orgânica da Prefeitura.

No que se refere à infra-estrutura material para o desempenho das atividades das diferentes secretarias, em que pese o fato de que a Prefeitura conta pontualmente com infra-estrutura de informatização, e de ter sido mencionado um programa nesse sentido, ela se constitui em um elemento necessário no armazenamento, organização e circulação de informações, podendo possibilitar melhor integração entre as atividades. A questão da informação --sistematização, circulação e acesso-- constitui-se, no quadro local, em um obstáculo ao desempenho das atividades ou um dificultador na própria divulgação das ações realizadas. Destaca-se que não se obtiveram as atribuições das secretarias junto a estas, e com algumas exceções, o próprio rol de atividades desenvolvidas por cada uma.

Nesse sentido, a Secretaria da Fazenda já conseguiu implantar a informatização de uma base de dados relativa às suas atividades e ao Município. Realizou um cadastro bastante completo e atualizado de imóveis, que constitui uma base importante tanto para as atividades de planejamento urbano quanto para a tributação. Cadastrou também, em fichas próprias, a infra-estrutura dos logradouros. Tais levantamentos constituem um grande avanço à medida que constroem subsídios a uma série de atividades e instrumentos.

Da mesma forma foi elaborada a carta geotécnica de Ouro Preto, também fundamental para as atividades de planejamento. Posteriormente foi feito um convênio com o Instituto de Geociências para elaboração de uma base cartográfica, em fase de conclusão. O GAT aguarda equipamento de geoprocessamento (hardware e software), doado pela UNESCO para as cidades brasileiras que são Patrimônio Mundial.

Com relação às rotinas administrativas, conforme entrevistas efetuadas, pautam-se em um alto grau de informalidade, que também marca a própria relação da equipe executiva com a população.

Tais problemas e obstáculos no quadro da gestão local obviamente não inviabilizam a execução de programas e projetos. Refletem um contexto decorrente de um histórico de organização municipal e, de outro lado, os impactos das demandas geradas pelas novas atribuições dos municípios

e as pressões para resolução de problemas imediatos, por vezes inadiáveis. Indicam, assim, a necessidade de capacitação do governo local para responder aos novos desafios da descentralização.

D. AS FINANÇAS MUNICIPAIS: RECEITAS E DESPESAS

As receitas municipais são constituídas pela arrecadação própria do Município e pelos repasses de tributos e receitas federais e estaduais, conforme já mencionado, além de operações de crédito e convênios, com repasse de verbas. As receitas próprias dos municípios provêm principalmente da tributação e da cobrança de serviços urbanos --água, esgoto, coleta de lixo--, em Ouro Preto como taxas anuais, integradas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, de valor pouco significativo.

Com a ampliação das atribuições constitucionais delegadas ao governo municipal, os municípios brasileiros procuraram, via de regra, aumentar sua arrecadação própria, basicamente a partir da revisão dos tributos municipais.

Ouro Preto pode ser considerado um caso atípico no que tange à arrecadação. O relatório do Sebrae destaca que em municípios mineiros do porte de Ouro Preto situa-se em torno de 25 a 30% do total das receitas. No caso de Ouro Preto, em 1994, a receita própria correspondeu a apenas 5.1% da receita total. Destaca-se que o Imposto Predial e Territorial --IPTU-- correspondeu a apenas 0.8% do total da receita do Município. O usual para os municípios do porte de Ouro Preto no Estado é que sua arrecadação própria situe-se na faixa entre 25 a 30% da receita total.^{9/} No que se refere às taxas e serviços irrisórios, implicam, no caso da água, desperdício generalizado.

A baixa arrecadação própria desqualifica o Município para empréstimos ou convênios. Desta forma, Ouro Preto não foi qualificado para o Projeto Somma, gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, com recursos do Banco Mundial.^{10/} Da mesma forma, perdeu um convênio com a Companhia Vale do Rio Doce, que teria como objeto a restauração do Jardim Botânico. Além disso, em que pese o fato de que os recursos transferidos pela União e Estado constituírem um montante razoável, a baixa arrecadação local compromete a capacidade de investimento do governo local.

Em 1995, as transferências federais e estaduais corresponderam a 78.12% das receitas orçamentárias correntes. A arrecadação total entre tributos, taxas e outras totalizam, portanto, 21.88% --destacando que a receita total do Município inclui ainda fontes não orçamentárias, conforme quadros 24 e 25.

Ciente do obstáculo que significa a baixa arrecadação local, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria da Fazenda, contratou a elaboração do Cadastro Municipal --fonte essencial de dados que subsidiam o planejamento urbano e as práticas tributárias. De outro lado, foi elaborado o "Código Tributário Municipal", em um avanço significativo no enfrentamento da questão. O Código Tributário foi aprovado pela Câmara Municipal, gerando de imediato grande mobilização e polêmica quanto à sua implantação. Assim, embora o Código tenha sido aprovado e permaneça como um instrumento legal, a Prefeitura recuou face à pressão da população. Instituiu um aumento nos tributos e taxas de serviços muito aquém do previsto no Código Tributário.

Os entrevistados frisaram o fato de que o aumento dos tributos e taxas não foram divulgados no âmbito de campanhas que focalizassem a sua importância para o Município. Invariavelmente designam a resistência e a cultura local como obstáculo à implementação de políticas e ações do poder público.

Os lineamentos da questão cultural estão claros a partir dos antecedentes históricos --tradição de rebeldia de opor-se à cobrança de impostos no contexto do Brasil-- Colônia. Trata-se, portanto, da matriz cultural reinterpretada e descontextualizada, neste caso, de forma instrumental pelos grupos formadores de opinião.

O relatório do Sebrae irá apontar para a "tradição paternalista e clientelista das administrações públicas locais, que não cobram de maneira adequada taxas e impostos que lhe competiam". A questão da cobrança dos impostos remete, assim, no plano simbólico, à questão da legitimação política no âmbito das relações governo local e população.

Quanto à estimativa de despesas para o exercício de 1996, as maiores previsões de gastos referem-se às áreas de habitação e urbanismo (12%); educação e cultura (27%) do total; e saúde (23%). Tais dados não permitem o cotejamento com os de 1994, uma vez que os anteriores foram fornecidos por secretarias e estes por área, estando incluídos investimentos em obra nos itens saúde, saneamento e educação. Na estimativa para 1996, tais itens correspondem a cerca de 62% das receitas orçamentárias.^{11/} Em 1995, as despesas orçamentárias do Município, mais significativas, são as das seguintes secretarias: administração (31%); obras (24%) e educação (24.9%), incluindo manutenção da rede física.

E. METAS E DIRETRIZES DO ATUAL GOVERNO DO MUNICÍPIO

Os governos, implícita ou implicitamente tem seus projetos implementados com alterações ou substituídos face aos condicionamentos conjunturais ou à própria relação do poder público com a sociedade.

Conforme entrevista^{12/} as diretrizes de governo estabelecidas a partir de contatos com a Câmara e diferentes entidades, e expressas na campanha eleitoral foram as que se seguem: conciliar desenvolvimento e preservação; canalizar o crescimento do Município para os distritos, promovendo a descentralização espacial, sobretudo para Cachoeira do Campo, Amarantina e Antônio Pereira, dotando os distritos de infra-estrutura urbana, visando a evitar o êxodo para a sede do Município; melhorar as condições de saneamento básico do Município; promover a participação comunitária através da criação de Conselhos Municipais; recolocar Ouro Preto na mídia e promover a consciência de Ouro Preto entre os ouropretanos.

De fato, a meta de descentralização foi contemplada como prioritária nas ações do governo local, que investiu em torno de 40% dos recursos municipais em obras, em parte voltadas para dotar os distritos de infra-estrutura e saneamento básico. Apesar dos grandes investimentos voltados para o tratamento de água e captação, a taxa de água é irrisória. Como consequência, o tratamento de água e a captação é um sorvedouro de recursos, e a situação nas diversas áreas da cidade é heterogênea, a qualidade da água variável, dependendo da modalidade de captação e tratamento. Se a atual gestão priorizou o enfrentamento da questão do saneamento básico, melhorando efetivamente

tais condições, o fez com as limitações decorrentes da postura de não cobrar as taxas de água e esgoto, mantendo uma relação paternalista com a população.

Quanto à política de descentralização voltada para os distritos, destacam-se as seguintes ações conforme o relatório do Sebrae:^{13/} em Antônio Pereira, implantação de pólo empresarial, visando à geração de empregos, asfaltamento de estrada que liga o distrito ao Vale do Aço em negociação e atividades de assistência social; em Cachoeira do Campo, instalação de Policlínica, Feira do Produtor e melhoria das condições de abastecimento de água e saneamento básico; em Amarantina, construção de estação de tratamento de água e instalação de telefonia domiciliar; em Santa Rita, implantação de Policlínica. Foram feitas, ainda, melhorias de estradas vicinais que alcançam 2 500 km dentro do Município.

Como se verá mais adiante, foram criados Conselhos Setoriais, alguns em satisfatório funcionamento, conforme entrevistas. De outro lado, Ouro Preto volta à cena e à mídia com certa frequência em função do prestígio pessoal do atual Prefeito Municipal.

A questão da preservação entrou em pauta com a atual administração, basicamente com a criação do GAT, para elaboração do Plano Diretor.

Os municípios devem elaborar os seguintes instrumentos de planejamento ou programação: Plano Diretor, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. O Plano Plurianual estabelece objetivos e metas de investimento da administração para um período de dois anos, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as prioridades de investimento, constituindo-se, portanto, em instrumento de programação de ações do poder público. Nesse ponto, pode-se destacar um dos impactos das mudanças constitucionais no Município, que implicaram a movimentação de um maior número de recursos a ampliaram as atribuições e obrigações do governo local, gerando, portanto, novas demandas no âmbito do planejamento e da administração municipal, muitas vezes sem que as Prefeituras estivessem capacitadas internamente para o exercício dessas novas funções. A elaboração do orçamento anual refletiu tal problema, conforme dados colhidos em entrevistas. No primeiro ano foi elaborado um orçamento detalhado, que não se mostrou adequado em sua posterior operacionalização; no ano seguinte procedeu-se a consulta aos secretários, não se mostrando novamente adequado à realidade. Finalmente, contratou-se a assessoria de técnicos da Secretaria Estadual do Planejamento para a elaboração do orçamento em questão, cujo próprio processo de elaboração implica conflitos de demandas setoriais internas. Tais instrumentos de programação evidenciam ainda as alterações de prioridades, face à dinâmica da gestão local.

F. PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS

Inicia-se pela área de saúde que salienta-se das demais pela efetivação de um processo de planejamento de suas ações através do Plano Municipal de Saúde e de sua monitoração via Conselho Municipal de Saúde.

A área de saúde conta hoje com 27 unidades de atendimento de diferentes portes, distribuídas pelo Município. O marco fundamental para o delineamento de políticas, projetos e ações nessa área foi a implantação do Sistema Único de Saúde --SUS, conforme os dispositivos constitucionais. Para cumprir tal objetivo, criou-se um grupo composto por associações de moradores, sindicatos e

profissionais de saúde, cuja atuação desembocou na elaboração do Plano Municipal de Saúde, que norteou as ações de reorganização da rede física, de produção de serviços e delineou programas já implementados: Programa de assistência Farmacêutica, Programa De Saúde Bucal, programas de Saúde da Mulher, Saúde da Criança, de Saúde Mental através da arte e da musicoterapia, Programa Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, a partir do Plano, consolidaram-se o Serviço de Vigilância Sanitária e ações no âmbito da prevenção e educação sanitária.

As ações e resultados nessa área permitiram que num curto tempo fossem observadas a ampliação da qualidade e da quantidade do atendimento dispensado à população. Evidenciou-se o potencial de gestão do Município em parcerias (UFOP) e a participação de entidades no Conselho Municipal de Saúde.

Grande parte dos recursos empregados na área, que constituem o Fundo Municipal de Saúde, provêm do próprio Município e não do SUS. De outro lado, conforme entrevistas, o Governo Federal é inadimplente, atrasando a remessa de recursos para tal destinação, havendo o Município de assumir tais atribuições.

A área de educação, como já abordado, conta com uma rede de estabelecimentos federais, estaduais, municipais e particulares, num total de 148 estabelecimentos. As redes municipal e estadual procuram efetuar articulações entre suas atividades. Como os principais problemas da área já foram apontados, destacam-se os seguintes programas desenvolvidos na rede municipal:^{14/} "Jovens de Ouro" (esportes e lazer, oficinas profissionalizantes e encaminhamento a empresas); Museu-Escola, em convênio com o Museu da Inconfidência; Ludo-museu; Oficinas de criação e aprendizado de ofício; Escolinha de Esportes, em parceria a UFOP; Noite em debate; Caixa-estante circulante; Programa de educação ambiental.

Na área de planejamento, além de ações pontuais e incipientes nas áreas de transporte, habitação e meio ambiente, o Departamento de Assistência Social, em conjunto com o respectivo Conselho Municipal, desenvolve um programa de assistência social a partir da realização de um cadastro de famílias carentes.

No âmbito do planejamento, o Plano Diretor encontra-se em elaboração pelo GAT, que discute atualmente o macrozoneamento para o Município. Em paralelo, está em andamento o Projeto Diretrizes para Intervenções Urbano-arquitetônicas em Ouro Preto. Esse projeto consiste em um inventário em ficha própria de faces de quadra, a partir de parâmetros ambientais e arquitetônicos e indica na mesma ficha as diretrizes para intervenções.

Na área da agricultura, a Prefeitura vem desenvolvendo algumas ações relativas à assistência ao produtor e incentivo às atividades rurais,^{15/} destacando-se o Programa de Extensão Rural e o empréstimo de tratores a pequenos produtores.

No que se refere às obras públicas, ao lado de um volume expressivo de obras pontuais visando ao atendimento de demandas locais, a prefeitura priorizou investimentos de infra-estrutura urbana e saneamento básico nos distritos e em bairros da sede, conforme já mencionado.

Na área de turismo e cultura, destaca-se o convênio com o *Getty Conservation Institute* e Iphan para implementação do "Projeto Praça Tiradentes" e de programas voltados para a educação,

promoção e difusão no que tange ao patrimônio cultural do Município^{16/} e os Programas de Turismo Competente e Agência de Desenvolvimento em parceria com o Sebrae; e os Projetos Portal da Cidade e Placas de Sinalização Turística, em parceria com o Iphan. De outro lado, o grande projeto da área é a criação de um Centro de Convenções em edificação da UFOP, visando a consolidar o papel de pólo turístico de Ouro Preto e enfrentar a sazonalidade da atividade.

O Plano Plurianual para 1996/97 permite visualizar as seguintes demandas e metas: reformas das sedes da Prefeitura, aquisição de material permanente e equipamentos; construção de moradias e programas de melhoria habitacional e lotes urbanizados; investimentos em infra-estrutura urbana e melhoria nas estradas vicinais; reformas de escolas; construção de unidade de vigilância sanitária no Distrito Antônio Pereira; construção do Portal da Cidade e implantação de placas de sinalização turística.

G. PARCERIAS E CONVÊNIOS

Nas entrevistas com a equipe da Prefeitura foi afirmado com freqüência a ausência de parcerias com os setores privados e com as outras esferas do setor público, ou o fato de que estas significam pouco em termos de recursos.

No que se refere ao setor público, as áreas de Saúde e Educação envolvem um grau de integração dessas áreas no âmbito estadual e federal. Entretanto, é através dos órgãos do patrimônio que a União e o Estado se farão presentes em Ouro Preto. O IPHAN consolidou uma parceria sistemática com a Prefeitura nessa última gestão municipal, quer através do GAT, quer através de projetos específicos ou de convênios com outras instituições. O governo estadual faz-se presente basicamente através do IEPHA/Secretaria Estadual de Cultura, via o GAT, ou, ainda, na gerência e fiscalização de obras da restauração de monumentos. Além do IEPHA, o IEF participa do GAT e a Fundação de Arte de Ouro Preto --FAOP-- é vinculada ao governo estadual.

Ainda que algumas avaliações tenham apontado para uma avaliação tímida e mais recente da UFOP, esta mostrou-se o parceiro mais constante da PMOP, envolvida em convênios de natureza e porte distintos, do Sistema Único de Saúde a Projetos Educativos, Programas para a Terceira Idade, dentre outros. Além de várias parcerias, há o projeto de implantação do Centro de Convenções no antigo Parque Metalúrgico da Escola de Minas, com capacidade para 500 pessoas, hall para feiras, exposições e auditórios. Há também o projeto de transformar o prédio da Escola de Minas --antigo Palácio dos Governadores-- em Museu, cedendo-o em regime de comodato à PMOP. A Fundação Gorceix, ligada à UFOP, também desenvolve parcerias e atividades de cultura e assistência social.

Parcerias com o setor privado são episódicas e específicas, em sua maioria voltados para a questão do Patrimônio Histórico. As grandes indústrias são parceiras esporádicas e afirmam-se mais recentemente em parcerias com o Sebrae e com a ACIAOP.

Da parte dos próprios empresários, um obstáculo para o desenvolvimento de parcerias foi considerada "a visão do poder público municipal como gestor de todos os problemas".^{17/} A Prefeitura é representada por moradores conforme moldes paternalistas. No mesmo sentido, o relatório do Sebrae identificou atitudes pouco colaborativas entre os diversos setores da sociedade.^{18/}

O Carnaval pode exemplificar tal situação. Sua realização demanda um volume de recursos altíssimos e a Prefeitura não conta com parcerias dos setores empresariais ligados ao turismo, ainda que o evento atraia um grande fluxo de turistas à cidade. Neste caso, a não cooperação e alegada em função da concorrência e conflito entre as atividades comerciais formais e informais, no período.

O Município é membro de três associações municipais: Associação dos Municípios do Alto Paraopeba (AMALPA), Associação Mineira dos Municípios Mineradores (AMIG) e Associação das Cidades Históricas, presidida pelo prefeito de Ouro Preto.

H. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A criação de mecanismos efetivos de participação popular afirma-se como o grande desafio da questão democrática, implicando a ruptura com a cultura política autoritária e com a tendência de privatização do espaço público pelos interesses hegemônicos. No Brasil, isso se traduz em obstáculos no âmbito do poder público, na sua máquina administrativa, no âmbito da sociedade em seu grau ainda incipiente de organização e nos moldes tradicionais de relação entre essas dimensões.

Em Ouro Preto, a Lei Orgânica Municipal criou, em 1990, dezesseis conselhos municipais consultivos, e o Conselho Municipal de Saúde, de caráter deliberativo. Posteriormente, em decorrência das leis federais complementares à Constituição, foi criado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Desses, alguns não foram de fato implantados, e outros chegaram a funcionar e não foram adiante ou funcionam precariamente, como os seguintes: Turismo, Habitação, Cultura, Plano Diretor, Desenvolvimento Econômico e Conselho de Portadores de Deficiência Física. Os problemas na operacionalização dos conselhos não raro têm acontecido nos municípios brasileiros, face aos obstáculos já pontuados.

Os conselhos em funcionamento são os que seguem: Conselho Municipal de Educação (Consultivo); Conselho Municipal de Saúde (Deliberativo); Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Deliberativo); Conselho Tutelar; Conselho de Transporte e Trânsito (Consultivo e Deliberativo) e Conselho de Defesa Civil (Consultivo).

O Conselho Municipal de Saúde foi avaliado de forma positiva pelos entrevistados, que destacaram a implantação do SUS e o avanço no atendimento às demandas na área de Saúde, tendo sido apontado ainda como muito participativo. Nesse sentido, deve-se destacar que alguns setores ligados à área haviam-se mobilizado antes da criação do Conselho, por ocasião da elaboração da Lei Orgânica Municipal.

O Conselho Municipal de Saúde é composto pela Prefeitura Municipal, Federações de Associações, Associação dos Servidores da UFOP, e entidades ligadas à área de saúde.

O Conselho Municipal de Transportes e Trânsito é palco de confronto e embates por estarem em jogo os interesses das concessionárias e os da população. Foi mencionado o fato de que há poucas reuniões em função do quorum. Entretanto, se a pauta refere-se a tarifas dos transportes urbanos, ou à implantação de novas linhas, o quorum é alto, por envolver interesses cruciais e imediatos. Destaca-se que o tratamento da questão dos transportes coletivos através de conselho é um avanço, devido as particularidades do sistema de transportes local.

O Conselho Municipal de Assistência Social é um dos quatro dessa natureza existentes no Estado. Nesse caso, buscou-se formular uma política de Assistência Social instituída a partir de uma representação mais ampla da sociedade.

A Federação de Associações Comunitárias, presente nos conselhos, ressalta o problema de equacionar sua própria participação e a dificuldade de instituir a alternância de representantes nesses conselhos, em função da disponibilidade de tempo requerida. Os custos da participação são muito mais altos para as classes populares do que para os demais setores, situando-se no pólo oposto os agentes econômicos organizados, cuja atuação muitas vezes pauta-se em diferentes práticas de pressão.

O Art. 39 da Lei Orgânica Municipal dispõe sobre a participação de entidades comunitárias de bairro e localidades, concebendo-as como “principalmente” voltadas à cooperação relativa às carências e reivindicações locais e às ações do poder público que dizem respeito às localidades específicas. Ou seja, busca inscrevê-las num âmbito participatório limitado, já que a participação da iniciativa privada, via outras formas de representação, não é objeto de representação. Destaca-se ainda que a composição dos conselhos é variável, sendo em alguns “paritária”, assim definida pelo Art. 37: “Se a composição de qualquer conselho for definida como paritária, metade dos membros representarão o Poder Público e a iniciativa privada, esta quando couber, e a metade dos membros representarão usuários, beneficiários e trabalhadores do setor”.

De outro lado, nos termos da Lei Orgânica, os conselhos foram criados, na sua maioria, como consultivos e voltados para esferas setoriais.

III. A GESTÃO LOCAL E SEUS ATORES

A. OS ATORES A E SUAS RELAÇÕES

Os processos que produzem a cidade remetem à esfera estatal, ao mercado e à cidadania, definindo os contornos dos atores da gestão urbana. O emprego difundido mais recente do termo “gestão democrática” remete às novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade, a partir dos pressupostos de descentralização e participação nas esferas decisórias.

Assim, para analisar os atores da gestão urbana em Ouro Preto, bem como as suas relações, recorreremos ao seu agrupamento^{19/} excluindo os atores políticos (a exceção dos partidos), entendidos como os que visam à reprodução e acumulação de poder, considerando que todos os atores em questão podem constituir-se em atores políticos. Nesse sentido, o que estará em foco na abordagem dos diferentes atores é o estabelecimento de relações políticas --quer visando a incidir, influir ou participar no âmbito decisório local.

B. OS ATORES ESTATAIS

Já foram examinados, no capítulo anterior, os atores estatais constituídos pelo Executivo, pelo Legislativo e pela burocracia municipal, e assinaladas suas relações entre si e com os demais atores, destacando-se o fato de que se assentam, em grande medida, em canais informais e pessoais. De outro lado, abordaram-se também os esforços na instituição dos conselhos municipais como esferas de participação local, assinalando alguns potenciais e problemas, estes últimos a partir de sua própria concepção.

Nesse quadro, cabe ainda retomar dois atores institucionais --ambos da esfera federal-- importantes no contexto da gestão local: a UFOP e o IPHAN. O primeiro, como foi mostrado, teve um papel fundamental por ocasião de sua fundação e nas décadas seguintes: o de garantir uma certa dinâmica local e visibilidade num quadro de estagnação econômica e posterior esvaziamento político. De outro lado, mais recentemente, ampliou seu campo de atuação através de parcerias mais sistemáticas com o poder público local ou atividades de extensão voltadas para a comunidade, ou ainda de sua inserção nos conselhos. A UFOP começa a delinear seu papel na gestão local.

O segundo, como já analisado, imbrica-se na construção de Ouro Preto como Patrimônio Nacional e afirma-se como um ator privilegiado não só na gestão do patrimônio cultural mas, também a partir dos anos 80, no controle físico-territorial do Município. Assume, na última administração da

Prefeitura, o papel de parceiro à medida que essa tenha se voltado para tal questão. A relação do IPHAN com a população local, já abordada, passa por momentos distintos pautados por diferentes graus de informalidade. Passa pelo conflito entre os interesses da população vinculados ao âmbito econômico ou, na maioria das vezes, apenas decorrentes da sobreposição das duas Ouro Preto: a das práticas cotidianas e a cidade-patrimônio, remetendo ainda à questão do público e do privado. De outro lado, o IPHAN inscreve-se no âmbito das representações coletivas como “O Patrimônio”, delineando muitas reinterpretações que se traduzem ora como obstáculos, ora como avanços no sentido da gestão urbana.

C. OS ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS

Já remetemos, no capítulo anterior, à questão da representação política formal através dos partidos políticos. Apontamos a sua fragilidade no que se refere à própria consolidação de identidades partidárias --herança de tempos autoritários no país. De outro lado, a partir de dados coletados, não se detectou, por parte dos partidos, propostas ou projetos mais globais para a cidade, ancorados ou não nas plataformas partidárias.

Pode-se mencionar que o voto da população vincula-se, de um modo geral, mais ao candidato que à sua vinculação partidária, seja em eleições majoritárias ou proporcionais, uma vez que a relação entre a população e os políticos locais passa mais pelos vínculos pessoais do que pela identidade partidária.^{20/}

D. OS ATORES ECONÔMICOS

Referimo-nos agora aos atores econômicos, entendidos como os que desenvolvem atividades econômicas no Município, nos diferentes níveis.

Enquanto formadores do espaço de Ouro Preto, podemos identificar dois grupos de atores econômicos: as grandes empresas capitalistas instaladas no Município, como a Alcan, Paulista de Ferroligas, Siderurgia de Barra Mansa (recém-desativada), ou mineradoras como Samarco, Samitre, Ferteco, Companhia Vale do Rio Doce e outras, que impactam por sua instalação, localização e funcionamento a dinâmica urbana da cidade, tanto em termos de sua estruturação física como econômico-social; e aquelas locais, que vão produzir serviços e obras, bens de consumo coletivo, meios de circulação e seus suportes físicos, tratando-se de empresas de pequeno a médio porte.

O primeiro grupo, embora localizando suas atividades no Município, tem poucos compromissos para com ele, comportando-se aí como em qualquer outro lugar. Sua lógica deriva-se de forma direta da organização da produção no nível global, e até seus “tomadores de decisões” não se situam nos limites municipais, estaduais e nem mesmo, muitas vezes, nos nacionais.

Os impactos das políticas de aumento de capitais e diminuição de mão-de-obra nessas empresas resulta, em Ouro Preto --como ademais é tendência mundial, aí agravada pela especialização do Município--, no crescente nível de desempregados e mesmo no aumento do comércio e serviços locais e aumento dos níveis de informalidade da economia do Município. Este grupo não tem, de

maneira geral, desempenhado um papel de ator político em Ouro Preto, e mesmo suas parcerias com a municipalidade são esporádicas ou periféricas.

O segundo grupo refere-se aos empresários locais e é constituído por recortes que se traduzem em interesses diferenciados. Trata-se de fornecedores, transportadores, comerciantes e prestadores de serviço à população local e à própria Prefeitura; e de prestadores de serviços e comerciantes voltados para as atividades turísticas, implicando níveis de influência e pressão diferenciados, à medida que dependam, em maior ou menor grau, das decisões dos poderes locais para o exercício de suas atividades. A relação com o Executivo Municipal passa historicamente pelo paternalismo, e essa parece constituir-se numa expectativa difundida por parte dos empresários locais.

Os empresários voltados para as atividades turísticas estão, em sua maioria, instalados no núcleo histórico, apropriando-se mais diretamente dos diferenciais e vantagens locacionais.

No caso dos empresários locais, constituíram a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ouro Preto --a ACIAOP--, que ampliou seu espaço de atuação na última década, inclusive a partir do apoio do Sebrae-MG, constituindo-se como ator social coletivo que congrega interesses heterogêneos já mencionados, e que balizam sua atuação junto ao poder público local.

Em que pese a relevância do ponto de vista das estratégias de sobrevivência dos setores populares, não se obtiveram dados acerca da economia informal no Município. Os indícios apontam para sua expansão inclusive a partir do desemprego estrutural crescente no setor secundário: a mão-de-obra dispensada, conforme avaliação da própria ACIAOP, não se integra às atividades terciárias existentes no Município. De outro lado, as atividades turísticas alimentam redes vinculadas à produção e à comercialização de artigos artesanais locais e pedras preciosas, e é grande o número de guias turísticos, em parte credenciados pela Prefeitura Municipal. As atividades econômicas informais,^{21/} eventuais, por ocasião do Carnaval e outras festas, constituem alvo de conflito com os empresários voltados para as atividades turísticas.

E. OS ATORES SOCIAIS LOCAIS

Visamos aqui aos atores sociais locais em suas diferentes modalidades de organização, potenciais de atuação e intervenção com o poder público municipal. Visamos, portanto, às diferentes formas que a população --em seus recortes de classes e grupos sociais-- articulam seus interesses e elaboram suas representações relativas aos próprios grupos, à sociedade e ao governo local.

Nessa abordagem, partimos da consideração de que os conflitos e lutas urbanas podem ser examinados para além da visão economicista e da disputa por benefícios materiais. Em que pese a estreita imbricação entre as dimensões material e cultural, tais conflitos realizam-se também enquanto embates de representações simbólicas coletivas. Dessa forma, essa dinâmica rebate-se não só no âmbito das relações com o governo local, mas em sua própria legitimação.

Reporta-se à pauta de fragmentação das identidades sociais, principalmente no que se refere à classe trabalhadora, que procura realizar sua reprodução através de múltiplas estratégias de natureza diferenciada. A partir das novas formas de transformação econômica, no bojo das transformações

culturais das duas últimas décadas, a sociedade “apresenta-se” como menos estruturada em divisões baseadas no conflito capital/trabalho, mais complexificado.

Em paralelo, emergem como questão, a partir dos anos 70, os então chamados “movimentos sociais urbanos” --nova dinâmica das reivindicações urbanas-- num contexto em que se prefiguram formas de participação limitada. Tais movimentos foram abordados a partir de seu caráter mobilizatório, contestatório e transformador, traduzindo-se em uma relação de oposição com o poder público; e, de outro lado, sua autonomia foi relativizada a partir de sua cooptação ou de relações tradicionais com o governo. Mais recentemente, o foco estará na constituição das identidades coletivas e na dimensão simbólica desses movimentos, ou serão analisados a partir do instrumental da Teoria da Ação Coletiva, cuja ênfase recai na idéia de interesse e instrumentalidade.

Nesse bojo, ressurgem antigas e surgem novas associações de bairros, respondendo à própria lógica de produção e apropriação do urbano capitalista, pautada na segregação e exclusão. A inserção dos grupos no contexto sócio-espacial diferenciado --que expressa sua inserção no sistema produtivo-- define a base material desses movimentos que se voltam para demandas e reivindicações relativas à infra-estrutura urbana. Conforme Durham,^{22/} o elemento modelador desses movimentos é a percepção de carências comuns: a organização em entidades específicas constitui o suporte para a veiculação das demandas, mas também de valores. Nesse sentido, cerca de duas décadas de atuação dessas entidades implicaram o delineamento de um processo voltado para construção coletiva de cidadania, definida pela idéia de “direitos”. Desta forma, abordaremos tais atores sem pressupô-los determinados ou necessariamente transformadores.

Em Ouro Preto, a redução dos empregos no setor secundário implica a diminuição da capacidade de negociação das entidades sindicais, obviamente num quadro não exclusivo do local, ancorado em transformações estruturais. Não se obteve o número de sindicatos, mas entre sindicatos e associações de classe o Município conta com 21 entidades. Destaca-se dentre essas, as associações de guias turísticos, cujo exercício de atividade demanda o credenciamento por parte do Poder Público Municipal.

Em Ouro Preto, parte considerável das associações de bairro ou locais, foi constituída no bojo do processo de abertura política no país, mais basicamente a partir de um programa da Prefeitura Municipal, que incentivou a sua criação em ano eleitoral. No quadro atual, o Município conta com 45 associações, dentre as quais cerca de trinta foram apontadas como pouco ou não atuantes no cenário local. Posteriormente foi criada a Federação de Associações de Bairro de Ouro Preto, em função do “massacre sofrido pelas associações” em um dos governos passados: “Só faziam obras onde não havia associações (...). Não se atendia às demandas, mas fazia-se política”.^{23/}

Hoje a Federação está vinculada a outras federações no Estado e no País, intercâmbio que se reflete no discurso mais articulado de seus dirigentes. É a Federação que tem assento nos conselhos municipais, visando a estabelecer um rodízio entre as diversas associações, tendo sido ressaltada sua atuação especialmente no Conselho Municipal de Transportes e de Trânsito, no que se refere principalmente às tarifas de transporte coletivo e pela pauta que coloca em confronto interesses nitidamente divergentes.

Foram apontadas dificuldades em três níveis. O primeiro refere-se à questão do envolvimento e participação local, que “cobra benefícios mas não participa de reuniões ou assembléias”, embora

um dos entrevistados tenha afirmado contar com uma média de quarenta pessoas por reunião. Ainda nesse sentido, foi mencionado o “interesse apenas em resolver o próprio interesse individual mas não o geral”, ou o fato de que “os moradores buscam muitas vezes negociar votos e as associações não costumam fazer barganhas políticas”.^{24/}

O segundo problema assinalado consiste na dificuldade em renovar o quadro de lideranças. Nesse sentido, o próprio rodízio nos conselhos é dificultado devido à falta de disponibilidade de tempo, e em alguns casos é difícil substituir os membros das diretorias de associações. Outras vezes, o presidente da associação está inserido em outros espaços de representação, como os partidos políticos, e visará a um assento na Câmara Municipal.

O terceiro problema mencionado relaciona-se com o atendimento das demandas das associações pelos sucessivos governos locais: “a fragilidade das entidades acontece à medida que suas reivindicações não são atendidas”. No que tange a esta questão, foi salientado que os movimentos começam a se fortalecer pelo fato de serem ouvidos ou a partir de sua atuação nos conselhos municipais.^{25/}

Observa-se, mediante a avaliação do discurso dos entrevistados, que a legitimação das associações enquanto atores coletivos, vincula-se às respostas do Poder Público no atendimento às demandas formuladas. Dentre várias distinções correlatas na literatura, pode-se reportar às “associações formais”, caracterizadas pelos baixos níveis de participação, cujas diretorias incumbem-se de tarefas reivindicatórias, em geral de cunho local, e às “associações de caráter comunitário”, cuja atuação volta-se para a participação direta e mobilização massiva, e apóia-se na constituição de identidades coletivas.^{26/} As duas modalidades de atuação e seus discursos correspondentes podem realizar-se em uma mesma entidade, em momentos distintos.

No que se refere às associações de bairros mais recentes, pode-se reportar, ao lado da dimensão reivindicativa, ao delineamento de processos de constituição de identidades coletivas ancoradas na dimensão cotidiana do local de moradia e nas lutas por sua reprodução.

Ainda no que se refere às associações, no caso daquelas representantes de bairros nas áreas mais antigas da cidade, os recortes sócio-espaciais constituem referências de identidades coletivas reafirmadas pela atuação desses grupos.

Como já se destacou, tais recortes territoriais vinculam-se, de início, ao processo de ocupação da cidade e estabelecimento das paróquias, igrejas e irmandades, estendendo-se no contexto presente. Para os moradores dessas áreas históricas, “pertencer” a esse ou àquele bairro consiste em um elemento distintivo correspondente às representações coletivas reafirmadas no âmbito das relações cotidianas e das festas e rituais tradicionais. O delineamento de “identidades territoriais” funda-se assim na história local e no papel de sujeitos identificados com as particularidades de construção do território e especificidades do local, que enquanto representações constituem elementos da realidade social. As associações de bairros do núcleo histórico apoiam-se nitidamente em elementos da tradição, em valores que suportam a construção de identidades coletivas territoriais. A “tradição” do lugar, neste caso, é um elemento diferencial e significativo, reapropriado na articulação das demandas e interesses dessas associações.

Pode-se dizer que o Estado não é a única referência de interlocução dessas entidades. O enfrentamento no plano simbólico pode ser decisivo no delineamento de decisões e políticas públicas, e se dá em uma arena “encoberta”. A produção de representações simbólicas eficazes abrange a própria noção do interesse “público”, que em última instância pode traduzir-se no “privado”, configurado pelas elites locais. Enquanto formadoras de opinião, disseminam valores relativos à cultura política, podendo influir fortemente no âmbito decisório municipal. Já se enfatizou a força da matriz cultural em Ouro Preto. Esta permitirá, com frequência, a reapropriação de elementos da tradição, com significativa eficácia simbólica. A própria idéia de tradição reinterpreta a história local em diferentes ângulos, reconstituindo uma unidade imaginária.

A questão da cobrança dos impostos e taxas é paradigmática, inclusive por ter mobilizado vários grupos locais. É ao âmbito da tradição que recorreram invariavelmente os entrevistados para explicar a resistência da população à cobrança dos impostos. A mobilização e eficácia simbólica de tal representação implicaram não só o recuo do governo local, como também o fato de a questão não ser retomada, indicando seu rebatimento no âmbito da legitimação do Poder Público.

Pode-se retomar aqui a ACIAOP, destacando que esta, em relação às associações de bairro, detêm mais recursos de toda ordem, e melhores oportunidades de acesso ao Poder Público, embora tenha sido apontada a dificuldade no âmbito da participação mais ampla dos empresários. Mais recentemente, a Associação voltou-se para os rumos da economia do Município, havendo encomendado um diagnóstico da situação atual ao Sebrae para fundamentar as suas linhas de atuação, pautadas, portanto, em referências mais amplas, que rebatem no discurso dos empresários locais, reproduzido por outros grupos.

O que cabe destacar nesse ponto é que a ACIAOP constitui um ator relevante no que tange à formação de opinião e à própria legitimação do governo local por aglutinar uma parcela significativa do que se pode chamar de elites locais.

Não se pode compreender a dinâmica sócio-cultural de Ouro Preto sem considerar o poder social da Igreja Católica local, estreitamente vinculada às irmandades. Pode-se atestar sua força não só a partir dos antecedentes levantados, mas pelo fato de que, ao contrário do fenômeno de disseminação das religiões protestantes, em especial das pentecostais, no Brasil, até recentemente não havia nenhum templo dessas religiões na área histórica da cidade.^{27/} Atualmente, estão se difundindo nas novas periferias do Município, determinando, inclusive, a instalação de novas igrejas católicas ou paróquias nessas áreas, visando a manter a hegemonia religiosa. Além de sua importância, já mencionada, relativa à construção de identidades territoriais, detectou-se o desempenho de um papel de controle social, em especial na esfera moral.

A Igreja e as irmandades afirmaram-se como responsáveis pela manutenção dos templos e guarda do patrimônio barroco, em paralelo à atuação dos órgãos de gestão do Patrimônio. A paróquia do Pilar, que junto à de Antônio Dias, constitui a referência cultural e espacial mais importante, conte hoje com 27 funcionários permanentes e mais 47 envolvidos na prestação de serviços vinculados à recuperação do patrimônio histórico, custeado pelo patrocínio de igrejas diversas. Conforme depoimento do padre Simões,^{28/} pároco local e personagem influente além das suas fronteiras: “A Igreja, como espiritualidade, é comunidade, mas deve ser compromissada no tempo e no espaço”. Essa presença estreita e histórica, ao lado da população local, determina a influência da Igreja no plano das representações simbólicas coletivas. Entretanto, trata-se de representações hoje múltiplas

e concorrentes em Ouro Preto. De um lado, devido à presença mais recente das religiões pentecostais, que são implantadas basicamente nas periferias. De outro, ao que tudo indica, nas fissuras dos discursos nos próprios quadros da Igreja Católica, relativos à Ouro Preto. Nesse sentido, Padre Simões lamenta a falta de consciência histórica e cultural na cidade.

No que se refere às irmandades, hoje em torno de vinte, em que pese o esvaziamento das atividades assistenciais, essas continuam a desempenhar o papel de reprodutoras das tradições locais através das festas que mobilizam a população e até mesmo os estudantes na confecção de "tapetes" nas ruas na Semana Santa. Constituem, ainda, referências de identidade para os grupos locais, podendo-se afirmar que sua representação no plano simbólico ultrapassa sua atuação no âmbito concreto. Dessa forma, a partir da imbricação da Igreja e das irmandades com os grupos e sua penetração no cotidiano e na cultura local, ambos constituem atores significativos na esfera da legitimação e, possivelmente, de potencial mobilizador desses grupos locais.

Os atores abordados, dentre outros, em maior ou menor grau definem os contornos das representações (simbólicas) coletivas e múltiplas em Ouro Preto. e portanto são relevantes do ponto de vista da legitimação do governo local e dos próprios grupos. Pode-se afirmar que o Município dispõe de um quadro significativo de entidades organizadas, de diferente natureza. Ainda que se possa dizer que tal quadro não se traduz em mobilização e participação ampla dessas entidades --em especial no que tange às organizações populares-- assinalam o processo de construção de sujeitos sociais e atores políticos. Tal construção social é contraditória e processual,^{29/} não se consumando enquanto não se equacione a virtualidade última que contém: a superação das condições de subalternidade, que por essência é coletiva.

IV. PONTOS CRÍTICOS, DESAFIOS E PROPOSTA PARA A GESTÃO LOCAL

Das análises, considerações e avaliações feitas podemos delinear alguns pontos críticos e desafios que se impõem à municipalidade de Ouro Preto, em sua estratégia de desenvolvimento econômico e social, da qualidade do seu espaço, da sua sustentabilidade, e da gestão ampliada e participativa.

A. MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA URBANA

Considerando-se sob este item os bens de consumo coletivo ou necessários à reprodução ampliada da força de trabalho, as principais questões seriam:

1. Habitação

Há no Município, em virtude de seu crescimento urbano acelerado em décadas recentes, principalmente nas regiões que cercam o núcleo histórico, e na posição sul, entre este e a área da indústria, grande extensão de periferias, que apresentam baixo padrão de infra-estrutura, precariedade das edificações e comprometimento da segurança de parte delas, devido aos riscos geológicos ou de inundações. Além disso, parte do Município tem realidade muito particular quanto à regularização de posse de imóveis, devido à situação anterior de aforamento e construção em terrenos públicos.

Para o enfrentamento dessas situações, seria necessário estabelecer as seguintes linhas de atuação pública prioritárias:

a) política de planejamento e controle da expansão urbana, dentro da visão do espaço como um todo articulado e da inter-relação entre as partes;

b) política de proteção e recuperação das áreas verdes urbanas;

c) política de reabilitação de imóveis, remoção de população de áreas de risco e urbanização de áreas periféricas, buscando recuperar tecnologias autóctones ou alternativas, adequadas à especificidade do Município;

d) normas urbanísticas de regulação de edificações, parcelamento, uso do solo e proteção de recursos ambientais;

e) programa de regularização fundiária (ampliação do existente);

f) programa de recuperação de áreas de risco e instabilidade geológica, efetivando ainda os instrumentos de controle, evitando que sejam reocupadas.

2. Sistema viário

Considerando-se o traçado original de Ouro Preto, as condições topográficas, intensidade de usos na área central e necessidade de proteção ao patrimônio da cidade, seu sistema viário apresenta-se bastante precário, tanto em termos de seu funcionamento, como de significar ameaça ao patrimônio. Daí ser necessária a implantação de uma série de medidas, tanto de intervenções físicas, como de planejamento, priorizando:

a) programa de circulação e hierarquização do sistema viário;

b) programa de reabilitação do sistema viário.

3. Meio-ambiente

Sendo o Município possuidor de significativos recursos naturais, e estando estes em grande parte impactados por minerações, silvicultura e uso urbano, propõe-se:

a) plano de preservação de áreas verdes urbanas e rurais, cobertura vegetal e áreas de proteção já institucionalizadas em outros níveis da administração do Município, com seus respectivos planos de manejo;

b) plano de proteção às matas naturais, principalmente em relação à atividade de carvoejamento, que tem substituído, nas áreas atingidas, a vegetação natural por áreas reflorestadas homogêneas e recuperando as áreas impactadas;

c) programa de identificação e controle de fontes de poluição, principalmente de origem industrial;

d) programa de recuperação de áreas degradadas pela mineração;

e) programa de recuperação de solos, principalmente daqueles em que se instalam processos graves de vossorocamento;

f) programa de recuperação de recursos hídricos, incluindo disposição de rejeitos líquidos, e gestão ambiental por sub-bacias;

g) programa de educação ambiental.

4. Infra-estrutura sanitária

Neste item, a questão mais emergente é a implantação de redes coletoras de esgotos, que têm sido lançados *in natura* nos cursos d'água na região, comprometendo sobremaneira a bacia do Ribeirão Funil, e o tratamento de todo o sistema. A rede principal, em funcionamento atualmente, remonta ao final do século passado. A disposição de resíduos sólidos e sua disposição final estão sendo equacionadas pelo Município, e não devem sofrer processos de descontinuidade, devendo ser ampliadas.

A distribuição de água é abrangente, havendo problemas para a sua reservação e tratamento, havendo alguma descontinuidade no seu fornecimento à população.

Para a resolução dos problemas de infra-estrutura, consideramos necessárias as seguintes medidas:

- a) implantação de sistema de tratamento de esgotos domésticos e industriais;
- b) programa de extensão de redes a áreas não atendidas;
- c) programa de substituição de redes deterioradas;
- d) programa de recuperação e ampliação dos sistemas de reservação;
- e) equacionamento e estabelecimento de sistema de cobrança dos serviços prestados;
- f) implantação de redes de drenagem pluvial.

As demais infra-estruturas --distribuição de energia elétrica, telefonia, serviços de correios, saúde e educação-- encontram bom nível de equacionamento no Município, notadamente os dois últimos tipos de serviços, sendo que os anteriores necessitam de ampliação nas áreas rurais. De modo geral, faz-se necessário a implantação de programas de manutenção de redes.

B. ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

Considerando-se a economia do Município, no contexto global de reorganização capitalista, com fortes rebatimentos locais devido à presença de grandes indústrias submetidas às injunções do mundo internacional ou adotando política de substituição de mão-de-obra, é necessário buscar para Ouro Preto alternativas para a economia local, orientando-a para as potencialidades turísticas do Município, o aproveitamento da mão-de-obra com alto nível de escolaridade, disponível devido à situação descrita anteriormente e à presença das escolas de nível superior e técnico.

Quanto às necessidades terciárias, não só aquelas voltadas ao atendimento da população local, como as voltadas para o turismo apresentam baixa produtividade e, muitas vezes, baixa qualidade do produto ou serviço ofertado, além do que, nas análises da PEA, serem as de mais baixa remuneração apresentada.

Com relação às atividades agrárias, estas se mostram dinâmicas e importantes no contexto local, sendo que, apesar de apresentarem baixa produtividade, as hortigranjeiras têm boas perspectivas. A silvicultura, de grande produtividade, tem causado impactos negativos ao ambiente, e como é voltada à siderurgia, sofre os impactos da diminuição de demandas, o que gerará, no futuro, disponibilidade de matéria prima dessa natureza.

Em relação a este quadro, seriam necessárias as seguintes medidas:

- a) política de incentivo e apoio à atividade turística no Município, estendendo-se ao turismo ecológico (divulgação e formação de opinião no local, e, fora, junto aos agentes e promotores turísticos);
- b) programa de dotação de infra-estrutura para o turismo;
- c) programa de capacitação de recursos humanos voltados para atividades de apoio ao turista e à população local;
- d) programas de capacitação gerencial para a pequena, média e microempresas do Município;
- e) programa de apoio aos pequenos e médios produtores rurais, bem como redirecionamento de uso do matéria-prima oriunda da silvicultura.

C. CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO

O processamento de demandas por parte do Executivo Municipal é muitas vezes comprometido, gerando deseconomias em virtude de pontos críticos, na capacitação técnico-administrativa, organizacional, e mesmo jurídico-institucional. Um grande entrave refere-se à quase inexistência de mecanismos formais de articulação e compatibilização intersetorial de formulação explícitas de políticas, remetendo à necessidade de atividades de planificação.

Como pontos críticos pode-se reportar à baixa receita própria do Município; a um alto grau de informalidade nos procedimentos administrativos nas diferentes esferas; aos problemas relativos a bases de dados (à exceção da Secretaria da Fazenda) e circulação de informações; ao desconhecimento em relação às próprias atribuições legais setoriais, dentre outros pontos. De outro lado, não há mudança possível sem a ampla cooperação de recursos humanos disponíveis.

Visando a maximizar a capacidade institucional do governo local, otimizar o uso de recursos e consolidar a gestão democrática, apontamos as demandas de capacitação. Assinalamos a importância de elaboração de tais programas e projetos não na forma vertical, balizada por uma suposta racionalidade técnica, mas incorporando, em alguns casos, debates mais amplos e, na maioria, exigindo o envolvimento dos próprios funcionários no equacionamento das propostas:

- a) Requalificação e capacitação administrativa, visando a eliminar os estrangulamentos identificados, mediante:
 - i) projeto de revisão na estrutura jurídico-organizacional do Executivo e aparelho administrativo, inclusive mediante a definição da atribuição clara aos diferentes setores, e instituição efetiva de esferas de planificação;
 - ii) programa voltado à infra-estrutura material e de equipamentos, especialmente voltado à informatização;

- iii) programa visando ao acesso à informação relativa à gestão e ao próprio Município.
- b) Política de recursos humanos desdobrando-se em programas e projetos, dentre eles:
 - i) projeto de quadro administrativo, com a previsão de mecanismos para suprir a demanda de recursos especializados nas áreas correlatas à planificação;
 - ii) plano de carreira para os funcionários;
 - iii) programa de capacitação de recursos humanos, contemplando inclusive a capacitação de quadros decisórios do Executivo e do Legislativo --neste caso, através de acesso amplo à informação via instituições de assistência aos municípios-- visando a uma gestão democrática.
- c) Política tributária desdobrando-se nos instrumentos de ação correspondentes --objetivando capacitar o Município no que tange aos recursos próprios--, apoiada num amplo debate.
- d) Programa de divulgação sistemática dos planos e ações do governo municipal e estratégias de consultas e debates no delineamento de políticas municipais. Difusão de informações relativas à gestão democrática e a mecanismos de cooperação e participação.
- e) Projeto voltado para a ampliação de parcerias e identificação de fontes de recursos via convênios, no âmbito local e externo. Já se assinalaram, inclusive, potenciais locais.

D. CONDIÇÕES DE PLANEJAMENTO LOCAL

Pode-se dizer que o sistema de planejamento do Município é ainda incipiente, constituindo-se em um dos maiores obstáculos enfrentados pela gestão local, inclusive em relação à delimitação de espaços e atribuições dos diferentes atores.

Como se mostrou, o governo atual delineou e efetivou algumas metas, inclusive de caráter mais global, como a descentralização através do suporte dos distritos. Entretanto, apontaram-se pontos críticos no que tange à planificação e à priorização de inversões e gastos, em relação à tomada de decisões e inexistência de avaliação dos impactos das ações. Destaca-se, nesse sentido, a falta de suporte técnico a tomada de decisões e articulação intersetorial.

No que se refere à planificação urbana, pode-se dizer que foi iniciado o enfrentamento da questão, inclusive com o delineamento de alguns instrumentos de controle do uso do solo e posturas e do próprio Plano Diretor em elaboração. Como mencionado, tais atividades e outras requeridas não têm o adequado suporte técnico, operacional, ou mesmo jurídico-institucional. O próprio GAT --que constitui um avanço-- é apenas um termo de cooperação e aglutina, no âmbito de sua atuação, atividades executivas e de planificação, sem o suporte adequado, tanto legal como em termos de apoio ao seu funcionamento técnico.

As questões referentes à inserção do Município na região e no Estado, bem como o estabelecimento de horizontes e metas a serem atingidas, não estão sendo abordados. Por outro lado, o planejamento tem sido considerado somente sob seus aspectos físico-territoriais mais imediatos. O

desenvolvimento econômico, social e cultural merece um nível de enfrentamento que ainda não foi desencadeado de forma articulada. Portanto, as condições da planificação e da capacidade institucional do Município entrecruzam-se e, em primeiro lugar, cabe efetivamente instituir e ampliar os espaços de planificação, (re)definir seus contornos de atuação e dotá-los de estrutura adequada e compatível com suas funções. No âmbito da planificação, sugere-se:

a) Política de inversões e gastos, tendo definidos os papéis e espaços do governo municipal e da sociedade; no que se refere à esta última, através de mecanismos de participação. Cabe definir, no âmbito dessa política e da política urbana, quais as metas e propósitos, quem ou o que beneficiar, implicando:

i) planificação relativa à avaliação e priorização de investimentos e gastos por parte do governo local;

ii) mecanismos efetivos de participação de gestão de recursos públicos, apontando-se como alternativa o Orçamento Participativo, além da extensão de atribuições dos conselhos setoriais.

b) Política urbana (incluindo o desenvolvimento econômico, social e ambiental) pautada nas especificidades dos municípios, necessariamente articulada à política de inversões e abrangendo:

i) as competências e atribuições constitucionais relativas à reprodução ampliada da força de trabalho;

ii) compatibilização e articulação de demandas, projetos e programas setoriais a partir, inclusive, de objetivos e metas mais globais e do estabelecimento de prioridades;

iii) consolidação e aprovação do Plano Diretor a partir de discussão ampliada como balizamento da atuação do governo. Este deve contemplar, portanto, não apenas os aspectos físicos territoriais, mas os objetivos desenvolvimento econômico, social e cultural do Município, bem como sua sustentabilidade, constituindo-se em instrumento norteador da realização dos princípios de equidade e justiça;

iv) finalização e consolidação dos instrumentos de controle físico-territorial e de preservação do patrimônio cultural e ambiental, quais sejam: macrozoneamento e as diretrizes urbanísticas de uso, ocupação do solo e preservação da paisagem, e proteção ao meio ambiente;

v) formalização desses instrumentos mediante um amplo debate e previsão de mecanismos de acompanhamento e revisão, bem como a implantação e a operacionalização dos respectivos sistemas de informação para o planejamento e o controle;

vi) institucionalização do GAT, sob a forma de Conselho ou similar, com clara definição de suas atribuições e implantação de suporte técnico, administrativo e material para o GAT e demais esferas de planificação urbana. No que se refere ao suporte técnico, sugere-se um quadro multidisciplinar;

vii) identificação, apoio, elaboração e coordenação de projetos, programas e parcerias voltadas para a educação e a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural; difusão de informações

relativas à gestão e à cidade, aos mecanismos de participação, visando à requalificação desta participação e ao engajamento cívico.

E. GESTÃO E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Considerando-se os mecanismos de participação implementados --conselhos municipais-- e suas trajetórias, destacamos que o potencial de consolidação desses canais vincula-se necessariamente ao seu nível de poder decisório. Quanto às entidades associativas integrantes dos Conselhos, mostramos os problemas enfrentados no equacionamento da sua participação, com frequência referentes aos "custos" de participar, consideravelmente maiores para a maioria das associações de bairro, em relação à iniciativa privada ou ao próprio governo. Nesse sentido, a ampliação da pauta e do poder decisório dos conselhos setoriais e uma perspectiva organizacional dos mesmos, que favoreça a atuação independente das entidades, implicam o fortalecimento dos movimentos e práticas associativas locais.

Quanto às esferas dos conselhos em funcionamento no Município, estão restritas às escalas setoriais. Embora tenham sido criados, os conselhos da Fazenda e do Plano Diretor não se efetivaram. O município não conta, portanto, com espaços mais ampliados de participação que remetem ao seu quadro global de gestão urbana.

Ressalta-se a importância de criar e consolidar mecanismos efetivos de participação, cuja experiência permite, inclusive, o exercício de construir a dimensão pública. Para a requalificação da participação na gestão local, sugere-se:

a) Revisão de marcos legais --basicamente artigos da Lei Orgânica Municipal-- e organizacionais dos conselhos, através de leis complementares específicas. Nessa pauta, inclui-se: possível extinção ou criação de conselhos; atribuições e balizamentos de atuação e composição. Necessariamente está envolvida nessa proposta uma ampla discussão entre o Legislativo e o Executivo, e a própria sociedade local. Sugere-se a instituição de conselhos deliberativos e, ainda, a previsão de suporte administrativo operacional para os conselhos.

b) Projeto de implantação de mecanismos de participação mais ampliado e de caráter mais global, ao lado dos conselhos setoriais. Aponta-se para as experiências bem sucedidas de Orçamento Participativo no país.

c) Programa de capacitação das associações e práticas associativas, visando a seu fortalecimento e autonomia --por meio de organismos e entidades não governamentais-- inclusive no sentido de fomentar o intercâmbio com movimentos e fóruns nacionais, e da ampliação e difusão da informação.

d) Programa e ações voltados para o debate e a educação em torno dos espaços de participação e da cultura da cidade.

V. LINEAMENTOS E CONCLUSÕES

Debruçar-se sobre Ouro Preto e suas particularidades é uma tarefa instigante, porque há sempre algo além do que se pode olhar, conversar, além dos dados, das sistematizações, dos mapas. Há sempre a presença de tudo que se acumulou ali: a história, a cultura e seu patrimônio --espaços edificados, relações sociais, representações, símbolos e identidades--, a economia forjando seu espaço, a política e sua rede de articulações, e, principalmente, a gente que vive na cidade e que afirma a cada momento seu presente, a sua força de inscrever-se, sob todos os aspectos, na história do seu tempo.

O patrimônio acumulado em Ouro Preto, ademais reconhecido como Patrimônio da Humanidade, é recurso não-renovável, para usar esta expressão tão cara às nossas análises atuais. É recurso não-renovável e imensurável, cujos contornos são sempre mais largos que supomos. Esta herança tem sido um “facilitador” e ao mesmo tempo um “complicador” das relações internas e externas da cidade.

É um facilitador na medida em que se traduz em identidade local com grande potencial mobilizador; e um complicador na relação ambígua com o “outro” --às vezes aceito, outras vezes repellido--, e nas relações de responsabilidade de manutenção e preservação do próprio patrimônio, muitas vezes não assumidas, ou mesmo contrariadas.

Facilitador, ainda, por transformar Ouro Preto em cidade interlocutora-política privilegiada, emblemática da nacionalidade brasileira, e, por isto mesmo, complicador da vida cotidiana da população.

A *sustentabilidade* em Ouro Preto passa por preservar este notável patrimônio, fazendo-o *rentável*; e a *equidade* implica sua reapropriação através de representações que incorporem novos sujeitos coletivos, inserindo-os na centralidade.

Distribuição de poder em Ouro Preto significa reapropriação de categorias da tradição, hoje hegemônicas, domínio das elites locais e dos “intelectuais de fora”, como valores possíveis para os “Pirangas” (migrantes do vale do rio Piranga), e para toda a população mais recente. Não se trata da construção de uma identidade nova para estes, de uma identidade forjada a partir de uma história que não é a deles, mas de construir uma identidade territorial a partir da apropriação de uma cidade e de seus valores: a cidade em que vivem, e de cuja história passam a ser sujeitos. Significa, ainda, trazer à cena --à esfera pública-- novas referências e narrativas, formuladas a partir de processos de construção de identidades sociais nas lutas coletivas --cotidianas e fragmentadas-- pelo direito à cidade.

O desafio que se coloca é *“imaginar creativamente formas y mecanismos para repensar con audacia el presente y el futuro de las ciudades; una audacia que al tiempo que recupera valores y tradiciones del pasado, avance en diseño de propuestas para superar las injustas condiciones de vida que afectan a las mayorías”*.^{30/}

Trata-se, pois, de articular a cidade para “morar”, com suas condições e demandas afetadas por fatores estruturais e conjunturas, com a cidade Patrimônio, com toda a sua potencialidade, e ao lado disso, todas as suas exigências e cuidados. A cidade “Patrimônio” não pode afastar-se da cidade “morar”, e mais, deve ser o suporte de um processo de desenvolvimento que amplie as condições de vida da população da cidade como um todo. Um *“desarrollo que a todas luces tendrá que ser rentable, pero también sustentable y participativo”*.^{31/}

Nesse sentido, coloca-se a perspectiva de um pacto social pela cidade, que envolve o reconhecimento desta em suas peculiaridades e potencialidades, e, ainda, o envolvimento de novos atores, legítimos e capacitados num processo coletivo de reapropriação dos valores que ensejam o Patrimônio mais que histórico, cultural do Município.

A atividade do turismo mostra-se adequada para viabilizar, em termos de rentabilidade, a saída do impasse econômico diante do qual a cidade se encontra com a estabilização ou a diminuição dos empregos na indústria. No contexto contemporâneo, a expansão crescente de tal atividade ancora-se nas particularidades locais, na (re)construção de imagens singulares ou no *city marketing*, trazendo o paradoxo de cidades históricas preservadas ao serem mercadificadas, ao serem constituídas valor de troca, cabendo o desafio de reativar ou mesmo retomar seu valor de uso para os diferentes segmentos da população. Ou ainda, o de encontrar interseções entre o valor simbólico de troca e a tessitura dos valores simbólicos locais.

Aí estão todas as peças: a cidade e seu patrimônio, a mão-de-obra disponível, a necessidade de reorientação econômica, os déficits sociais a serem superados, e ainda as fricções que a preservação do patrimônio tem gerado, a exclusão de parcelas significativas da população da fruição da cidade e de seus valores, as dificuldades em aceitar o “outro” estrangeiro em Ouro Preto, que apontam para o exercício da civilidade.

Maximizar as possibilidades, incorporando recursos não utilizados ou subutilizados, revertendo situações adversas, rompendo inércias sedimentadas, requer um amplo processo de participação e planejamento, para o qual devem estar preparados administração e população.

Redefinir as relações entre o governo e sociedades locais --questão posta à gestão dos municípios brasileiros--, implica o processo de com-formação de espaços públicos, ao qual imbrica-se, no plano cultural, a construção de uma cultura de cidadania que remete a um elenco de direitos e responsabilidades que os cidadãos acreditam como seus, bem como às suas expectativas acerca do poder público e da sociedade.

Equacionar a dimensão econômica com princípios de equidade e justiça remete, por um lado, às responsabilidades dos governos, relativas às políticas de bem-estar. Por outro lado, passa, necessariamente, por mecanismos institucionalizados de participação ampla, que incorporem a pluralidade de representações da sociedade local à esfera decisória. No âmbito desses espaços públicos, a partir dos embates entre os diferentes interesses, demandas, aspirações, pode-se delinear Ouro Preto --projeto coletivo, pautado na urbanidade.

É necessário *“intervir en la ciudad a partir de comprender y conducir procesos con mano suave y tan poco visible como sea posible, en vez de elaborar productos terminados, administrar directamente o planificar en pos de una siempre elusiva imagen final”*.^{32/}

Notas

- 1/ AZEVEDO, Sérgio; e PRATES, Antônio Augusto. *Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva*. Trabalho apresentado no Encontro da ANPOCS, Caxambu, 1990. Propõem a distinção, em termos analíticos, de "participação restritiva e instrumental" e "participação ampliada ou neocorporativa", esta última implicando a capacidade de influência direta nas macroprioridades, diretrizes e formulações de programas e políticas urbanas.
- 2/ Ver, dentre outros autores, DANIEL, Celso. Poder Local no Brasil urbano. In *Espaço e debates*. nº 24. São Paulo: NERU, pp. 26-39, 1989.
- 3/ DULCI, Otávio e SOMARIBA, Maria das Mercês. *A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica da participação popular em Belo Horizonte*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1995. Analisam o Orçamento Participativo em Belo Horizonte.
- 4/ Os dez têm ou tiveram residência nos seguintes distritos: Santa Rita, Cachoeira do Campo, Antônio Pereira, Amarantina, Miguel Burnier, Salto e em Glaura. Obviamente, a base eleitoral desses vereadores ou dos outros ligados à sede não está expressa apenas neste recorte geográfico.
- 5/ Foi assinalado, entretanto, que no período entre 1945 e o golpe militar de 1964, os partidos PTB, UDN e PSD tinham presença mais forte em Ouro Preto à medida que representavam grupos determinados e específicos. Tal quadro não difere substancialmente do que ocorria no resto do Brasil.
- 6/ SEBRAE. Op .cit, p.32.
- 7/ Ver Quadro 21.
- 8/ Entrevista com o Secretário Municipal de Planejamento e Administração, Hélio Lana.
- 9/ SEBRAE. Op. cit., p. 29.
- 10/ Idem.
- 11/ Ver Anexo, Quadro 28.
- 12/ Entrevistas com o Prefeito Ângelo Oswaldo e o Vice-prefeito Flávio Andrade, em jan./92.
- 13/ SEBRAE. Op.cit., pp.129-131.
- 14/ SEBRAE. Op.cit., p.77.
- 15/ Idem, p. 39.

16/ O Getty Preservation Institute também realizou um *survey* em 1995, em Ouro Preto. Entretanto, este não pôde ser divulgado "sem autorização expressa do Instituto sob o risco de responder penalmente". Então, embora tenhamos examinado o referido material, não utilizamos seus dados, já que a autorização do Instituto não chegou em tempo hábil.

17/ Entrevista com Vicente Trópia, empresário.

18/ SEBRAE. Op.cit., pp. 129-131.

19/ Adotamos quase integralmente o corte classificatório e conceitual de Herzer e Pirez (HERZER, Hilda; PIREZ, Pedro et alii. Los actores sociales locales y la gestion urbana. In: HABITAT -- Centro de las Naciones Unidas para los assentamientos humanos. *Gestion urbana en ciudades intermedias en America Latina*. Nairobi, 1993.), exceto no se refere aos "atores comunitários". Nossa opção foi de adotar a categoria "atores sociais coletivos" -- remetendo ao âmbito dos domínios não estatais e não-econômicos da vida pública. Visamos, assim, não apenas aos atores que orientam suas atividades em virtude de sua reprodução como sujeitos sociais, de forma solidária, mas também, de outro lado, às elites e grupos privilegiados locais, produtores de discursos e representações hegemônicas e, portanto, relevantes no plano de legitimação do poder local. O recorte efetuado na categoria atores sociais objetiva apreender circuitos de poder e a dimensão conflitual na esfera simbólica.

20/ Destacamos como uma lacuna no trabalho a ausência de dados relativos à filiação partidária em Ouro Preto.

21/ Junto a outros fatores tais quais a proliferação de pequenas empresas terceirizadas e do mercado informal, e a fragilização das garantias e direitos dos trabalhadores -- processos associados à reestruturação do capitalismo e ao realinhamento político em nível mundial.

22/ DURHAM, Eunice. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo. v.16, pp. 24-30, 1984.

23/ Entrevistas com presidentes de Associações.

24/ Idem.

25/ Idem.

26/ Conforme DURHAM, op. cit., ou ainda DANIEL, op. cit. Partindo de pressupostos distintos --os da Teoria da Ação Coletiva-- AZEVEDO e PRATES diferenciam os atores coletivos convencionais, que buscam benefícios coletivos por meio de ações estratégicas, e os atores emergentes, cujas ações são expressivas e voltam-se para valores, tendo assim caráter não negociável e apontado para a participação direta. AZEVEDO, Sérgio; PRATES, Antônio Augusto. *Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva*. Paper apresentado no Encontro da Anpocs, Caxambu. Mimeo.

27/ Conforme várias entrevistas. Idem no que se refere aos terreiros de Umbanda e Candomblé.

28/ Entrevista com o padre José Feliciano da Costa Simões, jan. 1996.

29/ UNDA, Mário. Cristales empñados: son los informales un nuevo sujeto? In CORRAGIO, Jose Luiz. *Mas allá de la informalidad*. Quito: Ciudad, 1995. p. 148.

30/ CARRION, Diego Mena. Como encarar la gestion de la ciudad latino-americana contemporanea. In *Revista Ciudad Alternativa*, n° 9, p. 4. Quito 1993.

31/ COYULA, Mario Cowley. Habana siempre, siempre la Habana. In *Anais do Arquiamérica II*. Costa Rica, Colégio de Arquitetos, 1995.

32/ COYULA. Op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Carlos Drummond de (1964), *Obras completas*. São Paulo: Aguilar.
- Andrade, Mário (1984), Entrevista à Folha de Minas, 1939. In: *A imagem de Mário*. Criação editorial e direção gráfica: Salvador Monteiro e Leonel Kaz. Rio de Janeiro: Alumbramento.
- Azevedo, Sérgio; PRATES (1991), Antônio Augusto. *Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva*. Paper apresentado no Encontro da Anpocs, Caxambu. Mimeo.
- Barreto, Abílio (1995), *Belo Horizonte: memória histórica e decisiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.1.
- Bastide, Roger (1969), *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Boschi, Caio César (1994), *Achegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII)*. Porto: Universidade Portucalense.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, p. 289.
- Carvalho, José Murilo de (1978), *A Escola de Minas de Ouro Preto -- o peso da glória*. São Paulo: Nacional. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos.
- Carrion, Diego Mena (1993), Como encarar la gestión de la ciudad latino-americana contemporánea. In *Revista Ciudad Alternativa*, Nº 9. Quito, p. 4.
- Castells, Manoel (1989), *The informational city*. Oxford: Blackwell.
- Corragio, Jose Luiz (1995), *Más allá de la informalidad*. Quito: Ciudad, p. 148.
- Chirinos, Luis et alii (1991), *Viejo escenario, nuevos actores*. Problemas y posibilidades de la gestión municipal en ciudades intermedias en América Latina. Quito: Ciudad - Gres - Cidap - Foro - Sur. 11ª ed., p. 160.
- Coyula, Mario Cowley (1995), Habana siempre, siempre la Habana. In *Anais do Arquiamérica II*. Costa Rica, Colegio de Arquitectos.
- Dulci, Otávio Soares (1986), *A UDN e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED.
- Durham, Eunice (1984), Movimentos Sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo. v.10.

- Dulci, Otávio, e Somarriba, Maria Mercês (1995), *A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte*. Paper apresentado no Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu.
- Estanislau, Lúcia (1993), *Memória brasileira: este incansável objeto de desejo*. V Encontro da ANPUR. Belo Horizonte: Xerox.
- Ferreira, Delson G. (1992), *Cartas chilenas: retratos de uma época*. Belo Horizonte: Leme.
- García, Jorge (1995), Pensando y repensando el desarrollo social. In: *Ciudad alternativa*. Quito: Ciudad, N° 10, pp. 43-59.
- HABITAT - Centro de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (1993), *Gestión urbana en ciudades intermedias de América Latina*. Nairobi.
- Hardoy, Jorge Henrique (1993), La investigación urbana en América Latina durante las últimas décadas. In: Corrágio, Jose Luiz (Org.). *La investigación urbana en América Latina - caminos recorridos y por recorrer: Las Ideas y su Contexto*. Quito: Ciudad, pp. 9-3.
- Harvey, David (1993), *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Herzer, Hilda; Pirez, Pedro et alii (1993), Los actores sociales locales y la gestión urbana. In: *HABITAT - Centro de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. Gestión urbana en ciudades intermedias en América Latina*. Nairobi.
- Holanda, Sérgio Buarque de (1968), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. t. 1 e 2.
- Meireles, Cecília (1972), *O romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Menezes, Ivo Porto (1975), Revista do Arquivo Público Mineiro. Imprensa Oficial. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. p. 21. In. p. 4 019.
- Menezes, Joaquim Furtado (1975), *Igrejas e irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA-MG.
- Motta, Lia (1987), A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N° 22.
- Nascimento, Janice; Machado, Jurema de S.; Simão, Maria Cristina R. (1994), *Ouro Preto hoje - a opção pelo patrimônio cultural*. Ouro Preto: Grupo de Assessoramento Técnico. PMOP.
- Nunes, E. (1989), *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. São Paulo: Lua Nova. v.17, pp. 68-91.
- Paiva, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas do séc. XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. Tese de mestrado UFMG.

- Pedrosa, Mário (1991), *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva.
- POLIS Nº 4, (1994), - *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Polis.
- Reis, Fábio Wanderley (1988), Identidade, Política e Teoria da Escolha Racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 6, Nº 3. pp. 27-37.
- Riofrio, Gustavo (1995). Ciudad y participación popular. In: *Ciudad alternativa*. Quito: Ciudad, Nº 10, pp. 53-67.
- Salles, Fritz T. (1965), *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia, p. 26.
- Sanchis, Pierre (1993), *O sincretismo e o jogo das categorias: a propósito do Brasil, de Portugal e do catolicismo*. Belo Horizonte: FAFICH.
- Santiago, Silviano (1987), Permanência do discurso da tradição no Modernismo. In: *Tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Funarte.
- Santos, Milton (1990), Involução metropolitana e economia segmentada. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et alii. *Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro: IPUR.
- Santos, Wanderley Guilherme (1993), *Razões da desordem*. São Paulo: Rocco.
- Sebrae (1995), - MG/ATM Consultores Associados. *Ouro Preto: relatório final*, pp. 15-28.
- Somocurcio, Jorge Ruiz (Org.); JORDAN, Ricardo; SABATTINI, Francisco, et alii (1993), *Gestão urbana en America Latina: problemas e posibilidades*. Ensaio Forhum Nº 10. Medellín: Forhum, Centro de Estudios del Habitat Popular. Universidad Nacional de Colombia.
- Unda, Mário (1995), Cristales empañados: son los informales un nuevo sujeto? In Corragio, José Luiz. *Mas allá de la informalidad*. Quito: Ciudad.
- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (1994), *Perfil dos alunos*. 2º semestre de 1991. Ouro Preto: UFOP.
- Vasconcelos, Sylvio (1981), *Mineiridade*. São Paulo: Abril Cultural/Fiat.
- Vasconcelos, Sylvio (1951), Arquitetura Particular em Vila Rica. Belo Horizonte, p. 105. In *Engearp - Diagnose/Prognose* (3), p. 4 018.

SIGLAS

ACIAOP:	Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Ouro Preto
ETFOP:	Escola Técnica Federal de Ouro Preto
FAOP:	Fundação de Arte de Ouro Preto
FPM:	Fundo de Participação de Municípios
GAT:	Grupo de Assessoramento Técnico (Vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento)
ICMS:	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IEF:	Instituto Estadual de Florestas
IEPHA:	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN/SPHAN:	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU:	Imposto Predial e Territorial Urbano (ITBI) - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ISS:	Imposto Sobre Serviços
PMOP:	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
SEBRAE-MG:	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
UFOP:	Universidade Federal de Ouro Preto
SUS:	Sistema Único de Saúde
PEA:	População Economicamente Activa

ANEXO

Quadro 1. População de Vila Rica em 1776

GÊNERO	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	TOTAL
Masculino	7817	7981	33961	49759
Feminino	4832	8810	15187	28829
Total	12649	16791	49148	78588

Fonte: FERREIRA, D. G. Cartas Chilenas. Belo Horizonte, Editora Leme, 1982, pp 209

Quadro 2. População de Vila Rica em 1804

GÊNERO	FREQÜÊNCIA
Masculino	4486
Feminino	4509
Total	8995

Fonte: FERREIRA, D. G. Cartas Chilenas. Belo Horizonte, Editora Leme, 1982, pp 209

Quadro 3. Templos e Irmandades

TEMPLOS	IRMANDADES	DATAS	OBSERVAÇÕES
Matriz Antônio Dias N. Sra. da Conceição 1760	Santis, Sacramento e N. Sra. da Conceição Boa Morte (1721)	1717 Anterior 1726	Branços — Branços
	São Miguel e Almas N. Sra. do Têrço	1725 1736	Branços Branços
N. Sra. do Pilar 1848 (Capl. Inicial 1711)	Irmd. N. Sra. Pilar Santíssimo Sacramento	1712 1712 — Ref. 1736	Branços
N. Sra. do Rosário 1785	N. Sra. do Rosário da Freg. do Pilar	1715	Pretos
N. Sra. do Carmo 1766-1830	Ord. 3ª N. Sra. Monte do Carmo	1753 1ª reunião	Branços
N. Sra. das Mercês (de baixo-Perdões) 1772 - Altar-Mór: 1890	Irmand. N. Sra. das Mêrces e Perdões	1743 Passou a ord. 3ª em 1838	Pretos
São José 1730-1752	Irmãos de São José dos Bem-Casados	1730	Pardos Existiu aqui a Arquic. em 1761
São Miguel e Almas 1767	Irmd. Arcanjo São Miguel - Irmd. Sagr. Coração de Jesus Maria José - S. Matz.	1713 1785	1736 - Reformado compromisso Branços
N. Sra. das Dôres 1788	Ordem Terceira N. Sra. das Dôres	1775	Branços
Mercês (de cima) 1733	Irmd. N. S. das Mercês	1754	Pretos-Crioulos Passou à Ordem 3ª em 1845
N. S. Rosário - 1785 (Alto da Cruz)	N. Sra. do Rosário do Alto da Cruz	1719	Pretos
São Francisco de Assis 1755 - 1794	Ordem Terceira de S. Francisco de Assis	1745	Branços
S. Francisco de Assis 1804 - 1879	Ordem Terceira de S. Francisco de Paula	1780 1ª Reunião	Pardos
do Rosário (Igreja Faria)	N. S. do Rosário do Padre Faria - Freguesia de N. S. da Conceição - Antônio Dias	1733	Branços e Pretos Reforma do Compromisso 1733

Quadro 4. População Ocupada por Setor

MACRO- SETOR	SEXO	MACRO-REGIÃO I - MICRO-REGIÃO DO							
		MINAS GERAIS		Metalúrgica e Campos		ESPINHAÇO		OURO PRETO	
		(1)		das Vertentes (2)		MERIDIONAL (3)		(4)	
		70	80	70	80	70	80	70	80
Agro- pecuário	Homens	1.643.772	1.412.317	ND	ND	31.906	23.269	2.666	1.981
	Mulheres	73.561	106.125	ND	ND	1.376	1.017	104	121
	Total	1.717.333	1.518.442	172.097	135.315	33.282	24.286	2.770	2.102
	%	49,6	32,8	19,5	8,8	43,3	23,4	21,4	12,6
Industrial	Homens	475.315	996.343	ND	ND	17.610	37.972	4.878	6.800
	Mulheres	36.745	119.281	ND	ND	922	1.865	202	521
	Total	512.060	1.115.624	224.289	549.611	18.532	39.837	5.080	7.321
	%	14,8	24,1	25,4	35,6	24,1	38,3	39,3	44,0
Terciário	Homens	689.801	1.055.714	ND	ND	14.891	21.099	3.015	3.498
	Mulheres	541.421	936.236	ND	ND	10.201	18.732	2.052	3.716
	Total	1.231.222	1.991.950	485.271	859.158	25.092	39.831	5.067	7.214
	%	35,6	43,1	55,1	55,6	32,6	38,3	39,3	43,4
Total Geral	Homens	2.808.888	3.464.374	ND	ND	64.407	82.340	10.559	12.279
	Mulheres	651.727	1.161.642	ND	ND	12.499	21.614	2.358	4.358
	Total	3.460.615	4.626.016	881.657	1.544.084	76.906	103.954	12.917	16.637

Fontes: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 12.

(1), (3) e (4) - Censos Demográficos de 1970 e 1980 - IBGE.

(2) - Conforme divisão regional consagrada no Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEPLAN-MG.

ND - Não Disponível.

Quadro 5. Estrutura Fundiária de Ouro Preto - 1970/80/85

ANO	TOTAL		TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS (%)									
	ABSOLUTO		Até 10 ha		10 a 50 ha		50 a 200 ha		200 a 1000 ha		+ de 1000 ha	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
1970	1.022	58.767	51,4	3,4	34,9	13,9	9,5	15,8	3,4	22,5	0,8	44,4
1980	956	54.367	50,3	3,2	33,9	13,9	11,4	17,9	3,9	27,7	0,5	37,3
1985	1.010	35.838	51,9	5,7	34,1	21,0	11,3	29,8	2,5	27,6	0,2	15,9

Fontes: SEBRAE-MG - Ouro Preto - Relatório Final - 1995 pg. 38
 IBGE. Censos Agropecuários. 1970, 1980 e 1985.

Quadro 6. Margens Brutas Setoriais (%)

SETOR	1970	1980	Evolução da Margem Bruta
			70-80 (% ao ano)
Indústria	30,0	27,7	16,3
Comércio	91,2	95,3	16,8
Serviços	24,2	30,8	23,9
Total	38,6	36,7	16,7

Fonte: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 39.

Quadro 7. Percentuais de Salário na Receita

SETOR	1970	1980
Indústria	9,3	6,0
Comércio	3,6	2,2
Serviços	9,6	8,3
Total	8,4	5,6

Fonte: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 37.

Quadro 8. Setor Terciário: População Ocupada por Setor e por Sexo

SUB- SETOR	SEXO	MINAS GERAIS		MACRO-REGIAO I		MICRO-REGIAO		OURO PRETO	
		70	80	70	80	70	80	70	80
Comércio de Mercadorias	Homens	190.710	292.423	ND	ND	3.180	4.480	574	606
	Mulheres	28.253	97.578	ND	ND	410	2.028	67	318
	Total	218.963	390.001	ND 162.872 (1)		3.590	6.508	641	924
Transporte Comunicação Armazenagem	Homens	124.077	185.671	ND	ND	4.872	6.063	859	776
	Mulheres	6.947	11.911	ND	ND	152	276	25	33
	Total	131.024	197.582	ND 90.837 (1)		5.024	6.339	884	809
Prestação de Serviços	Homens	133.860	303.377	ND	ND	2.232	5.491	495	863
	Mulheres	334.895	513.473	ND	ND	5.722	9.036	1.137	1801
	Total	468.755	816.850	ND		7.954	14.527	1.632	2.664
Atividades Sociais	Homens	48.865	81.541	ND	ND	1.111	1.645	404	648
	Mulheres	133.745	253.551	ND	ND	3.457	6.332	725	1.295
	Total	182.610	335.092	ND		4.568	7.977	1.129	1.943
Administração Pública	Homens	86.957	122.396	ND	ND	1.108	2.404	232	464
	Mulheres	11.799	28.920	ND	ND	140	472	12	135
	Total	98.756	151.316	ND		1.248	2.876	244	599
Outras Atividades	Homens	105.832	70.306	ND	ND	2.388	1.016	451	141
	Mulheres	25.782	30.803	ND	ND	320	588	86	134
	Total	131.614	101.109	ND		2.708	1.604	537	275
Terciário Total	Homens	690.301	1.055.714	ND	ND	14.891	21.099	3.015	3.498
	Mulheres	541.421	936.236	ND	ND	10.201	18.732	2.052	3.716
	Total	1.231.722	1.991.950	485.271	859.158	25.092	39.831	5.067	7.214

Fontes: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 23.

(1) O que foi possível definir no sub-setor, o restante engloba prestação de serviços, atividades sociais, administração pública e outras atividades.

ND - Não Disponível.

Quadro 14. Total de turistas, baseado em dados do Museu da Inconfidência**A. Total do país (exceção de Ouro Preto)**

MÊS	1979	1980	1981
Janeiro	15.439	10.872	14.389
Fevereiro	2.978	6.978	8.278
Março	3.426	4.186	5.550
Abril	9.311	7.264	10.269
Maio	6.753	6.352	8.994
Junho	7.552	7.173	8.265
Julho	20.963	19.242	18.051
Agosto	4.753	8.194	5.564
Setembro	7.906	7.231	8.014
Outubro	4.641	8.257	7.757
Novembro	8.552	7.151	4.970
Dezembro	5.166	6.337	6.072
Total	97.440	99.237	106.173

Fonte: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 168.

B. Estrangeiros

MÊS	1979	1980	1981
Janeiro	258	589	348
Fevereiro	153	861	1.332
Março	366	1.059	1.044
Abril	274	765	732
Maio	443	885	553
Junho	425	594	549
Julho	314	645	1.840
Agosto	1.188	957	550
Setembro	921	672	891
Outubro	1.335	528	705
Novembro	686	366	591
Dezembro	731	549	536
Total	7.094	8.470	9.671

Fonte: UFPO - Diagnóstico Econômico de Ouro Preto - 1990 - pg. 168.

Quadro 15. Tempo de permanência dos turistas**A. Tempo planejado pelos turistas para permanência na cidade**

TEMPO PLANEJADO	Nº DE TURISTAS	
	N	%
Só 1 dia	51	51,0
2 a 5 dias	47	47,0
6 a 10 dias	2	2,0
Mais de 10 dias	0	0,0
Total	100	100,0

Fonte: Anexo I - SEBRAE-MG - Ouro Preto - Relatório Final - 1995 pg. TN-7.

B. Tempo que os turistas pretendem ficar de fato na cidade

	Nº DE TURISTAS	
	N	%
O tempo previsto	94	94,0
Menos tempo que o previsto	3	3,0
Mais tempo que o previsto	3	3,0
Total	100	100,0

Fonte: Anexo I - SEBRAE-MG - Ouro Preto - Relatório Final - 1995 pg. TN-7.

Quadro 16. Domicílios particulares, segundo espécie e situação

	TOTAL	URBANA	RURAL
Total	14.363	11.261	3.102
Particulares Permanentes	13.820	10.743	3.077
Localização			
Casa	12.825	9.764	3.061
Isolada ou de condomínio	12.476	9.417	3.059
Em conjunto residencial popular	347	346	1
Em aglomerado	2	1	1
Apartamento	967	954	13
Isolada ou de condomínio	963	950	13
Em conjunto residencial popular	4	4	0
Em aglomerado	0	0	0
Cômodo(s)	28	25	3
Abastecimento de água			
Com canalização interna	11.776	9.717	2.059
Rede geral	10.226	9.192	1.034
Poço ou Nascente	1.081	276	805
Outra Forma	469	249	220
Sem canalização interna	2.044	1.026	1.018
Rede geral	649	570	79
Poço ou Nascente	953	182	771
Outra Forma	442	274	168
Instalação sanitária			
Só no domicílio	12.614	10.206	2.408
Rede geral	8.549	7.955	594
Fossa séptica	285	235	50
Fossa rudimentar	1.544	707	837
Vala	451	369	82
Outro	1.722	881	841
Não sabe	63	59	4
Comum a mais de um	191	155	36
Rede geral	105	104	1
Fossa séptica	7	5	2
Fossa rudimentar	44	27	17
Vala	6	5	1
Outro	29	14	15
Não sabe	0	0	0
Não tem	1.015	382	633
Condição de ocupação			
Próprio	9.926	7.918	2.008
Alugado	1.986	1.879	107
Cedido	1.737	799	938
Outra	171	147	24
Destino do lixo			
Coletado	7.647	7.176	471
Queimado	3.791	2.095	1.696
Enterrado	213	116	97
Jogado	1.914	1.231	683
Outro	255	125	130
Nº médio de cômodos por domicílio	6,53	6,63	6,19
Nº médio de dormitórios por domicílio	2,21	2,21	2,18
Nº médio de banheiros por domicílio	1,11	1,18	0,85
Nº médio de pessoas por domicílio	4,47	4,42	4,65
Particulares Improvisados	25	16	9
Moradores			
Em domicílios particulares permanentes	61.844	47.534	14.310
Homens	30.336	23.029	7.307
Mulheres	31.508	24.505	7.003
Em domicílios particulares improvisados	91	55	36
Homens	54	34	20
Mulheres	37	21	16

Fonte: IBGE. Censo Demográfico. 1991.

Quadro 17. Captação de águas em Ouro Preto

CAPTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VAZAO (l/s)
01 - Jardim Botânico 1	Barragem de nível nas nascentes do córrego Passa Dez	25,0
02 - Jardim Botânico 2	Comporta c/ vertedor funcionando c/ barragem submersa - nascente do córrego Passa Dez	20,0
03 - Mina 2	Captação em afloramento rochoso no interior de uma gruta	2,0
04 - Mina do Reservatório 3	Galeria de Mina Antiga	15,0
05 - Minas do Reservatório 4	Galeria de Mina Antiga	18,0
06 - Mina do Reservatório 5	Galeria de Mina Antiga	6,0
07 - Mina do Reservatório VII - Encardideira	Galeria de Mina Antiga	2,0
08 - Mina do Reservatório VIII - João Augusto	Galeria de Mina Antiga	2,0
09 - Mina do Reservatório IX - Tassara	Galeria de Mina Antiga	13,0
10 - Mina do Reservatório X - Escola Normal	Fonte	1,5
11 - Mina do Reservatório XI - Cota	Fonte	1,5
12 - Mina do Reservatório XII - 15 de Agosto	Pequena barragem em rocha	3,0
13 - Gambá	Fonte	4,0
14 - Poço da Barra	Poço com 54 m de profundidade	3,0
15 - Morro de Santana	Fonte	1,0
16 - Mata Feia	Fonte em afloramento rochoso	0,5
17 - Volta do córrego	Pequenas barragens de nível	2,0
18 - Poços na areia da Cachoeira das Andorinhas	2 poços que captam ajeos de xistos e quartzitos	4,2
19 - Itacolomi	Córrego Itacolomi - tomada d'água em barragem de nível	30,0
		30,0

Fonte: IGA - Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto - Micro Bacia do Ribeirão do Funil - 1994
pg. V 12.

Quadro 18. Estabelecimentos escolares e alunos matriculados por rede de ensino, segundo nível de ensino e área urbana e rural

REDE		NÍVEL DE ENSINO										
		Pré-escolar		1ª a 4ª série		5ª a 8ª série		2º grau		Supletivo 1º g.		Total Geral
		Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural	Urb.	Rural	
Federal	Nº Estab.								1			1
	Matricula								439			439
Estadual	Nº Estab.	19		21	1	14		7		4		66
	Matricula	1.431		7.806	30	6.567		2.745		824		19.403
Municipal	Nº Estab.	7	10	4	23	2	4	2				52
	Matricula	436	208	430	1.307	249	294	96				3.020
Particular	Nº Estab.	11		4		8		6				29
	Matricula	1.155		794		1.737		1.002				4.688
Total	Nº Estab.	37	10	29	24	24	4	16		4		148
	Matricula	3.022	208	9.030	1.337	8.553	294	4.282		824		27.550

Fontes: SEBRAE-MG - Ouro Preto - Relatório Final - 1995 pg. 74.

Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Educação. Centro de Produção e Administração de Informações. 1994.

Quadro 19. População residente segundo Grupo de Idade e Alfabetização

GRUPO DE IDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	ALFABETIZADAS			TOTAL		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
0 a 4 anos				5.102	1.738	6.840
5 a 9 anos	2.544	738	3.282	5.237	1.715	6.952
10 a 14 anos	5.268	1.650	6.918	5.502	1.837	7.339
15 a 19 anos	4.790	1.385	6.175	4.926	1.484	6.410
20 a 24 anos	4.666	1.177	5.843	4.826	1.267	6.093
25 a 29 anos	4.302	1.030	5.332	4.459	1.119	5.578
30 a 34 anos	3.640	940	4.580	3.838	1.059	4.897
35 a 39 anos	3.050	790	3.840	3.272	932	4.204
40 a 44 anos	2.249	535	2.784	2.517	733	3.250
45 a 49 anos	1.787	376	2.163	2.073	550	2.623
50 a 54 anos	1.471	291	1.762	1.767	493	2.260
55 a 59 anos	1.074	212	1.286	1.357	388	1.745
60 a 64 anos	831	180	1.011	1.135	355	1.490
65 a 69 anos	586	140	726	814	271	1.085
70 a 74 anos	442	97	539	602	192	794
75 a 79 anos	299	54	353	404	129	533
80 anos e mais	191	37	228	319	102	421
Total	37.190	9.632	46.822	48.150	14.364	62.514

Fonte: IBGE. Censo Demográfico. 1991.

Quadro 20. Procedimentos executados por profissionais de nível superior na Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Preto em 1994, por unidade de atendimento

UNIDADE	ATOS NÃO MÉDICOS	ATOS MÉDICOS
Bauxita	546	9.209
Cachoeira	662	7.525
Engenho D'Água	0	71
Morro São Sebastião	0	466
Saúde Mental	1.984	2.881
Amarantina	68	2.029
Antônio Dias	703	6.692
Antônio Pereira	35	4.024
Arrozal	0	29
Coelhos	0	898
Engenheiro Correia	0	244
Glaura	3	503
Lavras Novas	0	323
Miguel Burnier	0	367
Morro Santana	39	4.985
Padre Faria	411	5.990
Policínica	0	14.176
Rodrigo Silva	0	468
Sandu	2.327	2.679
Santa Rita	0	1.972
Santo Antônio do Leite	0	491
São Bartolomeu	0	290
Serra do Siqueira	0	135
Soares	0	27
UPA.O.P.	0	30.905
Usina Wigg	0	243
Vila Aparecida	0	1.829
Total	6.778	99.451

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde - Relatório Geral, 1994, pp 10.

Quadro 21. Grau de Instrução dos funcionários municipais

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQ.	%
Analfabeto	18	1,5
Alfabetizado	54	4,4
1ª a 4ª série	218	17,9
4ª série completa	179	14,7
5ª a 8ª série	121	9,9
8ª série completa	21	1,7
2º grau incompleto	45	3,7
2º grau completo	387	31,8
Superior incompleto	43	3,5
Superior completo	131	10,8
Total	1217	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Administração - Censo 1994.

Quadro 22. Distribuição dos funcionários municipais por Secretarias ou Órgãos

LOCAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	FREQ.	%
Gabinete do Prefeito	12	1,0
Procuradoria	2	0,2
Secretaria da Fazenda	23	1,9
Secretaria da Administração	89	7,2
Secretaria da Educação	526	42,8
Secretaria de Turismo	33	2,7
Secretaria de Saúde	139	11,3
Secretaria de Agricultura	21	1,7
Secretaria de Obras	375	30,5
Secretaria de Planejamento	8	0,7
Total de Servidores	1228	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Administração - Censo 1994.

Quadro 23. Receita Própria da PMOP em 1994

ITENS	% RECEITA PRÓPRIA	% TOTAL DA RECEITA
IPTU	16,8	0,8
ISS	39,9	2,0
ITBI	6,3	0,3
IVVC	6,8	0,4
Taxas e contribuições de melhoria	30,2	1,6
Total	100,0	5,1

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Receita municipal. Exercício de referência 1994. Dados trabalhados pela A&M Consultores Associados Ltda. in SEBRAE (1995, pp 29)

Quadro 24. Receitas Orçamentárias do exercício de 1995

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$	%
Orçamentária	24.982.396,85	100,00
. Correntes	17.210.954,42	68,89
. De Capital	7.771.442,43	31,11

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Quadro 25. Receitas Orçamentárias Correntes do município em 1995

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$	%
. Tributária	1.860.922,00	10,81
. Patrimonial	251.229,26	1,46
. Industrial	129.363,25	0,75
. Serviços	33.594,70	0,20
. Transferências	13.445.777,90	78,12
. Outras	1.490.067,31	8,66
Total	17.210.954,42	100,00

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Quadro 26. Gastos da Administração Municipal em 1995

ÓRGÃO/ SECRETARIA	DESPESAS REALIZADAS VALORES EM R\$	%
Câmara Municipal	1.595.000,00	6,39
Gabinete do Prefeito	154.244,73	0,62
Procuradoria Municipal	39.449,12	0,16
Secretaria da Fazenda	360.992,55	1,45
Secretaria da Administração	7.894.988,21	31,60
Secretaria da Educação	6.220.512,22	24,90
Secretaria de Turismo	734.750,46	2,94
Secretaria de Saúde	785.559,30	3,14
Secretaria de Agricultura	103.371,67	0,41
Secretaria de Obras	5.996.090,29	24,00
Secretaria de Planejamento	435.476,76	1,74
Total	24.320.435,31	97,35

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.

Quadro 27. Estimativas de Receitas do município para 1996

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM MIL REAIS
Correntes	25.613
. Tributária	3.323
. Patrimonial	120
. Industrial	248
. Serviços	744
. Transferências	19.754
. Outras	1.424
De Capital	189
Total	25.802

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda conforme Lei 73/95.

Quadro 28. Estimativas das Despesas do município para 1996

FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM MIL REAIS
Legislativa	2.137
Administração e Planejamento	2.712
Agricultura	286
Comunicações	5
Educação e Cultura	7.039
Habitação e Urbanismo	3.133
Indústria, Comércio e Serviços	406
Saúde e Saneamento	6.085
Trabalho	310
Assistência e Previdência	2.727
Transporte	610
Reserva	350
Total	25.800

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda conforme Lei 73/95.

